

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**

ISABELA CINTRA MOHERDAUI

PROJETO DE VIDA DE JOVENS APRENDIZES:
reflexões sobre as contribuições dos programas de aprendizagem

FRANCA – S.P.
2021

ISABELA CINTRA MOHERDAUI

PROJETO DE VIDA DE JOVENS APRENDIZES:
reflexões sobre as contribuições dos programas de aprendizagem

Dissertação apresentada para defesa de Mestrado, ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/Franca.

Linha de pesquisa: Políticas, Gestão e Formação na Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli

FRANCA – S.P.
2021

M697p

Moherdau, Isabela Cintra

PROJETO DE VIDA DE JOVENS APRENDIZES: : reflexões sobre as contribuições dos programas de aprendizagem / Isabela Cintra Moherdau. -- Franca, 2021

154 p. : tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Maria Madalena Gracioli

1. Juventude.. 2. Programas de Aprendizagem. Projetos de Vida.. 3. Projetos de Vida.. 4. Jovens Aprendizes.. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ISABELA CINTRA MOHERDAUI

PROJETO DE VIDA DE JOVENS APRENDIZES:
reflexões sobre as contribuições dos programas de aprendizagem

Dissertação apresentada para defesa de Mestrado, ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/Franca.

Linha de pesquisa: Políticas, Gestão e Formação na Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli

Data da defesa:

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus Franca/SP

Membro Titular: Jaileila de Araújo Menezes
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Membro Titular: Karina de Melo Conte
Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
UNESP – Campus de Franca

Aos meus pais, Maria do Carmo e Fernando, que sempre estiveram ao meu lado inspirando meus projetos de vida e me fazendo acreditar que sou capaz de realizar todos eles.

Aos jovens aprendizes que passaram por minha vida durante os quatro anos que fui educadora social, me inspiraram que sempre é tempo de incentivar projetos de vida e ao mesmo tempo, concluir os nossos.

Ao meu companheiro João Paulo, que me apoiou em todas as etapas e não me deixou desistir e fraquejar me mostrando que eu conseguiria.

À minha orientadora Maria Madalena Gracioli que me orientou com maestria me auxiliando a amadurecer profissionalmente e pessoalmente, me mostrando o quanto é importante ter foco para chegar no meu objetivo.

AGRADECIMENTOS

O sonho de ser aprovada no mestrado sempre fez parte de mim, várias pessoas fizeram parte do processo de elaboração e finalização desse estudo, o qual, precisou ter persistência, foco e objetivo para finalizar, uma vez que, surgiu a pandemia e junto a ela, dificuldades e empecilhos, tanto pessoais quanto emocionais, mas que, ficaram para trás em meio ao suporte que obtive para alcançar esse projeto de vida. Em meio a isso, **agradeço**:

- Aos meus pais, que são a minha base e sempre apoiaram a minha trajetória educacional, me incentivando, de todas as formas possíveis;

- Ao meu marido, que acompanhou desde o meu sonho de ser aprovada no mestrado, às minhas dificuldades nos dias de pouca inspiração para a escrita, me deu todo suporte possível, me incentivando a não desistir, me mostrando que sou capaz, assumindo várias funções na nossa casa, às quais, por algum tempo precisaram ser deixadas como segundo plano;

- À minha mãe, que é meu exemplo de força e determinação;

- Ao meu pai, que é exemplo de responsabilidade e me inspira desde pequena ser uma professora como ele, dedicada e feliz no que faz;

- Aos meus ex-alunos do Programa de Aprendizagem Profissional, que me inspiraram a estudar o tema e conseguir fazer o projeto do presente estudo;

- À minha orientadora, Madalena Gracioli, que me auxiliou e me deu suporte, do início ao fim, com maestria, dedicação, sempre procurando sanar todas minhas dúvidas, não me deixou me sentir sozinha em momento algum, não me deixou desistir, me incentivando responsabilidade e foco nos momentos que precisei disso;

- Às coordenadoras dos Programas de Aprendizagem Profissional estudados, que se mostraram muito solícitas e me auxiliaram em tudo que foi possível, expondo informações necessárias para conclusão do estudo;

- Aos jovens aprendizes entrevistados, que dedicaram um pouco do seu tempo para serem entrevistados, sem eles, esse estudo não aconteceria, se mostraram muito interessados em responder todas as perguntas;

- Aos mestres e doutores do Programa de Pós Graduação de Análise e Planejamento e Políticas Públicas que transmitiram muito conhecimento, com dedicação, amor e carinho durante dois anos e contribuíram para que tudo que aprendi pode ser transmitido nesse trabalho;

- Aos meus colegas de turma do Programa de Pós Graduação de Análise e Planejamento e Políticas Públicas que puderam estar ali comigo trocando experiências e me dando suporte.

APRESENTAÇÃO

Conseguir concluir o Mestrado sempre fez parte do meu planejamento de vida pessoal e profissional, ou seja, sempre olhei para isso como projeto de vida, desde a infância tenho inclinação para a área da educação, a exemplo de meu pai, professor sempre apaixonado pelo que faz, vivi sempre em meio a livros, lousa e giz. É sempre tão importante ter alguém para se inspirar e te oferecer exemplos e vivências. Esse objetivo se acentuou mais ainda na graduação de Psicologia, me interessava por todos os estágios relacionados à área escolar, e a partir desse desejo, iniciei a escrita de artigos científicos na área, o que me despertou vontade em escrever um projeto de Iniciação Científica e a partir disso, me apaixonei assim, pela vida acadêmica.

O meu interesse pelo tema programa de aprendizagem profissional se deu em 2018, em razão da experiência em uma entidade formadora da cidade de Franca/SP como educadora social, atuei nessa função em um curso de formação profissional em auxiliar administrativo para jovens entre 15 e 17 anos. Ressalto que sempre me identifiquei com o tema juventude, desde o início da graduação em Psicologia, em 2010, além de gostar de trabalhar com esse público, sempre quis entender mais sobre os pontos que permeiam a vida do jovem. Sabe-se que esse tema é muito amplo, a experiência como educadora trouxe à tona minha curiosidade em entender mais sobre as vivências do jovem no mundo do trabalho.

Na vivência profissional, durante o curso de formação eram apresentados para os jovens conceitos básicos relacionados à administração, informática básica, matemática, marketing, comunicação oral e escrita e psicologia organizacional. Era responsável pelas oficinas e aulas relacionadas à psicologia organizacional, auxiliava os jovens no aprimoramento de habilidades pessoais e profissionais no que concerne aos conceitos básicos de psicologia na área empresarial como por exemplo preparação para entrevistas de emprego, premissas sobre conflitos internos e externos, relacionamentos interpessoais e intrapessoais, organização de atividades intergeracionais com o objetivo de aprendizado de ética e cidadania, entre outros. Esse curso tinha duração de seis meses, após essa formação, os jovens eram encaminhados para empresas parceiras da entidade de formação.

Essas empresas, realizavam entrevistas e seleção dos jovens aprendizes. Em uma segunda etapa, àqueles jovens selecionados para atuarem como jovens aprendizes nas empresas eram inseridos em um novo curso de formação, denominado Programa Jovem Aprendiz, nesse curso eu continuava auxiliando e acompanhando esses jovens, também através da disciplina de psicologia organizacional, mas dessa vez o objetivo principal era o aprimoramento de habilidades e dos conhecimentos práticos e teóricos já adquiridos no primeiro curso de

formação, além de esclarecimento de dúvidas com relação ao contrato de aprendizagem profissional, bem como, alcançar maior entendimento dos jovens sobre seus direitos e deveres como jovens aprendizes.

A partir dessa vivência, quis investigar mais a fundo sobre a relação entre o programa de aprendizagem e a juventude, e a partir do estudo sobre o tema e escrita de artigos científicos comecei a me interessar sobre a relação dos projetos de vida do jovem aprendiz e a contribuição da política de aprendizagem profissional nesses projetos.

“O coração de vocês, coração jovem, quer construir um mundo melhor. [...] são jovens que querem ser protagonistas da mudança. Por favor, não deixem para outros o ser protagonista da mudança! Vocês são aqueles que tem o futuro! Vocês... Através de vocês, entra o futuro no mundo. Também a vocês, eu peço para serem protagonistas desta mudança.
(PAPA FRANCISCO)

RESUMO

A juventude tem se tornado principal assunto nas pautas políticas, Abramo (2005) afirma que isso ocorre principalmente por ser uma fase que necessita de atenção por estarem em pleno desenvolvimento físico e psicológico, também pode-se dizer que é nessa fase que se iniciam os projetos de vida, tanto pessoais quanto profissionais. Nesse sentido, é essencial voltar o olhar para a necessidade de políticas públicas para auxiliar o jovem na área de educação e inserção no mundo do trabalho, pautada nessa preocupação, com o objetivo de inserir o jovem no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, assegurar seus direitos e garantir a continuidade dos estudos, foi criada a Política de Aprendizagem Profissional, assentada na Lei de Aprendizagem (Lei 10.097/2000). O presente estudo de cunho qualitativo, tem como objetivo geral identificar como os Programas de Aprendizagens contribuem na elaboração de projetos de futuro de jovens aprendizes; e como objetivos específicos, conhecer a contribuição do programa de aprendizagem nos projetos atuais e futuros dos jovens aprendizes; verificar a percepção dos jovens aprendizes sobre projetos de vida e projetos profissionais; analisar se a experiência como jovem aprendiz tem relação com a descoberta e aprimoramento de habilidades pessoais e profissionais. Participaram da pesquisa dezessete jovens pertencentes a três instituições que oferecem o Programa de Aprendizagem, a ADEPAB, SENAI e SENAC localizadas em duas cidades do interior do Estado de São Paulo. A fundamentação teórica da pesquisa apoia-se nos estudos de Abramo (2005), Pais (1993), Novaes (2006), Dayrell (2003), Leon (2009), entre outros. A pesquisa de cunho qualitativo utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Após a transcrição das entrevistas, foi construída uma planilha no Excel com o objetivo de facilitar a visualização dos dados colhidos e para realizar assim uma leitura e análise em profundidade, desvelando os resultados da pesquisa. A primeiro momento foi realizada uma pré-análise do material colhido, posteriormente a exploração, estudo do conteúdo das entrevistas e após, foi o momento de inferência e interpretação das falas dos jovens entrevistados. Partindo do tratamento e análise dos dados, verifica-se que é necessário maior divulgação dos programas para que os jovens tenham acesso a essa política; as principais motivações dos jovens relacionadas ao programa de aprendizagem estão relacionadas a vivência profissional e aquisição de salário; o programa contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades como proatividade, trabalho em equipe, planejamento, organização, entre outros, porém, são habilidades que apontam mais para o desenvolvimento profissional; o programa auxilia para despertar o interesse dos jovens por continuidade dos estudos em cursos superiores; percebeu-se que o programa teve significados

positivos em suas vidas, não obstante, constata-se uma sobrecarga de trabalho e estudo, rotinas pesadas, e que as práticas na empresa e curso de formação, não oferecem suporte e formação em projetos de vida relacionados ao lazer. Em suma, os resultados apontam para necessidade de repensar os conteúdos do curso de formação do Programa de Aprendizagem de forma que os saberes construídos durante o tempo de permanência no Programa não sejam limitados aos profissionais, que se estenda a outros projetos, e que, além disso, ocorra um novo olhar para a juventude, como sujeito de direitos não apenas ao trabalho, mas também à educação de qualidade, lazer, exercício de cidadania, de forma que proporcione o desenvolvimento da consciência e da necessidade de pensar e projetar o futuro, auxiliando assim na construção dos seus projetos de vida. Como produto da pesquisa, foi elaborada uma cartilha como proposta de divulgação online, apresentando estratégias de incentivo e reflexões sobre projeto de vida e aprimoramento profissional e pessoal dos jovens que estão inseridos no programa de aprendizagem.

Palavras – chave: Juventude. Programas de Aprendizagem. Projetos de Vida. Jovens Aprendizizes.

ABSTRACT

The youth has become the main subject in political agendas, Abramo (2005) says that this is mainly because it is a stage that needs attention because of the fact that they are in full physical and psychological development, it is also at this stage that life projects begin, both personal and professional. In this sense, it is essential to look at the need for public policies to help young people in their education and also help them to enter the job market. Based on this concern, with the objective of helping young people into the labor market, but at the same time, guaranteeing their rights and the continuity of their studies, the Professional Learning Policy was created, based on the Apprenticeship Law (Law 10.097 / 2000). This qualitative study has a general goal of identifying how Learning Programs contribute to the preparation of projects for the future of young apprentices; and as specific goals, to know the contribution of the apprenticeship program in the current and future projects of the young apprentices; check the perception of young apprentices about life projects and professional projects and analyzing whether the experience as a young apprentice is related to the discovery and improvement of personal and professional skills. Seventeen young people from three institutions who are part of the Learning Program, ADEPAB, SENAI and SENAC, in two cities in upstate São Paulo, participated in the research. The theoretical foundation of the research is supported by the studies of Abramo (2005), Pais (1993), Novaes (2006), Dayrell (2003), Leon (2009), among others. The qualitative research uses a semi-structured interview as a data collection instrument. After the interview transcription, an Excel spreadsheet was made in order to better visualize the collected data and to carry out an in-depth analysis, unveiling the research results. Firstly, it was made a pre-analysis of the material collected, later, a study of the content of the interviews was done and after that, it was the moment of interference and interpretation of the speeches of the young people interviewed. Starting from the treatment and analysis of the data, it appears that greater dissemination of the programs is necessary so that young people have access to this policy; the main motivations which young people related to the apprenticeship program are related to professional experience and salary acquisition; the program contributes to the development of skills such as proactivity, teamwork, planning, organization, among others. However, these are skills that point more to professional development; the program helps to awaken the interest of young people pursue their studies in higher education; It was learned that the program had a positive impact in their lives, nevertheless, there is an overload of work and study and heavy routines, which the companies and courses are not taking into consideration, and are not offering a good support for life projects related to leisure . In short, the results point

to the need to rethink the contents of the training course of the Learning Program so that the knowledge built during the period of stay in the Program is not limited just to the professionals but also to other projects, and that, in addition, there is a new look at the youth, as individuals of rights not only to work, but also to quality education, leisure, citizenship, in a way that provides the development of awareness and the need to think and project the future , thus helping to build their life projects. As a product of the research, a booklet was prepared as a proposal for online dissemination, an incentive mechanism and reflections on the life project and professional and personal improvement of young people who are included in the learning program.

Keywords: Youth. Learning Programs. Life Projects. Young apprentices

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características da implementação da Lei 10.097/2000	24
Quadro 2	Ações relacionadas à política de aprendizagem profissional	35
Quadro 3	Ações relacionadas à política de aprendizagem profissional a partir da criação da Lei 10.097/2000.	37
Quadro 4	Produções acadêmicas encontradas na Plataforma Capes	43
Quadro 5	Produções acadêmicas encontradas na Plataforma <i>Scielo</i>	45
Quadro 6	Produções acadêmicas encontradas na base de dados da Biblioteca da UNESP	46
Quadro 7	Categorias levantadas no estudo mencionado no que diz respeito à pesquisa realizada pelas autoras nas plataformas:	48
Quadro 8	Categoria, definição e exemplos de projetos pessoais, segundo Little e Chambers, 2004.	54
Quadro 9	Principais informações presentes no Estatuto da Juventude, atribuídas pela Lei 12.852/2013.	61
Quadro 10	Principais Programas e projetos implementados para a juventude	62
Quadro 11	Ranking Nacional de Aprendizagem Profissional – Aprendizizes Admitidos e Potencial de Contratação em 2018	69
Quadro 12	Caracterização dos jovens aprendizes entrevistados	81

Quadro 13	Informações familiares dos jovens aprendizes entrevistados	82
Quadro 14	Tempo do contrato de aprendizagem e área em que os aprendizes trabalham nas Empresas	84
Quadro 15	Conteúdos de formação no curso do programa de aprendizagem e relação com vida pessoal e profissional dos jovens aprendizes	96
Quadro 16	Continuidade dos estudos	99
Quadro 17	Relação entre Programa de Aprendizagem e Projeto de vida	102
Quadro 18	Planos e Objetivos futuros dos jovens	104
Quadro 19	Relação entre projeto de vida e futuro profissional	109

LISTA DE SIGLAS

ADEPAB	Associação de Apoio e Aprendizagem ao Adolescente de Batatais
ART.	Artigo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUVE	Estatuto da Juventude
EPADP	Escala de Percepção Atual do Desenvolvimento Profissional
EPP'S	Empresas de Pequeno Porte
ESLF'S	Entidades Sem Fins Lucrativos
FGTS	Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatísticas
IPEA	Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
LILACS	Literatura Latino Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
ME'S	Microempresas
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG'S	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAT	Programa de Alimentação ao Trabalhador
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PROEJA	Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROMED	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RACE	Revista de Administração, Contabilidade e Economia.

SCFC	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem e Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem ao Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SISTEMA S	Agrupamento de instituições voltadas para treinamento profissional (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESC, SESCOOP, SESI)
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas do Emprego
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciências e a Cultura
UNESP	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Uni-FACEF	Centro Universitário de Franca-SP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. Programas de Aprendizagem Profissional	22
1.1. Embasamento legal dos programas de aprendizagens	22
1.2. Contexto histórico da Aprendizagem Profissional no Brasil	29
1.3. Os Programas de Aprendizagens nas pesquisas acadêmicas	41
2. Juventudes	51
2.1. Juventudes: conceitos e projetos de vida	51
2.2. Políticas públicas para Juventudes	58
2.3. Programas de Aprendizagem Profissional e Projeto de Vida	68
3. Percurso Metodológico e Discussão dos Dados	74
3.1. Análise e Discussão dos Dados	81
3.1.1. Caracterização dos Jovens Aprendizes.....	81
3.1.2. Trabalho Manual <i>versus</i> Trabalho Intelectual e Projeto de vida.....	84
3.1.3. Motivações para o trabalho.....	89
3.1.4. Programa de Aprendizagem: significado, contribuição e projeto de vida.....	92
3.1.5. Projetos Futuros e jovens aprendizes.....	104
3.1.6. Produto.....	116
Considerações Finais	132
Referências	136
ANEXOS	144
ANEXO – PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DE FRANCA	144
APÊNDICES	147
APÊNDICE 1 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	147
APÊNDICE 2 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA ÀS INSTITUIÇÕES FORMADORAS QUE OFERECEM O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM	150

APÊNDICE 3 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS ASSINADA PELAS INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM AUTORIZANDO A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	151
APÊNDICE 4 - MODELOS DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO PARA OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	152
APÊNDICE 5 - MODELO DO TERMO DE ASSENTIMENTO APRESENTADO AOS PARTICIPANTES MENORES DE 18 ANOS.....	153

INTRODUÇÃO

A juventude é uma etapa da vida que precisa de atenção, uma vez que é nessa fase que ocorrem transformações físicas e psíquicas e iniciam-se os projetos de vida. É um grupo de indivíduos que se constitui socialmente e culturalmente, que deve ser entendida em toda sua diversidade, sendo importante ser definida como juventudes e não como juventude. Não há como apresentar um único parâmetro para encaixar um jovem, uma vez que cada um tem suas individualidades, crenças, culturas e experiências (DAYRELL, (2003), ESTEVES e ABRAMOVAY (2009), ABRAMO (2005), PAIS (1993)).

Há diversas formas de caracterizar o jovem, porém, não se deve considerar somente uma variável, para entender melhor um grupo de jovens é preciso levar em consideração diversas características, físicas, psicológicas e sociais para conseguir compreender a realidade em que cada um está inserido.

Cada jovem vivencia a juventude de forma diferente, muitos autores, como Dayrell (2003), Esteves e Abramovay (2009), Freitas (2005), compreendem que existem juventudes, ao invés de juventude, que vivenciam as diferentes realidades de diversas formas. Por meio dessa ideia, pode-se refletir que existem aqueles jovens que têm possibilidade de prolongar os estudos a fim de conquistar um capital cultural para atingir seus objetivos e alcançar seus projetos de vida, autonomia e independência, enquanto outros precisam interromper o ensino médio para se inserir no mundo do trabalho, ou então, os que terminam o ensino médio e precisam interromper os estudos também para se inserir no mundo do trabalho, uma vez que essa pode ser a única possibilidade para se sustentar ou sustentarem suas famílias. Presume-se, então, que enquanto os jovens de classe social mais alta prolongam os estudos e se inserem mais tarde no mercado de trabalho, conquistando ocupações mais estáveis, jovens de baixa renda estão se inserindo mais cedo no mercado de trabalho, optando por condições de trabalho mais precárias e, social e financeiramente menos valorizadas.

Nesse sentido, a preocupação da sociedade tem aumentado nos últimos dez anos, principalmente no que diz respeito à jovens em situação de vulnerabilidades e sua relação com educação e mundo do trabalho. Pensando nesse aspecto foram criadas políticas públicas que auxiliam o jovem a ingressar no mercado de trabalho e dar continuidade aos estudos, destacando aqui a Política de Aprendizagem Profissional que foi criada por meio da Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000), normatizada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 (BRASIL,2005), que possibilita a inclusão do jovem no mercado de trabalho e estabelece

para os usuários a idade mínima de 14 e máxima de 24 anos. Isso implica na contratação obrigatória deste público como jovem aprendiz, através de um contrato especial de trabalho que não pode exceder dois anos. Essa política tem como um dos objetivos aliar estudos e trabalho.

As empresas de qualquer natureza são obrigadas pela legislação a contratar jovens aprendizes e os matriculem em cursos de Serviços Nacionais de Aprendizagem. O número de aprendizes a serem contratados é referente a no máximo quinze por cento e mínimo cinco por cento relacionados ao número de funcionários existentes na empresa, exceto estabelecimentos sem fins lucrativos que tenha como prática a educação profissional, e pequenas empresas ou seja, as de micro e pequeno porte. Esse tema será aprofundado na primeira seção (LEI FEDERAL Nº 10.097/ 2000).

Mas é preciso ressaltar que para a legislação, mesmo que o jovem esteja inserido no Programa de Aprendizagem, ou seja, realizando cursos teóricos em uma entidade credenciada aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e realizando a parte prática nas empresas contratantes, o contrato como aprendiz é restrito a um período máximo de dois anos, quando concluído esse período, o jovem está pré-disposto a duas situações: pode ser efetivado como funcionário na empresa em que atua como aprendiz, ou não, nesse caso seu contrato será finalizado. Por isso é importante entender que as políticas públicas para a educação e trabalho precisam se desenvolver não somente no foco de reduzir exclusão social e oferecer oportunidades, mas visando também o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais, de formação e capacitação para a vida, preparando o jovem para criar protagonismo e autonomia para realizarem seus objetivos, sejam eles pessoais ou profissionais, visto que, é na fase da juventude que se iniciam seus projetos de vida.

A partir dessa discussão, é essencial entender que o projeto de vida, segundo Pereira (2017), pode ser entendido como aquele que orienta a direção que o indivíduo pretende seguir, o caminho traçado e planejado por determinada pessoa para se chegar nos objetivos, sejam eles de curto ou longo prazo, processo de muita importância pois é a partir desses caminhos que a pessoa consegue ter um parâmetro de presente, passado e futuro. Entendendo a relevância do projeto de vida, percebe-se quão importante é para o jovem ter segurança e autonomia para traçar esses caminhos pessoais e profissionais, visto que é um ser que está em constante desenvolvimento físico e psíquico e vivencia uma fase de intensas transformações.

Baseada nessas informações a presente pesquisa, inserida no campo de implementação das Políticas Públicas de Aprendizagem Profissional, busca entender como esses Programas de Aprendizagens contribuem para que os jovens aprendizes possam elaborar seus projetos de

vida, analisando sua experiência como jovem aprendiz inserido no mercado de trabalho e amparado pela Lei Federal Nº 10.097/ 2000.

Torna-se imperativo refletir sobre a relevância de políticas públicas como a de aprendizagem profissional, relacionadas a inserção dos jovens no mundo do trabalho. Nesta vertente, a presente pesquisa é relevante, pois além de compreender e avaliar essa política, procura elucidar a contribuição que os programas de aprendizagem profissional oferecem aos jovens para elaboração dos seus projetos de futuro, e alternativas que auxiliem no estímulo da permanência e continuação dos estudos, conscientização da importância de aprimoramento intelectual e profissional e da necessidade de elaboração de um projeto de vida.

A presente pesquisa de cunho qualitativo, se caracteriza como uma pesquisa social e procura esclarecer a contribuição que os programas de aprendizagem profissional oferecem aos jovens para elaboração dos seus projetos de futuro. Para chegar aos objetivos propostos a pesquisa foi realizada em duas partes, a primeira, constituída pela revisão da literatura e consulta da legislação sobre a aprendizagem profissional, e a segunda parte constituída por uma pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com jovens aprendizes de três instituições formadoras localizadas em duas cidades do interior da Estado de São Paulo.

O objetivo geral da pesquisa é identificar como os Programas de Aprendizagens contribuem na elaboração de projetos de futuro de jovens aprendizes. Os objetivos específicos são; conhecer a contribuição do programa de aprendizagem nos projetos atuais e futuros dos jovens aprendizes; verificar a percepção dos jovens aprendizes sobre projetos de vida e projetos profissionais; analisar se a experiência como jovem aprendiz tem relação com a descoberta e aprimoramento de habilidades pessoais e profissionais, e apresentar como produto da pesquisa uma cartilha *online* a fim de propor estratégias de incentivo à importância de reflexão sobre projeto de vida e aprimoramento profissional dos jovens que estão inseridos no programa de aprendizagem.

Para atingir os objetivos propostos a pesquisa foi organizada em três seções, a primeira dedica-se a discutir a Política de Aprendizagem Profissional, partindo de sua definição, objetivo, funcionamento, além de compreender o contexto histórico que a criação da Lei da Aprendizagem está inserida, e identificar e discorrer sobre as pesquisas acadêmicas que têm sido desenvolvidas com o tema Programas de Aprendizagens e juventude, essa retrospectiva é importante para melhor compreender o contexto histórico da Política de Aprendizagem Profissional, além de entender melhor sobre sua finalidade, público atendido e aprofundar a

discussão do tema. Para fundamentar essa parte das discussões, foram utilizados autores como Abramo (2005), Gonzales (2009), Gonçalves (2014), Vieira e Souza (2016), Souza, Frozzi e Bardagi (2005). Foram utilizados também marcos legais como a Lei da Aprendizagem, artigo 403 da CLT (BRASIL, 2000), Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90 (BRASIL, 1990), Decreto Lei N°4.4048 (BRASIL, 1942), Decreto-Lei N° 8.622 (BRASIL, 1946) e Portaria 723/12 (BRASIL,2000). É importante ressaltar que não foram encontrados livros referentes a essa temática, somente artigos científicos.

A segunda seção teve como foco discutir os conceitos de juventude e estabelecer a relação com projetos de vida, políticas públicas e os Programas de Aprendizagens. Os estudos de Ravasco, Maia e Mancebo (2010), León (2004), Pais (1993), Freitas (2005), Dayrell (2003), Esteves e Abramovay (2009), Velho (2003), Damon (2008), Leão, Dayrell e Reis (2011), Secchi (2010), Abad (2002), também foi utilizado o Manual de Conceitos Fundamentais - pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas (BRASIL, 2014).

Na terceira seção discorreremos sobre a metodologia que dá suporte ao estudo, expondo todo o percurso realizado e foi apresentado o perfil dos participantes que compõem a pesquisa. Também apresentamos, discutimos e analisamos os dados da pesquisa de campo, realizada com dezessete jovens aprendizes pertencentes a três instituições que oferecem o programa de aprendizagem profissional; Associação de Apoio e Aprendizagem ao Adolescente de Batatais (ADEPAB), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), nas duas primeiras instituições foram realizadas cinco entrevistas em cada, e na última, foram sete os entrevistados. Na apresentação dos dados, os nomes dos participantes foram alterados com objetivo de preservar a identidade, utilizando então nomes fictícios.

No que diz respeito à análise dos dados, *à priori* foi realizada uma pré-análise do material colhido, depois, o estudo aprofundado do conteúdo das entrevistas e posteriormente foram retiradas cinco categorias dessa análise, sendo elas: Caracterização dos Jovens Aprendizes; Trabalho Manual versus Trabalho Intelectual e Projeto de vida; Motivações para o trabalho; Programa de aprendizagem: significado, contribuição e projeto de vida; Projetos Futuros e jovens aprendizes.

Após a finalização do estudo foi elaborada uma cartilha *online* que será sugerida, propondo estratégias de incentivo e reflexões sobre projeto de vida e aprimoramento profissional e pessoal dos jovens que estão inseridos no programa de aprendizagem.

1. Programas de Aprendizagem Profissional

A política pública de Aprendizagem Profissional advinda da Lei Federal 10.097/2000 surgiu com o objetivo de abrandar as dificuldades da inserção de jovens de baixa renda no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, auxiliar para que os estudos não fossem prejudicados, tornando-se uma política que alia estudo e trabalho.

Visto isso, levando em consideração a relevância do tema, essa seção dedica-se a discutir a Política de Aprendizagem Profissional partindo de sua definição, objetivo, funcionamento e compreensão do contexto histórico em que a criação da Lei da Aprendizagem está inserida, além de identificar e discorrer sobre as pesquisas acadêmicas que têm sido desenvolvidas com o tema Programas de Aprendizagens e Juventude.

1.1 O embasamento legal dos Programas de Aprendizagens

O estudo da temática juventude tem conquistado seu espaço em meios políticos e acadêmicos, isso demonstra que há preocupação por parte da sociedade no que diz respeito ao futuro dos jovens. Abramo (2005), compreendendo dessa forma, diz que esse tema se faz presente nas pautas e discursos políticos, o que faz pensar nas necessidades de políticas públicas levando em conta as individualidades da juventude diante dos outros públicos.

Gonzalez (2009), ressalta que perante o cenário de altos índices de desemprego juvenil e da presença de condições precárias de trabalho que afetam esse público, há a necessidade da elaboração de políticas de juventude relacionadas ao mundo do trabalho. O autor considera que essas políticas se apresentam com dois enfoques: o primeiro diz respeito ao preparo do jovem para ter condições específicas para serem contratados, viabilizando melhores chances no mercado. O segundo está relacionado com a continuidade dos estudos do jovem, o que acaba ocasionando na entrada tardia no mercado de trabalho.

No Brasil, existem políticas públicas essenciais que têm como objetivo relacionar os dois enfoques mencionados no parágrafo anterior, isso diz respeito a um terceiro tipo de intervenção no qual tem como finalidade regularizar a atuação dos jovens no mercado e aliar essa ação à continuação dos estudos (GONZALEZ, 2009). Nesse sentido foi criado o Programa de Aprendizagem Profissional que é uma política embasada nesse terceiro tipo de intervenção,

baseada na Lei Federal 10.097/2000 (BRASIL, 2000), normatizada pelo Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005).

O Programa Nacional de Aprendizagem é uma ação criada pelo governo federal com o intuito de inserir jovens maiores de 14 anos no mercado formal de trabalho, viabilizando o acesso do jovem ao mundo do trabalho, buscando aliar a prática profissional aos estudos. Gonçalves (2014, p.191) diz que:

O Programa de Aprendizagem Profissional deve prever a alternância de aulas teóricas e atividades práticas à ocupação/profissão objeto da formação daquele beneficiário, vivenciadas nas entidades formadoras habilitadas e nas empresas contratantes, respectivamente.

Esse Programa é desenvolvido pelas empresas contratantes e entidades formadoras, a primeira se compromete a desenvolver com os jovens as atividades práticas, já a segunda oferece por sua vez, as atividades teóricas. Presume-se então que o Programa de Aprendizagem profissional também tem como principal finalidade desenvolver a capacitação aos jovens aprendizes neles inseridos.

Para compreender as ações relacionadas à educação profissional do jovem, é importante conhecer os ditames da Lei na qual essa política é assentada: a Lei Federal 10.097/2000, que deu origem aos Programas de Aprendizagens.

A Lei Federal 10.097/2000 (Brasil, 2000), conhecida como Lei da Aprendizagem ou Lei do Aprendiz, normatizada pelo Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005, exige que empresas de médio e grande porte contratem jovens para inseri-los no mercado de trabalho, através de um contrato especial. Assim, a lei foi criada para abrir possibilidades para o jovem de baixa renda adentrar no mercado de trabalho formal com seus direitos assegurados.

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

§ 1º - validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 2º- Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

"§ 3º-O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos.

§ 4º - A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho (BRASIL,2000, *online*).

Moherdau, Nakao e Bolzani (2017) elaboraram o quadro abaixo, no qual expõe as principais informações sobre contrato de trabalho, bases legais da aprendizagem, obrigatoriedade, condições exigidas para a contratação, faixa etária dos jovens, empresas que são obrigadas ou não a contratar aprendizes, além da carga horária exigida, remuneração e condições para rescisão do contrato de trabalho.

Quadro 1 – Características da implementação da Lei 10.097/2000

Manual da Aprendizagem	Características
Contrato de trabalho	Contrato especial, adaptado por um período determinado que não ultrapasse 24 meses, resguardado em situação de aprendizes com deficiência.
Base legal da aprendizagem	Lei da aprendizagem 10.097/2000 regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005.
Idade para ser aprendiz	O jovem entre 14 e 24 anos que esteja cursando pelo menos o ensino fundamental e matriculado em programa de aprendizagem.
Obrigatoriedade de contratação	De acordo com o artigo 429 da CLT, é imposta a contratação e inscrição de aprendizes nos cursos de aprendizagem, toda empresa de qualquer natureza que tenham no mínimo sete empregados: <ul style="list-style-type: none"> - Empresas de médio porte; - Empresas de grande porte; - Empresas públicas; - Sociedades de economia mista.
Facultatividade na contratação	<ul style="list-style-type: none"> - Microempresas (ME's); - Empresas de pequeno porte (EPP's); - Empresas que fazem parte do SIMPLES Nacional; - Entidades Sem Fins Lucrativos (ESLF's).
Percentual de cota	No mínimo de 5% do quadro de todos os colaboradores com funções que exijam formação profissional, não superando 15%.
Fiscalização das cotas	Fica sobre a responsabilidade da inspeção do trabalho verificar o cumprimento dos percentuais das cotas de aprendizes, em cada empresa. A Superintendência Regional do trabalho.

Instituições Formadoras	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); - As Escolas Técnicas de Educação, inclusive as agro técnicas; - As Entidades sem Fins Lucrativos.
Jornada especial	6 horas diárias - jovens que estão no ensino fundamental; 8 horas diárias - jovens que estão cursando ou terminaram o ensino médio, devem-se contar as horas destinadas às atividades teóricas e práticas.
Remuneração	Conforme o artigo 17 do manual da aprendizagem, respeitando circunstância mais vantajosa, é assegurado o salário-mínimo/hora.
Direitos trabalhistas	<ul style="list-style-type: none"> - Férias, que devem coincidir com as férias escolares; - Depósito no Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS); - 13º salário; - Vale-transporte.
Incentivos fiscais para as empresas contratantes	<ul style="list-style-type: none"> - Recolhimento de apenas 2% de FGTS; - Isenção de multa rescisória; - Dispensa aviso prévio.
Rescisão do contrato	Ocorrerá nas seguintes hipóteses: <ul style="list-style-type: none"> - Término do seu prazo de duração; - Momento em que o jovem atinja 24 anos, salvo para aprendizes com deficiência; - Atuação insuficiente ou inadequação do aprendiz; - Falta disciplinar grave do artigo 482 da CLT; - Falta de assiduidade à escola que cause cancelamento do ano letivo e; - A pedido do aprendiz.

Fonte: MOHERDAUI, Isabela Cintra; NAKAO, Viviane Tôgo; BOLZANI, Berenice. O programa jovem aprendiz como forma de inserção da juventude no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e (Org). Educação e desenvolvimento: prismas, movimentos e transições. Franca: Uni-FACEF/ UNESP, 2017, pp. 1275 – 1291.

Sobre o contrato especial de trabalho exigido pela Lei da Aprendizagem, o período não pode ultrapassar dois anos e a faixa etária de jovens aprendizes devem ser no mínimo 14 anos e no máximo 24 anos. A jornada de trabalho precisa ser de quatro a seis horas diária, com a ressalva de que o jovem não pode realizar horas extras, nem compensação de horas.

Com um critério a respeito da condição física em desenvolvimento do jovem, o ECA dispõe em seu artigo 69:

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (ECA, 2019a, p.46, grifos nossos)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2019) é claro em seu artigo 60 sobre a proteção do adolescente no trabalho como aprendiz e informa sobre a proibição de qualquer atividade laboral para o adolescente com idade inferior a 14 anos, a não ser que seja como aprendiz. Baseada nesse artigo, a Lei da aprendizagem postula sobre a obrigatoriedade das empresas em respeitar a faixa etária exigida para contratação. É essencial entender que o jovem tem particularidades que precisam ser respeitadas, uma vez que se encontram em fase de desenvolvimento físico e psicológico.

No que tange à obrigatoriedade das empresas, baseado no número total do quadro de funcionários, a lei postula que é necessário contratar no máximo quinze por cento e no mínimo cinco por cento de jovens aprendizes. Após a contratação, os estabelecimentos precisam inscrever os jovens em cursos que são cadastrados nos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

No que diz respeito aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, se estes não possuem cursos ou vagas capazes de suprir a demanda das empresas, outras entidades qualificadas poderão oferecer vagas para formação técnico-profissional. Essas entidades podem ser escolas técnicas de educação, entidades sem fins lucrativos, uma vez que essa precisa atender duas condições: a primeira é que essas entidades tenham por finalidade oferecer assistência e educação profissional aos jovens, a segunda é que possuam registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (LEI FEDERAL Nº 10.097/ 2000).

Com relação à estrutura oferecida pelas entidades que disponibilizam o curso, a lei diz que elas precisam oferecer condições adequadas para o desenvolvimento dos programas de aprendizagem, para que assim consigam atingir os objetivos esperados pelo curso: oferecer qualidade no processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a assistência e análise dos resultados (LEI FEDERAL Nº 10.097/ 2000).

Em relação aos conteúdos contemplados pelos cursos oferecidos pelas entidades formadoras, devem ter embasamento nos temas propostos pela Portaria 723/12 (BRASIL,2012), são divididos em três tipos, sendo eles: I - diretrizes gerais; II - diretrizes curriculares; III - conteúdos de formação humana e científica devidamente contextualizados.

I - Diretrizes gerais:

- a) qualificação social e profissional adequada às demandas e diversidades dos adolescentes, em conformidade com o disposto no art. 7º, parágrafo único, do Decreto nº 5.598, de 2005¹;
- b) início de um itinerário formativo, tendo como referência curso técnico correspondente;
- c) promoção da mobilidade no mundo de trabalho pela aquisição de formação técnica geral e de conhecimentos e habilidades específicas como parte de um itinerário formativo a ser desenvolvido ao longo da vida do aprendiz;
- d) contribuição para a elevação do nível de escolaridade do aprendiz;
- e) garantia das adequações para a aprendizagem de pessoas com deficiência conforme estabelecem os arts. 2º e 24 da Convenção da Organização das Nações Unidas - ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e os art. 28 e 29 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999;
- f) atendimento às necessidades dos adolescentes e jovens do campo e dos centros urbanos, que exijam um tratamento diferenciado no mercado de trabalho em razão de suas especificidades ou exposição a situações de maior vulnerabilidade social², particularmente no que se refere às dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e deficiência; e
- g) articulação de esforços nas áreas de educação, do trabalho e emprego, do esporte e lazer, da cultura e da ciência e tecnologia;

II - Diretrizes curriculares:

- a) desenvolvimento social e profissional do adolescente e do jovem, na qualidade de trabalhador e cidadão;
- b) perfil profissional, conhecimentos e habilidades requeridas para o desempenho da ocupação objeto de aprendizagem e descritos na CBO;
- c) Referências Curriculares Nacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, quando pertinentes;
- d) potencialidades do mercado local e regional de trabalho e as necessidades dos empregadores dos ramos econômicos para os quais se destina a formação profissional;
- e) ingresso de pessoas com deficiência e de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social nos programas de aprendizagem, condicionado à sua capacidade de aproveitamento e não ao seu nível de escolaridade; e

¹ Art. 7º - A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios: I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental; II - horário especial para o exercício das atividades; e III - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 2005).

² A definição de vulnerabilidade social, descrita abaixo na página 32, é descrita pela Legislação como público prioritário de atendimento pela Lei da Aprendizagem, Instrução Normativa nº 146, de 25 de julho de 2018, capítulo VIII, Art.39.

f) outras demandas do mundo do trabalho, vinculadas ao empreendedorismo e à economia solidária; [...] (BRASIL, 2012, *online*).

Sobre os conteúdos de formação humana e científica, a Portaria 723/12 (BRASIL, 2012) explana que os cursos oferecidos pelas entidades formadoras devem se atentar em determinados temas os quais devem ser seguidos e desenvolvidos com o jovem aprendiz em sua formação teórica sendo eles: português (leitura e escrita), comunicação oral, atualização de tecnologias; matemática (raciocínio lógico, interpretação e estudo de informações estatísticas); cultura brasileira e suas diferenças; estrutura, programação e manuseio do processo de trabalho e atividades em equipe; princípios de direitos do trabalhador, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, noções de saúde e segurança no trabalho; respeito à sexualidade, raça, etnia, existência, idade, religião e ponto de vista político; ensino fiscal; possibilidades de geração de renda tendo como tema principal a juventude; melhoria da compreensão em relação aos produtos e serviços financeiros e manuseio do próprio salário como forma de se informar sobre mercado financeiro e mundo do trabalho; prevenção ao uso de álcool e drogas; sexualidade, com foco em educação sexual e relações de gênero; princípios de segurança pública com foco no público jovem e estímulo à cooperação, individual e coletiva, no que diz respeito ao cuidado com o meio ambiente focando no desenvolvimento de cidadania.

A partir das diretrizes expostas acima, fica mais evidente que o público atendido pelos programas de aprendizagens são jovens de classe social baixa, ou seja, público prioritário, além disso é possível refletir e se questionar qual é o tipo de aprendizagem que quer se cultivar a partir das orientações e temas a serem inferidos nos cursos de aprendizagem profissional: aquela aprendizagem para formação de projetos de vida e crescimento individual e profissional ou se é uma formação para o mundo do trabalho focando nas necessidades do trabalhador e as expectativas do contratante.

Ao analisar as diretrizes, percebe-se maior direcionamento para formação para o mundo do trabalho, principalmente para o trabalho de baixa remuneração, mas que atende às necessidades das empresas, são temas que estimulam os jovens a se adaptar ao mundo do trabalho, no entanto, consideramos que seria necessário promover para o jovem a aquisição e aprimoramento de conhecimentos e habilidades pessoais e profissionais para desenvolver seus projetos de vida e se construírem enquanto cidadãos e sujeitos de direitos. Para isso, é necessário muito mais que noções de comunicação oral e escrita, matemática e noções de cidadania, é preciso formação que proporcione uma leitura e posicionamento crítico do mundo.

É responsabilidade dos governos por meio das políticas públicas e da sociedade, oferecer condições à juventude, para que elas se desenvolvam interpessoalmente e intrapessoalmente, para conseguirem desenvolver seus objetivos e projetos, independente da função que desempenham no mundo do trabalho.

Considerando o que foi exposto sobre os Programas de Aprendizagens e Serviços Nacionais de Aprendizagem, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2000) em seu artigo 63 dispõe que, uma vez que o jovem esteja inserido no ensino técnico profissional deve ocorrer a priorização dos estudos em ensino regular. A Lei da Aprendizagem, nesse sentido, assenta que um dos motivos que autorizam legalmente a rescisão do contrato de aprendizagem do jovem aprendiz é sua ausência frequente no ensino regular implicando na perda do ano letivo. Tanto o ECA quanto a Lei Federal 10.097/2000 (BRASIL, 2000) postulam sobre a importância de o jovem estar inserido no mercado de trabalho e não ter acesso apenas a atuação profissional pois é necessário que, ao mesmo tempo que ocorrer a prática na empresa, aconteça também a capacitação cultural e intelectual oferecida pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem e instituições autorizadas, focadas em políticas públicas de aprendizagem profissional.

Em respeito a essa condição, no momento de contratação, as empresas devem cadastrar os aprendizes em instituições que ofereçam o Programa de Aprendizagem, considerando a relação que se deve ter entre estudo e trabalho, uma vez que o jovem aprendiz não pode somente exercer o trabalho prático na empresa, ou seja, devem relacionar as práticas profissionais e a teoria oferecida pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

Para compreender melhor sobre a Lei 10.097/2000 é importante entender o contexto histórico no qual ela se insere.

1.2.Contexto histórico da Aprendizagem Profissional no Brasil

É importante destacar o contexto histórico sobre o qual a Lei 10.097/2000 - Lei da Aprendizagem, foi formulada. Vários textos científicos postulam que muitos historiadores acreditam que os primeiros acontecimentos relacionados à história da Educação Profissional no Brasil se deram por volta de 1808, durante o Império.

Conforme Vieira e Souza (2016), em 1808, com a chegada da família real portuguesa, Dom João VI instituiu o Colégio das Fábricas, primeira instituição inaugurada pelo poder público com o propósito de assistir o ensino de artistas e aprendizes que chegavam de Portugal.

Garcia, Dorsa, Oliveira e Castilho (2018) afirmam que nesse período a construção do exercício laboral se centralizava nas sociedades religiosas e filantrópicas. O Império se atentava principalmente na procura de formação necessária de trabalhadores em várias atividades, mas com o principal propósito de remover a população infantil das ruas a preocupação era principalmente com o futuro destas, evitando que viessem a se tornar inocuados.

Corroborando com esse dado, Escott e Moraes (2012, p.1494) afirmam que:

A partir daí, no decorrer do século XIX, várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, dentre outras. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a educação profissional no Brasil nasce revestida de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias.

Por volta dos anos de 1840 foram então implementadas as companhias de aprendizes através dos internatos que dedicavam atenção ao desenvolvimento educacional de marinheiros, contudo, o objetivo dessas companhias era formar vários profissionais para operarem na marinha e na guerra. Além da alfabetização também aprendiam a atividade específica de marinheiro. Depois da Proclamação da República essas companhias foram conservadas em determinados Estados, auxiliando como suporte para a constituição de uma rede de institutos profissionalizantes (GARCIA, DORSA, OLIVEIRA E CASTILHO, 2018).

Viera e Souza (2016) afirmam que o início do ensino técnico no Brasil se deu em 1906 pelo presidente Nilo Peçanha, o qual fundou quatro escolas profissionais em quatro cidades diferentes, sendo elas, Niterói, Campos, Petrópolis e Paraíba do Sul, as três primeiras eram atribuídas para instrução de ofícios, já a última se responsabilizava pelo ensino de aprendizagem agrícola.

Em 1909, o ainda presidente da república Nilo Peçanha, instituiu em 23 de setembro o Decreto 7566, no qual implementava dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, o que iniciou a referência da Rede Federal (GARCIA, DORSA, OLIVEIRA E CASTILHO, 2018; VIEIRA e SOUZA, 2016). No que diz respeito a essas escolas, Kuenzer (2007, p.27) destacou que “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas”.

A finalidade das escolas de Aprendizes e Artífices destacada por Kuenzer (2007) nos reporta à visão atual que autores colocam sobre a relação entre jovem e inserção no trabalho, no sentido de incluir jovens de baixa renda no mundo do trabalho com o foco de inseri-lo na sociedade e não como um direito de todos os jovens. Silva Júnior e Silva Júnior e Mayorga (2016) convida a uma reflexão que vai ao encontro com a percepção que foi exposta, o autor

reflete no sentido de pensar até que ponto a sociedade coloca o trabalho disfarçado de direito como forma de recurso e inclusão social do jovem de baixa renda na sociedade, as raízes históricas demonstram de onde surgem essas relações que ainda existem hoje, de enxergar o trabalho não como direito da juventude, mas como forma de salvá-los.

Já em 1910, de acordo com Vieira e Souza (2016), as Escolas de Aprendizes passaram a propor cursos de torneiro mecânico e eletricista e também cursos de carpinteiro e decoração (artes). Sales e Oliveira (2011) destacam que esse processo encontrou dificuldades na eficiência da rede das escolas em relação ao oferecimento dos cursos devido à ausência de professores e profissionais habilitados para darem as aulas.

Contudo, mesmo com as adversidades encontradas, essa referência profissional se estabilizou durante os anos, o que possibilitou a formação do grupo de escolas técnicas do Brasil (VIEIRA e SOUZA, 2016).

Após a criação das escolas, houve algumas mudanças de nomenclaturas, Garcia, Dorsa, Oliveira e Castilho (2018, p.3) destacam:

No decorrer dos anos o Ensino Profissionalizante continuou a ser ofertado pela Rede Federal, entretanto durante os anos houve mudanças de nomenclaturas, de Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser denominadas Liceus Profissionais, depois Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais, com a Educação Profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo sempre como objetivo a formação Profissional e nos dias atuais a formação Profissional Científica e Tecnológica

No que diz respeito ao assunto trabalho, diferentes momentos da história da aprendizagem profissional mostram a divisão da atividade trabalhista manual e atividade que exige raciocínio. Quem tinha acesso à educação de qualidade eram os filhos de dirigentes que aprendiam artes, ciências, educação. Já para a camada mais pobre da população eram ensinados ofícios (GONÇALVES, 2015).

Nesse tempo as crianças poderiam iniciar o trabalho com 12 anos, isso era possível devido ao Decreto-Lei nº 1313 que se manteve desde 1891 e continuou por trinta e nove anos sem alteração. A mudança só ocorreu a partir da República, em 1900, quando iniciaram ações relacionadas às reivindicações de mudanças no processo de trabalho. Em 11 de julho de 1917, junto a outras reivindicações, impuseram, através do “Comitê de Defesa Proletária”, a oposição ao trabalho de crianças com menos de 14 anos, além da cessação da atividade trabalhista noturna de mulheres e menores de 18 anos (GONÇALVES, 2015).

Em sequência foi regulamentado o Decreto nº 13.064 em 12 de junho de 1918 que apoia o regimento da Escola de Aprendizes e Artífices assinado pelo Ministério de Estado dos

Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Essa ação viabilizou as mudanças na educação profissional no que diz respeito ao seu foco de atuação, nos quais passaram a atender interesses nas áreas de agricultura e indústria (GONÇALVES, 2015). Pensando pelo mesmo raciocínio, Garcia, Dorsa, Oliveira e Castilho (2018, p.8) destacam que “em 1942, as Escolas de Aprendizizes e Artífices sofrem novas modificações e são denominadas escolas industriais e técnicas, configurando-se em 1959 como autarquias e sendo então denominadas como Escolas Técnicas Federais”.

A Aprendizagem Profissional no Brasil foi normatizada em sua primeira vez no ano de 1942 pela fundação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que foi criado pelo Decreto Lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942, devido ao aumento da industrialização era primordial a capacitação das pessoas para trabalharem nas indústrias que se firmavam, a partir disso, eclodiu um novo padrão de educação profissional (SOUZA, 2015).

Depois da criação desse Serviço, em 16 de julho de 1942 foi aprovado o Decreto Lei nº 4.481, no qual em seu art. 1º afirma que as indústrias são obrigadas a contratar jovens aprendizizes e cadastrá-los em alguma escola vinculada aos Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial. O número de aprendizizes a serem contratados é referente à, no máximo, quinze por cento e no mínimo cinco por cento relacionados ao número de operários que trabalham nos estabelecimentos industriais, os quais as funções exijam desenvolvimento profissional (BRASIL,1942).

A Lei da Aprendizagem postula as seguintes condições para admissão; aprendizizes com no mínimo 12 anos que tenham terminado o ensino primário ou então, terem noções básicas que são importantes para a formação profissional, estarem em plena orientação física e mental para conseguirem realizar as atividades necessárias, não terem nenhuma doença contagiosa. No que diz respeito às vagas de aprendizagem profissional, seriam disponibilizadas para filhos de funcionários da indústria, integrando também os órfãos e por último, os irmãos desses funcionários. Sobre o horário do curso, a decisão fica na responsabilidade das indústrias, somente com a condição de ser cumprido no horário da atividade laboral dos aprendizizes, não devendo haver faltas. A empresa também deveria se responsabilizar pela monitoração das atividades dirigidas pelo SENAI (BRASIL,1942).

A formalização da exigência da presença dos aprendizizes que iniciaram o trabalho nas indústrias em cursos de aprendizizes se deu em maio de 1943, neste período foi definida a obrigação do registro na carteira de trabalho e pagamento de meio salário aos menores (SOUZA, 2015).

A partir de 1943 ocorreram transformações mais efetivas no que tange a execução da política pública de aprendizagem profissional por meio da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT pelo Decreto-Lei 5.452/1943 a qual modificou algumas normas essenciais e passou a controlar a política de aprendizagem no que se refere à inclusão de regras que preservam jovens menores de 18 anos, normas essas indispensáveis para a capacitação profissional e alcance do início da vivência no primeiro emprego desses jovens. Ao mesmo tempo, a educação profissional passa a obter um novo formato, é determinado que as empresas relacionadas à indústria devam admitir aprendizes e simultaneamente cadastrá-los no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (GONÇALVES, 2015).

Em 1946 foram fundados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), incentivando a assistência em ensino profissional (VIEIRA e SOUZA, 2016). Esses serviços fazem parte do sistema “S” que se referem ao agrupamento de instituições voltadas para treinamento profissional.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) surgiu com o objetivo de propor aprendizagem e ensino comercial aos jovens aprendizes. Assim, foi estabelecido então o Decreto-Lei 8.622/1946 (BRASIL, 1946), o qual propõe para a Lei da Aprendizagem ser voltada também para área comercial, no que diz respeito à estrutura dos cursos de aprendizagem e para haver matérias e práticas relacionadas à atividade laboral, mantendo o que era determinado para o SENAI. No decreto fica exposta a imposição de admissão de aprendizes na área comercial a todo estabelecimento que tenha acima de nove funcionários. No que diz respeito às vagas de aprendizagem profissional, seriam disponibilizadas para alunos de cursos voltados para o comércio, estudantes que começaram algum curso no SENAC, filhos, até mesmo órfãos e irmãos deles. A empresa deveria cadastrar o aprendiz em cursos do SENAC. A Lei da Aprendizagem iniciava-se nessas colocações (BRASIL, 1946).

Tanto o SENAI quanto o SENAC conseguiram alcançar os objetivos desde a proposta inicial de sua criação, o que faz com que sejam grandes instituições com a finalidade de formação profissional até hoje. Gonçalves (2015, p.105) corrobora com essa afirmação:

A conjuntura deste período apresentava que este ensino despertou o interesse para aqueles que buscavam uma preparação mais rapidamente para o trabalho, principalmente para a população de baixa renda, desejosa de se profissionalizar, até porque eram incentivados através de uma remuneração para aprender e iniciavam treinamento nas próprias empresas, o que tornou essa rede de ensino mais “atraente”. Daí o sucesso deste sistema paralelo.

A publicação da Constituição Federal de 1988, trouxe avanços e determinou a idade mínima de 14 anos para o trabalho e 12 como jovem aprendiz (BRASIL, 1988).

Nessa circunstância é que surge o Estatuto da Criança e do Adolescente por meio da Lei Federal 8.069/90. Gonçalves (2015) afirma que essa ferramenta jurídica veio para guiar as pessoas com relação aos direitos da criança e do adolescente, auxiliando na orientação de empresas contratantes de aprendizes no que diz respeito a desacatos, abusos e exageros que elas praticavam com os menores.

Esse Estatuto é também um convite para a sociedade entender que o aprendiz, uma vez adolescente, está em desenvolvimento e precisa ser observado de forma diferente de outras pessoas em outras fases da vida, além de defender ferozmente a ideia de que criança não deve trabalhar e sim priorizar os estudos, disposto no artigo 60 “é proibido qualquer trabalho à menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”.

A publicação da Constituição Federal de 1998 trouxe avanços, foi proibida qualquer atividade laboral noturna, perigosa e insalubre aos indivíduos com menos de dezoito anos, além de qualquer exercício profissional para menores de dezesseis anos, desde que seja a começar dos quatorze anos na condição de jovem aprendiz. E ainda, com a ementa constitucional nº20, a idade mínima para começar a trabalhar que era de 14 anos, foi ampliada para 16 anos e o jovem aprendiz passou a ser considerado aquele com idade de 14 anos e não mais de 12 anos (BRASIL, 1988).

Frente as propostas econômicas no Brasil, o Decreto-Lei 5.452/1943 foi anulado e ocorreu a sua reposição pela Lei Federal 10.097 de 19 de dezembro de 2000, intitulada “Lei do Menor Aprendiz”. Embora se perceba a longitude nos anos de regulamentação das duas leis, ainda foi conservada a aprendizagem profissional sistemática como metodologia educativa, mas nesta ocasião, fundamentada nos mais modernos modelos de produção (SILVA, 2013).

Souza (2015) argumenta que a Lei 10.097/2000 foi a segunda publicação da Lei da Aprendizagem que ocorreu por causa das inúmeras mudanças nas atividades de economia em meados de 1990 que abalou a inserção do jovem no mundo do trabalho.

No ano de 2000 os líderes do governo do Brasil, como forma de elevar o número de empregos formais da juventude e respondendo ao mundo do trabalho que, à medida que o tempo passava se tornava mais exigente ocorrendo a utilização do trabalho de jovens mais capacitados, reestruturaram a Lei da Aprendizagem (SOUZA, 2015).

Essa nova Lei se difere da primeira publicação em vários sentidos, as alterações se deram com relação às instituições que oferecem o programa de aprendizagem, à asseguarção

de direitos trabalhistas, formação escolar, contrato de trabalho e porte de empresas que são obrigadas a contratar aprendizes.

No que diz respeito às alterações da Lei foram assegurados todos os benefícios trabalhistas ao jovem, houve também modificação da remuneração, a qual foi definida como um salário-mínimo - hora. Com relação à formação escolar do aprendiz, passou a ser um critério ter terminado de cursar o ensino fundamental. Sobre a duração do contrato de trabalho, exigiu-se então o tempo mínimo de um ano ou máximo de dois anos de durabilidade, passando então a ser um contrato especial de trabalho. Além do SENAI e SENAC, outros sistemas "S"³ foram incluídos no oferecimento dos programas de aprendizagens em forma de cursos, foram eles: Serviço Nacional de Aprendizagem ao Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), além de escolas técnicas e Organizações Não-Governamentais (ONG's). Para a contratação foi limitado que somente as instituições de médio e grande porte seriam exigidas pela contratação do jovem aprendiz (SILVA, 2013).

Além dessas alterações, houve uma modificação na CLT determinada pela Lei 10.097/2000. Foi inserido no artigo 429 da CLT a respeito da obrigatoriedade das empresas em contratar aprendizes e ao mesmo tempo inscrevê-los em Serviços Nacionais de Aprendizagem. Outra informação inserida foi em relação ao número de aprendizes a serem contratados que deve ser baseado em no mínimo cinco por cento e máximo quinze por cento, referente ao número de funcionários da empresa. As ocupações desempenhadas devem exigir capacitação profissional (BRASIL, 2000).

Gonçalves (2015) elaborou um quadro com as datas e ações que considerou mais importantes até o ano de 2000, marcos esses relacionados à política de aprendizagem no Brasil:

Quadro 2 - Ações relacionadas à política de aprendizagem profissional

DATA	Descrição da Ação
1918	Decreto nº13064, de 12 de junho. Aprova o regulamento da então Escola de Aprendizes e Artífices, assinado pelo então, hoje extinto, Ministério de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio.
1942	Em 16 de julho inaugura-se com o Decreto Lei nº 4481. A aprendizagem ocorre especialmente na indústria, como espécie

³Referem-se ao agrupamento de instituições voltadas para treinamento profissional, tais como Serviço Nacional de Aprendizagem ao Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), além de escolas técnicas e Organizações Não-Governamentais (ONG's).

	de contrato de trabalho nas empresas privadas. Por motivos desconhecidos o Decreto de Lei nº 4481 cai em descrédito.
1943	Consolidação da CLT estabeleceu idade mínima de 12 anos.
1946	Em 10 de janeiro foi a vez da normatização de aprendizagem do comércio, através do Decreto-Lei nº 8622.
1988	Promulgação da Constituição Federal (Constituição Cidadã) idade mínima do trabalho de 14 anos (art. 7º XXXIII) a exceção dos aprendizes (12 anos) e o trabalho noturno, perigoso e insalubre, proibido para menores de 18 anos. Ainda em 1988-Emenda Constitucional nº20 alterou o referido inciso, passando idade mínima de 14 anos para 16 anos, e a do aprendiz de 12 para 14 anos.
1990	Aprovado o Estatuto da Criança e Adolescente – estabelecendo a proibição do trabalho infantil – definindo a idade mínima para o trabalho com 14 anos, salvo na condição de aprendiz. Proteção do trabalho para menores de 18 anos, proibido o trabalho (insalubre, periculoso e penoso) para adolescentes entre 12 e 14 anos na condição de aprendiz foi assegurada uma bolsa de aprendizagem.
LEI 10.097/2000	Lei da aprendizagem foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso num contexto de reestruturação econômica e produtiva além da competitividade, essa Lei foca a relação Trabalho/ Aprendizagem em que representa a tentativa de inserir o jovem no mundo do trabalho, aliado a formação profissional e à continuidade dos estudos.

Fonte: GONÇALVES, Lucimara Bezerra de Lima. Jovem e programa de aprendizagem: proteção ou desamparo? (Dissertação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo (PUC), 2015, p.108.

Do quadro acima elaborado por Gonçalves (2015) entende-se que a Lei da Aprendizagem Profissional foi sendo construída por meio de vários acontecimentos que contribuíram para sua implementação e para garantia de proteção aos direitos das juventudes, principalmente no que diz respeito à relação entre jovem e trabalho, e foi criada como forma de facilitar a inclusão desse público no mundo do trabalho.

Após a implementação da Lei da Aprendizagem ainda houve várias alterações e regulamentações, Araújo (2008) exhibe alguns embasamentos legais que ocorreram após o ano de 2000, que foi organizado no seguinte quadro.

Quadro 3 - Ações relacionadas à política de aprendizagem profissional a partir da criação da Lei 10.097/2000.

DATA	ALTERAÇÃO
Portaria MTE nº 702 DE 16/12/2001	Que estabelece normas para avaliação da competência das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e que se proponham a desenvolver Programas de Aprendizagem nos termos do art.430 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), revogada pela portaria MTE nº615, de 13/12/2007 que cria o cadastro Nacional de Aprendizagem.
Instrução Normativa SIT/TEM nº26 de 20/12/2001	Que baixa instruções para orientar a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos Programas de Aprendizagem.
Decreto nº 5.598 de 1/12/2005	Que regulamenta a contratação de aprendizes.
MTE – Portaria nº 615/2007	Que cria Cadastro Nacional de Aprendizagem destinado à inscrição das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica.

Fonte: Adaptado de Araújo, Maria Dalvaneide de Oliveira. O Programa Aprendizagem: um estudo da formação do jovem aprendiz no SENAC/PE. (Dissertação). Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p. 46.

Entende-se através do quadro 3 que as alterações advindas da Lei da Aprendizagem, após o ano de 2000, vieram para aperfeiçoar a Lei no sentido de proteção dos direitos da juventude e asseguarção das condições trabalhistas do jovem inserido nessa política pública e no mercado de trabalho, ocorrendo a fiscalização tanto de empresas e instituições que contratam o aprendiz quanto das organizações que oferecem o programa de aprendizagem, as quais foram ampliadas a partir da Lei 10.097/2000.

No que diz respeito ao desenvolvimento e alterações da Lei nos próximos anos, Silva (2013) postula que após cinco anos, em 1º de dezembro de 2005, através do Decreto-Lei 5.598 houve alteração na denominação da Lei 10.097/2000, antes conhecida como Lei do Menor Aprendiz, passou a ser intitulada como “Lei do Jovem Aprendiz”, em adicional a mudança na intitulação trouxe modificação no que diz respeito à faixa etária máxima de contratação, que antes dessa mudança aprendizes poderiam ser contratados de 14 anos até os 18 anos, passando então a ser exigida a contratação de jovens aprendizes de 14 até 24 anos de idade incompletos. Em 2013 foi validada a Portaria 723/12, com alterações importantes no período dos cursos. Também houve alteração relacionada à fiscalização das instituições e entidades que proporcionam o programa de aprendizagem, que a partir desse momento passam a ser

supervisionadas pela Secretaria de Políticas Públicas do Emprego (SPPE), na qual precisarão se embasar na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) com o objetivo de investigar se os programas de aprendizagens estão cumprindo com sua finalidade de educação e orientação adequadas, de acordo com o ofício de ocupações (SOUZA, 2015).

De acordo com Souza (2015), as instituições que desenvolvem os programas de aprendizagens têm como responsabilidade desenvolver os mesmos a partir do Catálogo Nacional dos Programas de Aprendizagem. Fica evidente então que a responsabilidade de implementação e constituição dos programas de aprendizagens é da instituição formadora, mas a Secretaria de Políticas Públicas do Emprego (SPPE) fica responsável pela monitoração, orientação e permissão desses conteúdos.

Sobre o Catálogo Nacional dos Programas de Aprendizagem:

Este Catálogo é uma das inovações, sua meta é direcionar a elaboração dos programas de aprendizagem profissional, especificando os requisitos de idade, escolaridade, carga horária dos cursos, complexidade técnica da formação e descrição do ofício (SOUZA, 2013, p.47)

De acordo com a Portaria 723/12 (BRASIL,2012) com relação às modificações na carga horária do curso oferecido pelas instituições formadoras, exige-se que as atividades teóricas cumpridas pelos aprendizes sejam de 40% no mínimo, embasado em cursos técnicos reconhecidos pelo Ministério da Educação ou 400 horas. Esse tempo de curso teórico deve ser representado por trinta por cento no mínimo e máximo cinquenta por cento, a contar a totalidade de horas do programa de aprendizagem.

Outro critério a ser cumprido é que no início da formação a entidade formadora deve oferecer oitenta horas-aula sequenciais de curso, após essa carga horária ser completada o restante deve ser realizado de forma que alterne atividades teóricas e práticas para que o jovem aprendiz consiga ter a vivência de aprendizados teóricos e práticos concomitantemente (BRASIL, 2012).

Essa modificação relacionada às oitenta horas iniciais sequenciais a serem cumpridas no início do curso pode ser considerada uma essencial alteração e um progresso na Lei, pois através dela possibilita que os aprendizes consigam iniciar as atividades práticas melhores embasados teoricamente e orientados. Souza (2013, p.49) confirmam essa afirmação: “podemos dizer que este é um avanço na Lei da Aprendizagem, pois muitos jovens tinham dificuldades de iniciar suas atividades práticas, sem orientações adequadas e acabavam tendo alguns problemas nas empresas contratantes”.

No que diz respeito à parte teórica que os aprendizes precisam cumprir, existem conteúdos de formação específicos que devem aprender neste curso, perante a Lei, as instituições devem estar atentas para expor os temas e habilidades que tenham relação com as ocupações descritas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), baseados na portaria 723/12 (BRASIL, 2012).

Outra alteração importante estabelecida pela portaria 723/12 é referente os cursos oferecidos pelas instituições formadoras que devem ser validados, avaliados e qualificados, e como condição deve haver um quadro de docentes próprio, habilitados e qualificados para lecionar as disciplinas oferecidas.

A última atualização na Lei da Aprendizagem foi em 25 de julho de 2018, pela instrução normativa nº146 (BRASIL, 2018).

Essa instrução ordena com relação à supervisão do desempenho das regras que constituem a lei da aprendizagem profissional. De acordo com a instrução normativa 146 (BRASIL, 2018, *online*), em seu art. 1º coloca o principal objetivo dessa atualização que é, “[..] estabelecer diretrizes e disciplinar a fiscalização da aprendizagem [...]”.

Essa instrução substitui a Instrução Normativa MTE/SIT nº 97 de 30 de julho de 2012, e proporciona algumas alterações. No que diz respeito às empresas que são obrigadas a contratar aprendizes, algumas são adicionadas nessa obrigatoriedade como, condomínios, igrejas, associações, sindicatos, instituições filantrópicas, cartórios, conselhos profissionais, e outras (BRASIL, 2018).

Fica evidente que o único parâmetro a ser utilizado para contratação de aprendizes deve ser a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), constituída pelo Ministério do Trabalho, relacionando as atividades desempenhadas pelo aprendiz com os códigos da CBO. O percentual para a contratação deve ser no mínimo cinco por cento e máximo quinze por cento, fica obrigado então a contratar aprendizes aquelas empresas que tenham pelo menos sete funcionários admitidos em ocupações que requeiram preparo profissional. Ainda sobre contratação, não podem ser incluídos na cota de aprendizes aqueles cargos que demandam formação profissional técnica ou superior, cargos de liderança relacionados à gerência, diretoria ou cargos de confiança, nem trabalhadores com contrato de trabalho temporário (BRASIL, 2018).

No que diz respeito ao grau de escolaridade, nessa Instrução Normativa fica evidente que aqueles aprendizes que possuem o ensino médio completo podem cumprir oito horas diárias de carga horária, incluindo atividades teóricas e práticas, tendo que ser contado o tempo de locomoção entre os lugares que ocorrem essas atividades (BRASIL, 2018).

A empresa que não possuir condições para que o aprendiz exerça a parte prática poderão assinar um termo de compromisso solicitando que os aprendizes cumpram suas atividades práticas em uma instituição concedente. É apontada como esse tipo de instituição, órgãos públicos, organizações da sociedade civil e entidades que realizem o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL,2018).

No que diz respeito à contratação de adolescentes participantes dessa condição:

§ 3º O termo de compromisso deve prever a obrigatoriedade de contratação de adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como:

- a) adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas;
- b) jovens em cumprimento de pena no sistema prisional;
- c) jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;
- d) jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional;
- e) jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil;
- f) jovens e adolescentes com deficiência;
- g) jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e,
- h) jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública.

§ 4º As partes poderão eleger, no termo de compromisso, o perfil prioritário dos jovens e adolescentes a serem contemplados (BRASIL, 2018, *online*)

Entende-se que a contratação nas condições acima deve priorizar os jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social, uma vez que esse público tem maiores dificuldades para conseguir trabalho, dada principalmente pelos preconceitos e discriminação que sofrem.

Percebe-se que desde o Império, quando alguns autores sinalizaram o início da história da Aprendizagem Profissional, ocorreram muitas transformações em vários contextos. Identifica-se que desde a criação da Lei 10.097/2000 ocorreram também várias alterações e regulamentações, buscando preservar a aprendizagem metódica e o princípio da Lei, que é relacionar teoria e prática aliando ao contínuo dos estudos, assegurando os direitos do jovem aprendiz, buscando incluir jovens em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho. Também fica evidente que essa política de aprendizagem profissional procurou, ao longo dos anos, configurar-se como Política Pública e trazer na configuração dos programas de aprendizagens, mudanças não só para o aprendiz aprender a parte prática da atividade laboral, mas entender sobre o universo do trabalho e temas específicos que atravessam suas vidas. Nesse sentido é importante verificar o que as pesquisas acadêmicas têm exposto de dados sobre a relação da juventude e programas de aprendizagens

1.3. Os Programas de Aprendizagens nas pesquisas acadêmicas

Após ter apresentado o processo histórico da educação profissional no Brasil até chegar na publicação da Lei da Aprendizagem, sentimos a necessidade de identificar e discorrer sobre as pesquisas que têm sido desenvolvidas no meio acadêmico sobre os programas de Aprendizagens e sua relação com a juventude.

Sousa, Frozzi e Bardagi (2013) realizaram uma pesquisa⁴ com quatro jovens aprendizes catarinenses com idades entre 14 e 16 anos, sendo dois do sexo masculino e duas do sexo feminino, os jovens estavam inseridos no programa de aprendizagem há pelo menos um ano e seis meses e realizavam funções administrativas e/ou atendimento, eram estudantes de escola pública e de classe social de baixa renda. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a realização de grupo focal, os temas propostos durante as entrevistas explanavam sobre as perspectivas e a motivação que levaram os jovens a se inserirem no programa de aprendizagem, a vivência como aprendiz, a relação entre trabalho e estudo.

O estudo teve como objetivo entender como esses jovens pesquisados percebem o primeiro emprego e inserção laboral, quais transformações e mudanças no que diz respeito aos hábitos diários, projeto de vida e vivência profissional a partir da experiência como jovem aprendiz. Além de aspectos positivos, o estudo buscou a percepção de pontos negativos da inserção do jovem no primeiro emprego. A partir da análise de conteúdo, o artigo levantou nove categorias: organização e planejamento pessoal, saúde, mudanças comportamentais, família e amigos, escola, colegas e supervisores, significado do trabalho, escolha profissional e avaliação do programa de aprendizagem.

As autoras concluíram que o programa de aprendizagem foi visto de forma positiva pelos participantes da pesquisa, uma vez que associaram essa política com a melhoria no desenvolvimento e estímulo para estudar, além de vínculos mais próximos com a família, surgimento de novas relações sociais auxiliando em suas escolhas para o futuro e projeto de vida. Como aspectos negativos foi identificada a questão da falta de tempo dos jovens

⁴ **Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego**, artigo científico, publicado na Revista Científica *Psicologia: Ciência e Profissão*, ano de 2013, escrito por Heloiza de Sousa, Denise Frozzi e Marucia Patta Bardagi, pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina.

aprendizes pesquisados ao autocuidado, tanto com relação à saúde, diversão, entretenimento e amigos e alguns aspectos do curso teórico a serem melhorados.

Moherdau, Nakáo e Bolzani (2017) realizaram uma pesquisa qualitativa⁵ com a amostra de cinco jovens maiores dezoito anos egressos do Programa de Aprendizagem de uma Instituição de Franca – SP. O estudo teve como objetivo avaliar esse programa como uma política pública de inserção de jovens no mercado de trabalho e verificar se os atendidos pela instituição estariam preparados para o futuro profissional. Como instrumento, foi utilizada entrevista semiestruturada, com questões referentes à vivência no Programa de Aprendizagem. A análise dos dados feita à luz da análise de conteúdos, apontou quatro categorias de análise: aprimoramento intelectual, preparo para o mundo do trabalho, marcas do primeiro emprego, desenvolvimento intrapessoal e interpessoal.

Em relação à primeira categoria, *aprimoramento intelectual*, as autoras perceberam pela fala dos jovens e afirmaram que o Programa de Aprendizagem estudado estimulou os entrevistados com relação à vontade de continuar os estudos, dando suporte para o aprimoramento intelectual dos jovens. Na segunda categoria, *preparo para o mundo do trabalho*, foi exposto que a partir das vivências proporcionadas pelo programa, Moherdau, Nakáo e Bolzani (2017) os jovens entrevistados estão mais preparados e seguros para o mundo do trabalho. Na categoria *marcas do primeiro emprego*, expuseram que o primeiro emprego pode marcar a vida de jovens aprendizes. Já na última categoria, *desenvolvimento intrapessoal e interpessoal*, as autoras expuseram que os aprendizes entrevistados passaram por experiências no programa que podem ter proporcionado o aumento das responsabilidades, obtenção de habilidades humanas influenciando nas relações interpessoais e na convivência tanto pessoal quanto profissional.

Foi concluído que o programa de aprendizagem oferecido pela Instituição demonstra realizar de forma eficaz a inserção e preparação para o universo do trabalho de acordo com os jovens entrevistados, também foi constatado que o programa alcança mais do que o objetivo de inserir na primeira vivência de emprego, instigando os jovens a buscar preparação e formação complementar do conhecimento e melhoria nas capacidades interpessoais e intrapessoais.

⁵ **O programa jovem aprendiz como forma de inserção da juventude no mundo do trabalho**, artigo científico, publicado no e-book: *Educação e desenvolvimento: prismas, movimentos e transições*, no ano de 2017, VI Simpósio de Educação e III Encontro Internacional de Políticas Públicas em Educação, escrito por Isabela Cintra Moherdau, Viviane Tôgo Nakáo e Berenice Bolzani.

Nesse mesmo sentido, Moherdau e Gracioli (2019)⁶ estruturaram uma pesquisa qualitativa sobre o tema juventude e Programas de Aprendizagem Profissional, com o objetivo de explorar as produções acadêmicas sobre esse assunto, como metodologia foi utilizado os seguintes descritores: aprendiz, jovem aprendiz, juventude, programa aprendizagem profissional, programa de aprendizagem, e o cruzamento dos descritores como juventude e trabalho, jovem aprendiz e Programa de Aprendizagem. Foram selecionadas produções científicas divulgadas entre os anos 2000 e 2018. A seguir serão apresentados os quadros elaborados pelas autoras das produções acadêmicas encontradas nas plataformas:

Quadro 4 – Produções acadêmicas encontradas na Plataforma Capes:

Título	Autor(ores)	Metodologia	Universidade e/ou revista	Tipo	Ano
Programa de aprendizagem: imagem e satisfação na visão dos aprendizes	Suzete Antonieta Lizote; Miguel Angel Verdinelli; Elisa Couto Laurentino; Thais Cristina MelimPetrel; Luana da Silva Santos	Quantitativa; questionário <i>survey</i>	Universidade do Vale do Itajaí-SC; RACE; Revista de Administração, Contabilidade e Economia.	Artigo	2015
Formação profissional: as vivências dos jovens em um programa de aprendizagem	Manuella Castelo Branco Pessoa; Maria de Fátima Pereira Alberto	Qualitativa/ entrevista semiestruturada	Universidade Federal da Paraíba-PB; Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia	Artigo	2015
Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si	Renata Danielle Moreira Silva; Zeidi Araujo Trindade	Qualitativa/ entrevista semiestruturada	Universidade Federal do Espírito Santo; Revista Brasileira de Orientação Profissional	Artigo	2013
As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes - um estudo piloto	Elsa de Mattos; Antonio Marcos Chaves	Qualitativa/ questionário aberto	Universidade Federal da Bahia; Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano	Artigo	2006

⁶ **Juventude e os programas de aprendizagens: o que dizem as pesquisas?** capítulo de livro publicado no *e-book: Educação e políticas públicas em vieses interdisciplinares*, publicado no ano de 2019, publicado pelo VII Simpósio de Educação e IV Encontro Internacional de Políticas Públicas de Educação do Uni-FACEF, escrito por Isabela Cintra Moherdau, e Maria Madalena Gracioli.

Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos	Elsa de Mattos; Antônio Marcos Chaves	Qualitativa; entrevista semiestruturada, questionário sociodemográfico e observação participativa	Universidade Federal da Bahia; Revista Psicologia Ciência e Profissão	Artigo	2010
Juventude e Educação Profissionalizante: Dimensões Psicossociais do Programa Jovem Aprendiz	Maria de Fatima Quintal de Freitas; Lygia Maria Portugal de Oliveira	Qualitativa; questionário semiestruturado	Universidade Federal do Paraná; Revista Psicologia em Pesquisa	Artigo	2012

Fonte: MOHERDAUI, I. C.; GRACIOLI, M. M. Juventude e os programas de aprendizagens: o que dizem as pesquisas? In: OLIVEIRA, S. F. P. e (Org). Educação e políticas públicas em vieses interdisciplinares. Franca: Uni-FACEF/ UNESP, v.8, 2019, p. 90 – 108.

O quadro acima apresenta os seis artigos encontrados na Plataforma CAPES. Com relação a metodologia, pode-se observar que a maioria dos artigos utilizaram a análise qualitativa, somente um valeu-se de análise quantitativa. Como instrumentos de pesquisa na fase de coleta de informações foram utilizados questionário semiestruturado ou aberto, sociodemográfico, *survey*, entrevistas semiestruturadas e observação participante. (Moherdau, Gracioli, 2019).

As autoras complementaram que no que diz respeito à análise de dados, a maioria dos estudos utilizaram análise de conteúdo, somente uma pesquisa utilizou uma análise descritiva, uma vez que a metodologia foi quantitativa e o instrumento utilizado para coleta de informações foi questionário *survey*. E que os principais temas encontrados nos artigos foram as vivências pelo ponto de vista dos jovens aprendizes nos Programas de Aprendizagens Profissional, razões as quais contribuíram para os jovens quererem se adentrar na política pública de aprendizagem profissional, as transformações obtidas depois de passar pelo Programa, as personificações sociais de jovens aprendizes no que concerne a atividade laboral e a ligação de trabalho e aprendizagem escolar.

As autoras afirmam que todas as pesquisas encontradas na plataforma CAPES demonstraram pontos positivos no que diz respeito à colocação do jovem no primeiro emprego por meio dos programas de aprendizagens, em contrapartida também apresentaram como resultados pontos negativos. Como aspectos positivos foi apontado que o programa de aprendizagem auxilia na obtenção de mais aprendizado, desenvolvimento de capacidades sociais e pessoais, oportunidades de desenvolvimento na trajetória profissional, aperfeiçoamento das qualificações profissionais, aquisição de rendimento financeiro próprio e

autonomia nesse aspecto, possibilidade de viver a primeira experiência de trabalho remunerado e melhoria da habilidade de iniciativa. Já como aspectos negativos foram identificados principalmente problemas em administrar tempo com relação ao trabalho e estudos, obtenção de obrigações a serem cumpridas as quais fazem parte da vida adulta e que os jovens julgam cansativas e intensas para eles, transformando-os em adultos fora do tempo, falta de tempo para afazeres complementares e dificuldade em colocar o estudo em primeiro lugar em relação ao trabalho (MOHERDAUI; GRACIOLI, 2019).

Quadro 5 – Produções acadêmicas encontradas na Plataforma *Scielo*:

Título	Autor(ores)	Metodologia	Universidade e/ou revista	Tipo	Ano
Avaliação do Programa Jovem Aprendiz a partir de um Estudo Quase-Experimental	Maria da Conceição Oliveira Villar; Luciana Mourão	Estudo quase experimental; quantitativo; utilizou a Escala de Percepção Atual do Desenvolvimento Profissional – EPADP	Universidade Salgado de Oliveira – Niterói – RJ - Revista Temas em Psicologia	Artigo	2018
Formação profissional e futuro: expectativas dos adolescentes aprendizes	Orlando Júnior Viana Macêdo; Maria de Fátima Pereira Alberto; Anísio José da Silva Araújo	Qualitativa; entrevistas semiestruturadas individuais, coletivas	Universidade Federal da Paraíba – PB - Revista Estudos de Psicologia	Artigo	2012
O sentido da formação profissional no contexto da aprendizagem	Orlando Júnior Viana Macêdo; Maria de Fátima Pereira Alberto	Qualitativa; entrevistas semiestruturadas individuais, coletivas e análise documental.	Universidade Federal da Paraíba – PB - Revista Estudos de Psicologia	Artigo	2012

Fonte: MOHERDAUI, I. C.; GRACIOLI. Juventude e os programas de aprendizagens: o que dizem as pesquisas? In: OLIVEIRA, S. F. P. e (Org). Educação e políticas públicas em vieses interdisciplinares. Franca: Uni-FACEF/ UNESP, v.8, 2019, pp. 90 – 108.

O quadro cinco apresenta os três artigos encontrados pelas autoras Moherdau e Gracioli (2019) na Plataforma *Scielo*, que identificaram, em relação à metodologia utilizada, duas pesquisas que tiveram cunho qualitativo, e utilizaram como instrumentos entrevistas semiestruturadas. Uma dessas pesquisas fez uso da análise documental. Somente uma das pesquisas fugiu do padrão de metodologia encontrada nas pesquisas: recorreu ao estudo quase

experimental de cunho quantitativo e utilizou como instrumento a Escala de Percepção Atual do Desenvolvimento Profissional – EPADP. Dois artigos foram publicados em 2018, enquanto o outro teve como ano de publicação 2012.

Para as autoras os resultados apresentados pelas pesquisas indicam que o Programa de Aprendizagem auxilia no amadurecimento profissional, na capacidade de conseguir um emprego e também na autoconfiança do jovem em relação a crença de que ele tem capacidade para desenvolver alguma atividade específica, o que melhora o relacionamento intrapessoal e a forma como o jovem se percebe, percebe-se também a ânsia em dar continuidade aos estudos até ao ensino superior e o auxílio na inclusão social, e obtenção de dinheiro e pertences. Em contraponto, nos artigos concluiu-se que o Programa de Aprendizagem não colabora para evolução de concepções críticas dos jovens e nem para reconhecimento da educação que é o principal objetivo da formação profissional.

Quadro 6 – Produções acadêmicas encontradas na base de dados da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Título	Autor(ores)	Metodologia	Universidade e/ou revista	Tipo	Ano
O trabalho juvenil em perspectiva	Maria Inês Fontana Pereira de Souza;	Qualitativa; entrevista semiestruturada	UNESP-Franca-SP	Dissertação	2001
Programa de Aprendizagem: Desafios e perspectivas para o serviço social	Fernanda Ferro da Silva;	Qualitativa; entrevista semiestruturada	UNESP-Franca-SP	Trabalho de Conclusão de Curso	2011
O trabalho do menor aprendiz no Brasil e a guarda mirim de Franca	Patrícia da Costa Maia;	Qualitativa; entrevista semiestruturada	UNESP-Franca-SP	Trabalho de Conclusão de Curso	2004
Trabalho aprendiz x trabalho infantil: O que os diferencia?	Talita Fernanda Doná;	Qualitativa; entrevista semiestruturada com as coordenadoras das instituições de Aprendizagem	UNESP-Franca-SP	Trabalho de Conclusão de Curso	2007
O trabalho infantil e o contrato de aprendizagem	Tatiana Mascarenhas Chavier	Qualitativa; Pesquisa bibliográfica	UNESP-Franca-SP	Trabalho de Conclusão de Curso	2014

O trabalho da criança e do adolescente: problema ou solução	Sheila Batista Souza	Qualitativa; entrevista semiestruturada com famílias atendidas pelo Programa e com a assistente social do CREAS; três oficinas com as famílias e profissionais; questionários pra alunos de uma escola	UNESP-Franca-SP	Trabalho de Conclusão de Curso	2012
Aprendizagem Profissional: uma alternativa ao trabalho infantil	Marina Akemi Nomoto	Qualitativa; documental; entrevista estruturada	UNESP-Franca-SP	Trabalho de Conclusão de Curso	2004

Fonte: MOHERDAUI, I. C.; GRACIOLI. Juventude e os programas de aprendizagens: o que dizem as pesquisas? *In*: OLIVEIRA, S. F. P. e (Org). Educação e políticas públicas em vieses interdisciplinares. Franca: Uni-FACEF/ UNESP, v.8, 2019, pp. 90 – 108.

No quadro 6 observa-se que as sete produções que foram encontradas na pesquisa desenvolvida por Moherdaui e Gracioli (2019), utilizando a base de dados da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), trabalhos nos quais centram seus assuntos na relação jovem e programas de aprendizagem, identifica-se duas categorias: trabalho de conclusão de curso e dissertação de mestrado. Seis pesquisas estão inseridas na categoria trabalho de conclusão de curso e uma pesquisa entra na classe de dissertação de mestrado.

Em relação às metodologias utilizadas nos estudos a maioria valeu-se de método exploratório, revisão de literatura e utilizou como instrumento de coleta de dados entrevista semiestruturadas. Somente um estudo valeu-se da pesquisa bibliográfica como método de pesquisa e apenas um recorreu à entrevista estruturada e questionário para coletar as informações dos participantes (MOHERDAUI e GRACIOLI, 2019).

De acordo com as autoras os temas versados nos estudos foram: a colaboração dos Programas de Aprendizagens pelo ponto de vista dos jovens aprendizes e dos profissionais colaboradores dessa política, a maneira que os adolescentes se adentram no mercado formal de trabalho, a vivência do jovem aprendiz na cidade de Franca - SP e a perspectiva de jovens aprendizes.

Esse grupo de pesquisa demonstra mais questões negativas do que as positivas relacionadas ao jovem e sua relação com o Programa de Aprendizagem. Como ponto positivo

foram identificados a inserção do jovem no mercado formal de trabalho e o desenvolvimento de habilidades pessoais. Em contraponto, as pesquisas trouxeram a necessidade de supervisão dos programas para assegurar que os direitos do jovem aprendiz estão sendo cumpridos, pois não há muita cautela no acompanhamento do processo de desenvolvimento de cidadania nessa política pública, organizações que deixam de exercer as leis que regularizam os programas de aprendizagem, e a maior parte dos jovens aprendizes não têm seu contrato de aprendizagem efetivado pela empresa quando finaliza o Programa.

A partir do estudo, Moherdau e Gracioli (2019) levantaram duas categorias e subcategorias:

Quadro 7 – Categorias levantadas no estudo mencionado no que diz respeito à pesquisa realizada pelas autoras nas plataformas:

Categoria	Subcategoria
Contribuição dos Programas de Aprendizagens	Contribuições positivas no desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens aprendizes;
	Necessidade de fiscalização da Lei da Aprendizagem;
Relação Estudo e Trabalho	Conciliar trabalho e estudo se configura como desafio na rotina dos jovens aprendizes;

Fonte: MOHERDAUI, I. C.; GRACIOLI. Juventude e os programas de aprendizagens: o que dizem as pesquisas? *In*: OLIVEIRA, S. F. P. e (Org). Educação e políticas públicas em vieses interdisciplinares. Franca: Uni-FACEF/ UNESP, v.8, 2019, pp103.

A partir da leitura mais aprofundada das categorias levantadas no estudo, as autoras afirmaram que a maioria dos estudos localizados mostram que os Programas de Aprendizagens têm influência positiva com relação ao desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens inseridos no programa, dando suporte para que eles busquem aprimoramento profissional e capacitação. Ao mesmo tempo as pesquisas analisadas pelas autoras colocam sobre a importância da fiscalização dos Programas de Aprendizagens, para prevenção de danos aos jovens, impossibilitando assim qualquer tipo de abuso para esse público no contexto da Lei da Aprendizagem, considerando o jovem aprendiz como sujeito de direitos. As autoras ainda destacam sobre a importância da fiscalização frequente da Lei de Aprendizagem como forma de prevenção ao trabalho infantil, “quando a Lei não é fiscalizada, corre-se o risco de, ao invés da Política de Aprendizagem Profissional cumprir o seu principal objetivo que é inserir o jovem no mundo do trabalho, desenvolva-se outro problema social, criando condições para o trabalho infantil” Moherdau e Gracioli (2019, p.104).

As autoras destacam que apesar de ficar evidente nas pesquisas que os Programas de Aprendizagem auxiliam na capacitação pessoal e profissional do jovem aprendiz, a inserção nesse programa faz com que eles precisem se organizar em rotinas sobrecarregadas de atividades que alternam entre estudo e trabalho, o que muitas vezes não acontece com jovens que só estudam ou só trabalham.

Moherdau e Gracioli (2019) concluíram através do estudo que as pesquisas encontradas nas plataformas são unânimes na opinião relacionada à contribuição dos Programas de Aprendizagens como política pública de inserção do jovem no mercado de trabalho e como ferramenta para formação e aprimoramento de capacidades pessoais e profissionais dos jovens nela inseridos. Também foram apresentados dados que são importantes de serem observados no que diz respeito à importância que o jovem dá aos estudos. O programa de aprendizagem deve aliar estudos ao trabalho, e o que se observa é que muitas vezes a prioridade é dada ao trabalho, sobrando pouco tempo para administrar os estudos. O que demonstra necessidade de fazer maior acompanhamento dos jovens aprendizes nesse quesito.

Da análise dos estudos acima apontados sobre os Programas de Aprendizagens pode-se entender que essa política pública possui pontos fortes e fragilidades. Grande parte dos estudos observa contribuições na vida do jovem como: desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais, capacidade de planejamento, inserção no primeiro emprego, auxílio nas relações pessoais e de trabalho, estímulo na continuidade dos estudos. Ao mesmo tempo, a política pública de aprendizagem profissional aponta para uma fragilidade no que diz respeito a falta de apoio e suporte no planejamento de rotinas e estudos e trabalhos dos jovens, uma vez que, as pesquisas apontam ser um problema unânime aliar estudo e trabalho.

Outro ponto importante para se refletir é com relação aos temas propostos nos cursos dos programas de aprendizagens, alguns estudos apontam para a fragilidade dos conteúdos, outros mostram que os conteúdos não possibilitam o desenvolvimento de concepções críticas. Esse dado é muito importante de ser observado, pois permite pensar qual é o tipo de jovem que essa política busca formar e dar suporte, certamente é um jovem que se molda facilmente as exigências das empresas sem capacidade crítica. Como é uma política pública voltada para o jovem de baixa renda, que estuda e trabalha, e que se insere mais cedo no mundo do trabalho, não oferece formação crítica sobre a realidade que o cerca, não oferecendo uma educação integral capaz de proporcionar a formação de um cidadão no sentido amplo da palavra.

Após a apresentação de dados acadêmicos relacionados ao programa de aprendizagem e juventude, percebe-se a necessidade de discorrer sobre o conceito de juventude, os principais problemas que esse público enfrenta e sobre a relação juventude e programas de aprendizagens.

2. Juventudes

Essa seção dedica-se a discutir os conceitos de juventude e estabelecer a relação com projetos de vida, políticas públicas e os Programas de Aprendizagens.

2.1. Juventudes: conceitos e projeto de vida

No atual contexto, faz-se necessário realizar um exercício de reflexão sobre questões relacionadas a juventude, pois é uma fase de constituição de personalidade e de projetos de vida, por isso ao abordar esse tema é importante recorrer a etiologia do termo.

Ravasco, Maia e Mancebo (2010) definem juventude como um processo que se assemelha com outras etapas da existência, que se constitui por influências sociais, históricas e culturais, e que, a partir de cada etapa histórica, apresenta distintas finalidades, simbolizações e definições. Abramo (2005) entende a juventude como uma fase relacionada ao curso de vida, de transformação da infância e do início do crescimento do corpo (estrutura, psicológico e cognitivo), da etapa de subordinação e carência de acolhimento, transcendendo para a fase adulta.

A UNESCO (2004) entende como etapa de vida em que os indivíduos se transformam de crianças para adultos, e nesse processo ocorrem alterações no corpo, mente, cultura e meio social, além disso essas mudanças podem diversificar baseando-se nas construções culturais, gerações, camadas sociais, gênero, enfim, na sociedade como um todo.

Os estudos relacionados a sociologia entendem a juventude como uma resposta da apreensão da situação social associadas com a sociabilização do indivíduo e conquista das suas funções sociais, entende então a juventude como categoria social (SILVA e LOPES, 2009; LEÓN, 2004).

A partir do debate realizado acerca da definição do tema, juventude, termo que será utilizado neste estudo, pode ser entendido como uma construção social e cultural. Pais (1993) afirma que juventude é um grupo de pessoas que se constitui socialmente, elaborado em situações específicas, individuais, financeiras, políticas ou sociais, um grupo suscetível a transformar-se no decorrer dos anos.

Dessa forma entendemos que a juventude se constitui social e culturalmente e que varia conforme a sociedade em que vive, portanto, não pode ser definida em um conceito único que engloba toda a diversidade. Além disso, entendemos como uma fase com várias mudanças,

físicas, psíquicas e sociais, no entanto os jovens não podem ser pensados em moldes únicos a serem reproduzidos, generalizando-os ou categorizando-os de uma única forma, uma vez que cada um possui suas crenças, individualidades, meios sociais e culturais, vivências, formas de serem educados e condições de estudo ímpares.

Para Gracioli (2006), o conceito de jovem caminha por dois parâmetros: histórico sociocultural e o critério etário relacionados a idade, usados em análises demográficas. Freitas (2005) explana sobre estudos demográficos, que há diferenças entre países e organizações, mas no Brasil se baseiam em padrões especificados pelas Nações Unidas e por instituições governamentais como por exemplo, o Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE). Gracioli (2006) cita que para a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciências e a Cultura – UNESCO, Organização Internacional do Trabalho – OIT e Organização Mundial da Saúde a base para o conceito de jovem é o etário, utilizado em pesquisas demográficas a partir dos anos setenta, quando esses organismos começaram a reunir informações com o objetivo de compreender as transformações demográficas em países que naquele período eram considerados subdesenvolvidos. Nesse sentido a definição de jovem é demarcada pela faixa etária, indicando como jovem aqueles entre 15 e 25 anos. Na Lei 12.852 (Brasil, 2013), que instituiu o Estatuto da Juventude, entendem como jovens aqueles que tenham entre 15 e 29 anos.

Com relação aos marcos de idade, Novaes (2006) entende que delimitar o ano de nascimento dos indivíduos, como por exemplo, aqueles que nasceram há 14 ou 24 anos, pode ser uma resposta, mas essas faixas etárias não podem ser foco de estabilidade, uma vez que existem jovens que iniciam a sua fase de juventude antes, enquanto outros permanecem nessa fase até 30 anos de idade (com o desenvolvimento da expectativa de vida e modificações no mercado de trabalho).

A idade cronológica como critério, isto é, o período de tempo dividido arbitrariamente em fragmentos da própria vida do sujeito, torna-se estática se não associada a outros critérios... É o sistema sociocultural e econômico que determina o início, o final, os períodos de transição de cada fase da vida humana. (SEMENZATO, *apud* GROppo, 2000, p.11)

Faz-se importante destacar que existem diversos modos de caracterizar os jovens, mas levar em consideração somente uma variável, como por exemplo a idade, pode ser um equívoco, uma vez que é preciso elaborar um conjunto de características para conseguir compreender o desenvolvimento físico, psicológico e social do jovem, seus gostos, projetos pessoais e profissionais e entendê-lo como sujeito de direitos e protagonista da própria história.

Existem várias formas de se vivenciar a juventude dependendo do meio social em que está inserido. Exposto os conceitos relacionados ao tema e assumindo a definição na qual pontuaremos esse estudo, é importante expor que não existe somente uma juventude e sim, juventudes. Uma vez que cada indivíduo vivencia essa fase de forma individual, de acordo com sua classe social, sua cultura, desenvolvimento cognitivo e o meio em que vive. Dayrell (2003) entende a juventude como segmento e desenvolvimento de um processo ampliado que compõem os indivíduos, contudo tem suas individualidades que determinam a existência de cada pessoa e expõe essa fase como um processo referenciado no meio social em que ela se consumir ao longo do tempo. Para o autor os jovens constroem meios de ser jovem que indicam suas singularidades, o que não quer dizer que há apenas uma forma de vivenciar a juventude mesmo nas camadas populares.

É a partir disso que podemos pensar em juventudes e não juventude, evidenciando as várias formas de ser jovem. Esteves e Abramovay (2009) e Freitas (2005) também pensam por esse mesmo raciocínio, sobre não existir apenas uma juventude, mas indivíduos com diversas chances, viabilidades e possibilidades.

Como visto, muitos autores apresentam a vertente juventudes, no plural, e não no singular, pensamento o qual parece coerente quando se refere às várias formas de vivenciar o “ser jovem”. Quando se pensa no assunto independência e autonomia, há indivíduos que possuem possibilidades e oportunidades de aprimoramentos profissionais e ter uma vivência maior nos estudos, morando com a família até terem condições de conquistar a independência, enquanto há aqueles que ao terminarem o ensino médio não prolongam os estudos e precisam sair da casa dos pais e, conseqüentemente, se sustentar. Há também outros que têm filhos e não conseguem finalizar os estudos e assumem a autonomia e independência mais cedo.

Apesar de existir diferença entre as formas de vivenciar a juventude, ainda há semelhanças em algumas particularidades de grupos juvenis, como a busca pela inovação, a procura de explicações de acontecimentos que antes eram desconhecidos, o movimento com os objetivos a serem alcançados, a dúvida com relação aos empecilhos que precisarão ser enfrentados e que são estabelecidos pela população adulta (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2009).

Presume-se que é preciso refletir e debater sobre as particularidades e individualidades do jovem, é uma fase de mistura de sentimentos e sensações, que muitas vezes não são compreendidas e vista como atos de rebeldia. A juventude precisa de possibilidades para demonstrar suas potencialidades, habilidades.

É importante ressaltar que é nessa fase que se iniciam os projetos de vida, os quais são tão importantes. Velho (2003, p. 101) define projeto como: “a conduta organizada para atingir finalidades específicas”, entende-se como um delineamento de metas e objetivos sustentados por um comportamento para conseguir chegar a uma conclusão almejada.

Leão, Dayrell e Reis (2011) definem projeto de vida como o planejamento que uma pessoa se disponibiliza a desenvolver em determinada área da sua vida, como na ocupacional, acadêmica, nas relações, em um médio período de tempo. Esse plano de ação está interrelacionado com as viabilidades colocadas pela realidade relacionada à classe social e cultural de cada jovem que compreende suas vivências. Os autores entendem como um movimento da pessoa de selecionar uma possibilidade como futuro, modificando vontades e fantasias que lhes proporcionam essência em possibilidades e finalidades sujeitas de serem alcançadas, caracterizando assim, uma direção, um sentido de vida.

Pereira (2017) complementa definindo que pode ser entendido como um rumo ou sentido que um indivíduo estipula para a sua vida apoiando nas suas pretensões, naquilo que acredita e nos seus princípios.

Assumimos, por conseguinte, a definição de projeto de vida como aquele que norteia a direção que o indivíduo pretende seguir, na área pessoal ou profissional. São os planos que orientam e definem qual caminho a ser seguido para alcançar determinado objetivo, seja ele de curto ou longo prazo. Esses propósitos da pessoa podem ser norteados por sonhos individuais ou coletivos, crenças, vivências ou o meio em que a pessoa vive.

Os estudos de Pereira (2017) corroboram na reflexão sobre as finalidades e colaborações que o projeto de vida pode influenciar na vida do indivíduo, segundo o autor, algumas maneiras sucintas podem ser descritas, tais como auxiliar em delinear o presente e futuro e consequentemente a determinação dos efeitos esperados; aprimorar um elevado estado de consciência e compromisso, significando e orientando metas de curto, médio e longo prazo; revelar e desfrutar de possibilidades e administrar os resultados de maneira inovadora e original; motivar significado e colaboração à comunidade através do entendimento vocacional e concentração das atividades efetuadas; proporcionar uma vivência de equilíbrio e considerável, levando em conta emoções, relacionamentos, aspirações, estrutura física, mental e espírito; obter aprendizados e valores que amparem e impulsionem os objetivos e metas para proporcionar aprimoramento no comportamento.

A partir do exposto presume-se que os objetivos e metas de um indivíduo são importantes para a dimensão do presente e futuro, é preciso identificar o caminho a percorrer e

como deve se mover para realizar, uma vez que, quando isso não acontece, corre-se o risco de não alcançar determinados objetivos e se perder durante o percurso. Entende-se também que o projeto de vida é extremamente importante para várias áreas da vida de uma pessoa, uma vez que pode ser entendido como a direção que se pretende seguir em determinada área, e que, além disso, o percurso relacionado aos objetivos de vida pode variar de acordo com as vivências, cultura, crenças e valores de determinada pessoa.

Albuquerque e Lima (2007) adaptaram o quadro abaixo baseadas em Little e Chambers, 2004, no qual expõe sete categorias, definições e exemplos relacionados aos projetos pessoais das pessoas.

Quadro 8 – Categoria, definição e exemplos de projetos pessoais, segundo Little e Chambers, 2004.

Categoria	Definição	Exemplo
Acadêmico	Projetos relacionados com a escola/universidade.	Conseguir o meu diploma de pós graduação em Educação de Adultos
Ocupacional	Projetos relacionados com o trabalho, tais como tarefas ou cursos relativos ao mesmo.	Melhorar a produção da empresa
Saúde/Corpo	Atividades ligadas à aparência, saúde, exercício, nas quais o objetivo é o exercício e não a recreação	Andar 30 minutos a pé, durante o intervalo do almoço.
Interpessoal	Projetos relativos aos outros, a um nível pessoal, incluindo família, amigos e outras pessoas íntimas.	Visitar a minha avó.
Intrapessoal	Projetos ligados ao olhar e às atitudes sobre o self, incluindo o autoaperfeiçoamento, projetos filosóficos e espirituais e projetos de adaptação e <i>coping</i> .	Desenvolver minha autoestima.
Lazer	Atividades recreativas realizadas a nível individual ou com outros.	Ler mais por prazer.
Manutenção	Projetos relativos à organização e administração que incluem a gestão financeira e doméstica	Pagar a fatura da eletricidade

Fonte: ALBUQUERQUE, Isabel; LIMA, Margarida Pedroso. Personalidade e Bem-estar subjetivo: uma abordagem com os projetos pessoais. Revista Psicologia.pt. Portugal: Universidade de Coimbra, 2007, p. 7.

Depreende-se que os projetos pessoais podem perpassar objetivos pessoais e profissionais, e que todas as áreas da vida do indivíduo podem ter um projeto de vida representando um futuro a ser perseguido.

Sobre a relação de juventude e projeto de vida de acordo com Neu e Cacenote (2013, p.3) “[...] é nessa fase que os indivíduos começam a projetar suas ações futuras, os objetivos que desejam alcançar e os meios pelos quais irão buscar suas realizações; principalmente o ingresso no mercado de trabalho [...]”.

Assim como há diversas formas de vivenciar a juventude, destacando que a definição de juventude se constitui socialmente, Villas e Nonato (2012) entendem que isso ocorre também quando se pensa em projetos de vida, pois existem diversas formas de refletir sobre projetos de futuro e, por essa razão, os planos de grupos de idades diferentes são distintos, segundo esses autores, aqueles que são mais velhos possuem uma forma de construir seu projeto de vida enquanto os mais novos possuem outro.

Infere-se desse modo, que é na juventude que se iniciam os projetos de vida. Quando se pensa nessa relação, juventude e projeto de vida, percebe-se que o jovem, uma vez compreendido como sujeito ativo da própria história, com suas particularidades, vivências e individualidades, pode ser orientado através dos seus primeiros projetos para nortear seus objetivos e a conquista da independência e autonomia.

Nesse sentido, entender projeto de futuro vai além de compreender uma contabilidade matemática ou entender como resultado de um processo sequencial, também não é redigido com um propósito, finalidade, método e cronograma a serem executados cronologicamente. O projeto de futuro tem elaboração dinâmica, uma ação que a pessoa pretende efetuar em determinada ocasião da sua vida, em um período temporal médio ou longo (VILLAS e NONATO, 2012).

As autoras postulam ainda que a juventude surge como a etapa de preparação para a fase adulta e que, nesse raciocínio, o presente não deve ser entendido somente como a relação entre passado e futuro, mas como período de elaboração para a vivência adulta. E é nesse seguimento, envolvido por encontros, primeiras vivências, sentimentos, desavenças interpessoais e intrapessoais que ocorrem indagações relacionadas a quem o jovem é, para onde vai, e o caminho que deve seguir. E a partir dessas questões, aflora o desejo de independência e autonomia no que concerne à vida adulta que, em sua maior parte, move o indivíduo à precisão de formular seus projetos (VILLAS; NONATO, 2012).

Transparece-se que o projeto de vida é de extrema importância na vida do jovem, não só como preparação de futuro, mas para reafirmação de segurança, orientação de sonhos e desejos e, através disso, elevação da autoestima. A elaboração do projeto de vida pode viabilizar a forma como o indivíduo se enxerga e pensa nas suas relações como um todo, protagonizando sua existência.

Hurtado (2012) destaca a relevância de ter um projeto de vida, uma vez que, delinear um percurso para a própria vida é ao mesmo tempo significar empenhos do dia a dia, dando sentido à vida. Por isso, o compromisso com um projeto de vida é capaz de ser a causa de atitudes proativas e benéficas que podem colaborar para que o indivíduo consiga superar conflitos e pensar na forma como quer vivenciar sua existência. Ou seja, assumir um projeto de vida quer dizer apropriar-se como ator principal da própria vida.

Villas e Nonato (2012) entendem que os projetos de vida do indivíduo iniciam desde a infância em questões relacionadas ao que se pretende ser na idade adulta, ao iniciar a fase escolar as questões se mantêm e na juventude as perguntas vão se desenvolvendo cada vez mais. Segundo estas autoras, a família desempenha um papel relevante nas relações dos jovens de todas as classes sociais, interrogando o que eles pretendem desenvolver no futuro. A partir disso as autoras concluem que a preparação dos projetos de vida e vivência juvenil ocorre num universo complexo no que diz respeito tanto à adequação e funções sociais quanto às concepções, princípios e referências simbólicas.

Dada a importância do projeto de vida na vida do jovem, presume-se que delinear e elaborar planos precisa de cautela, uma vez que não é só a própria pessoa que pode influenciar nesse processo. As relações intrapessoais e interpessoais podem ter um peso nas vivências relacionadas ao futuro. É importante pensar como o jovem pode ser orientado positivamente ou negativamente por pessoas, instituições e mídias.

Do exposto, pode-se inferir sobre a importância das instituições como a escola, família, e outras, sejam elas sociais, políticas e/ou religiosas, na orientação e suporte durante a construção do projeto de vida do jovem e na relevância da elaboração de políticas públicas para esse público, no sentido de construção do projeto de vida e descoberta de habilidades pessoais e profissionais.

2.2. Políticas públicas para juventude

A juventude, entendida como fase com particularidades e singularidades de construção do projeto de vida, merece atenção de vários setores da sociedade, inclusive no que diz respeito às iniciativas públicas implementadas para esse público.

Dias e Matos (2017) entendem políticas públicas como ações que podem vir ou não de iniciativas do governo, nas quais precisam visar igualdade social com o objetivo de possibilitar e facilitar condições para alcançar, reconhecer e assegurar os direitos de todo cidadão. Secchi (2010, p.2) segue o mesmo raciocínio e diz que “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”.

Oliveira (2010) entende como um termo que tem como objetivo determinar um contexto específico relacionado à política. Trata o termo de forma etimológica, entendendo política como a circunstância em que ocorre a participação de indivíduos que são livres nas escolhas, e pública definida como povo. Através da junção dessas definições Oliveira (2010) coloca política pública como “participação do povo”.

Mendes *et al.* (2010), sobre esse tipo de política, diz que é evidente a necessidade da existência de um estudo para que as atitudes e serviços caminhem conjuntamente com as prioridades da sociedade em que se vive, não esquecendo das questões individuais da população e nem do contexto real. Portanto, as propostas desta política precisam ser viáveis, abranger métodos sustentáveis de forma geral e, conseqüentemente, atender causas sociais de todo o cidadão, atingindo todas as classes, dando prioridade para os que mais necessitam, beneficiando a realidade de cada um, e ainda sobre a implementação, Mendes *et al.* (2010) dizem que as políticas públicas se concretizam através de atuação real de atores sociais e de ações institucionais que a desenvolvem em cada âmbito, por esse motivo a assistência e orientação dos métodos em que são efetuadas, além da análise da contribuição à situação, deve ser contínua.

Com relação às fases do processo de implementação das políticas públicas, Secchi (2014, p.33) discorre que “[...] as sete fases do processo são: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; extinção”. É importante ressaltar que essas fases, como diz respeito a uma implementação complexa, não podem ser consideradas como cronológicas, já que a implementação de políticas vai muito além de um ciclo, diz respeito a órgãos, atores sociais, Estado. Então o processo vai depender dessas variáveis.

Assume-se a definição de que política pública são ações, transformações realizadas com o objetivo de facilitar o acesso da população a determinadas questões que são identificadas previamente como primordiais e que necessitam de melhoria ou intervenção, com participação direta ou indireta da sociedade. Está relacionada com as ações do governo ligadas a questões que são identificadas como necessárias para que sejam eleitas essas ações e sejam apresentadas mudanças na realidade. São atividades governamentais que se encaminham para a solução de decisões públicas. Presume-se que envolvem muitas questões complexas que precisam ser planejadas, avaliadas e analisadas com cuidado para que essas ações sejam implementadas. Depois de implementadas precisam de acompanhamento e avaliação contínua.

A partir da compreensão da definição de políticas públicas, é importante fazer uma contextualização para entendimento da sequência histórica das políticas de Juventude no Brasil.

Foi nos anos de 1980 que revelou a juventude como população que demanda atenção especial no que se diz respeito às políticas públicas específicas.

No Brasil e no mundo, desde os anos de 1970 com o ritmo das transformações econômicas, avanço das tecnologias e globalização, acontecimentos esses que influenciaram principalmente a população jovem, tanto na situação social quanto nas possibilidades de vivenciar o presente e projeção de futuro. Esse processo trouxe como consequência aumento no cenário da pobreza e instabilidade no mundo do trabalho. Mas foi na segunda metade dos anos de 1980 que a juventude foi integrada como tema social no que diz respeito à exclusão social, passando a ser observada como sujeito de direitos (BRASIL, 2014).

A partir dessas evidências, governos, organismos internacionais e outras organizações, com o objetivo de solucionar questões relacionadas à pobreza e superar a crise, iniciaram debates relacionados a dilemas da juventude. Foi nesse contexto que apareceram as políticas compensatórias, que têm como enfoque a população mais vulnerável. Foi nesse momento que se entendeu a indispensabilidade de políticas públicas de juventude (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, Camarano e Mello (2006) expõem que a questão da juventude foi inserida na agenda de políticas públicas por uma “explosão demográfica”, no ano de 2000, havia 47 milhões de pessoas com idades entre 15 e 29 anos. As autoras colocam que esse dado pode ser visto como resultado de dois aspectos: o primeiro é consequência da característica da atividade demográfica brasileira dos anos de 1970 e 1980, o qual foi definido de “onda jovem”, já o segundo está relacionado ao desenvolvimento da fecundidade na adolescência nos anos 1970.

No que diz respeito ao desenvolvimento histórico de políticas públicas de juventude na América Latina, Abad (2002) resume a colaboração de diversos autores respeitando os diferentes focos e diversidade cultural e regional dos países, definindo quatro modelos de políticas de juventude, baseando-se em questões políticas singulares:

- a) A ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980);
- b) O controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985);
- c) O enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000);
- d) A inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000) (ABAD,2002, p.18).

A literatura expõe que o histórico das políticas públicas de juventude oscila na visão do jovem que ora é visto como problemática social, questão social, ora é observado como população que precisa de atenção e ações que o considere como sujeito de direitos e o defenda como cidadão. Defendemos essa última visão.

Brasil (2014) aponta que a partir de 1980 surgiram organismos internacionais, gestores e políticos nacionais, organizações não governamentais, igrejas, entre outros, preocupados com a inclusão social e inserção laboral do jovem. Além dessas instituições, jovens se mobilizaram, em diversas fases históricas e em diferentes momentos no Brasil, mas foi somente em 1990 que iniciou a constituição de um roteiro específico para a juventude vista a partir daquele momento como sujeitos de direitos, surgindo assim um novo ator na implementação de políticas públicas: o jovem.

Além do surgimento desse novo ator, emergiram também novos problemas que afetaram o jovem, como o aumento da violência, mortalidade juvenil, maior exposição às infecções sexualmente transmissíveis, como por exemplo, a AIDS (BRASIL, 2014).

Apesar das políticas de juventude no Brasil e no mundo terem revelado sua importância a partir dos anos 1980, Silva e Silva (2011) apontam que os estudos relacionados a esse tema somente foram se intensificar nos anos de 2000, momento em que foram essenciais debates, conversas e estudos das seguintes instituições: UNESCO, Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, do IPEA, Instituto Cidadania e de Faculdades. Já no ano de 2001, o Grupo Técnico “Cidadania dos Adolescentes”, formado por associações públicas e particulares, e também pela Ação Educativa, por determinação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), elaborou um grupo de projetos para formulação de uma política de jovens. Essa política incluiu mais de 1.500 pessoas de várias regiões do Brasil, as quais se envolveram a partir de conferências ligadas por telecomunicações. As sugestões foram propostas primeiro às pessoas que estavam concorrendo à vaga de presidente no ano de 2002. Depois, o Grupo

Técnico Cidadania dos Adolescentes, em 2003, encaminhou um agrupamento de ideias de projetos para Ministério da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho, Esporte e Assistência Social.

Foi a partir desse momento que as políticas públicas deixaram de ser foco somente para adolescentes e houve o reconhecimento da necessidade da criação de programas voltados para a faixa etária relacionada também aos maiores de 18 anos, reconhecida como juventude. A partir desse processo de propostas e projetos surgiu uma nova discussão, direcionada por meio do Projeto Juventude, o qual foi executado pelo Instituto Cidadania, esse projeto viabilizou discussões e seminários nacionais e internacionais, mobilizando grande parte da população acerca da juventude que passa a considerar o jovem com idade entre 15 e 29 anos como sujeito de direitos.

No Congresso Nacional, no ano de 2003, iniciou o prosseguimento do Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 138/2003, que estava relacionado à segurança de direitos da juventude, sendo assim, tinha como finalidade assegurar direitos constitucionais já garantidos a todas as faixas etárias. Essa decisão significou o reconhecimento da relevância desse assunto no que diz respeito à formação de políticas públicas relacionadas aos jovens como indivíduos merecedores de direitos.

No mesmo ano, em 2003, foi implementado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, PNPE, por meio da Lei 10.748, de 22 de outubro de 2003. A instituição desse programa demonstra a preocupação do governo e esferas federais com a inserção do jovem no mundo do trabalho.

Segundo Araújo (2008) o PNPE se baseia em dois eixos, de qualificação e inserção. A autora explica que o eixo da qualificação tem como objetivo proporcionar capacitação profissional e aprimoramento nas habilidades sociais do jovem, com foco naqueles jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade, pretendendo que esse público possa passar por uma formação antes de ser inserido no primeiro emprego, enquanto o eixo inserção busca inserir o jovem capacitado no mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que o Programa de Aprendizagem, tema do capítulo anterior do presente estudo, é considerado como um mecanismo de ação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, uma vez que tem como objetivo inserir o jovem no mercado de trabalho ao mesmo tempo que proporciona capacitação e formação profissional, enquadrando-se nos principais eixos que o PNPE expõe, qualificação e inserção (ARAÚJO, 2008).

Em 2004, impulsionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Luiz Dulci instituiu o Grupo Interministerial com o objetivo de analisar políticas públicas direcionadas ao público jovem. Esse Grupo aglomerou dezenove ministérios e trouxe sugestões para que ampliasse a concentração de programas e ações focadas na juventude (NOVAES, 2006).

Ainda no ano de 2003 foi determinada a Comissão Especial de Juventude que tinha como objetivo discutir principalmente sobre a construção do Plano Nacional de Juventude e Estatuto da Juventude. Por conseguinte, em 2004, prosseguiu sobre essas discussões em forma de dois projetos de Lei: O Estatuto da Juventude, Projeto de Lei – PL nº 4.529 e Plano Nacional da Juventude, PL nº 4.530. No ano de 2005 implementou-se como política pública a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem, Lei nº 11.129). Outro acontecimento importante ocorreu nesse mesmo ano, o direcionamento de um novo projeto à Câmara de Deputados, a PEC nº 394/2005, que solicitava inserir a expressão jovem ao Artigo 227 da Constituição, que se destina a crianças e adolescentes (SILVA e SILVA, 2011).

O quadro a seguir resume as principais informações da Lei 12.852/2013:

Quadro 9 – Principais informações presentes no Estatuto da Juventude, atribuídas pela Lei 12.852/2013.

ESTATUTO DA JUVENTUDE
Instituído pela Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013.
Tem como objetivo à proteção de direitos da juventude brasileira, tais como: o Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil.
Destina-se a jovens com idades entre 15 e 29 anos, considerando a tendência internacional. O EJUVE considera três classificações para a juventude, sendo elas: os adolescentes-jovens (sujeitos com idade entre 15 e 17 anos); os jovens-jovens (com idades entre 18 e 24 anos) e, jovens-adultos (com idades entre 25 e 29 anos).
Determina os quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado, detalhando e estabelecendo especificidades às garantias previstas inclusive pela Constituição Federal de 1988, enfatizando o público jovem.
Apresenta como direitos aqueles referentes à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil, à Educação e profissionalização, à saúde, à diversidade.

Fonte: PICCIONI, Jaqueline da Silva. O sistema socioeducativo e profissionalização de jovens em conflito com a lei. Franca: UNESP, 2019, p. 36-37

A partir dessa época foram criados programas voltados para todas as áreas da vida do jovem, inclusive na área de inserção no mundo do trabalho e capacitação profissional, que passa a ser uma preocupação da sociedade e assunto nas agendas políticas.

As políticas de juventude podem ser entendidas como ações realizadas para sanar questões sociais relacionadas ao jovem. É de responsabilidade do governo promover uma estrutura social aos cidadãos, sejam eles crianças, jovens ou adultos. No que diz respeito à promoção da saúde, educação qualificada de acesso para todos, estimular capacitação profissional, promover acesso à teatros, música, artes, lazer e esporte, ou seja, promoção de vivências saudáveis relacionadas a todas as áreas da vida do jovem.

O Guia de Políticas Públicas da Juventude (BRASIL, 2006) expõe os principais programas e projetos federais criados com foco na juventude e os seus respectivos ministérios responsáveis, os quais foram organizados no quadro a seguir.

Quadro 10 – Principais Programas e projetos implementados para a juventude⁷

Programas/ Projetos	Ano de Implementação	Ministérios Responsável	Descrição da Política
Projeto Agente Jovem	2001/2002	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	É uma ação de assistência social focada em jovens de 15 a 17 anos com o objetivo de aperfeiçoamento de relações intrapessoais e interpessoal por meio de qualificação teórica e prática, utilizando atividades que não são considerados como atividades trabalhistas que viabilizam a importância do jovem manter os estudos em ensino regular. A principal condição para participar do projeto é que a família do jovem tenha uma renda de até meio salário mínimo por pessoa. É disponibilizada uma bolsa mensal com duração de um ano para os jovens participantes do programa. Público que tem prioridades nas vagas: participantes de programas sociais, jovens que se encontram sob medida socioeducativa e que morem em áreas com alta taxa de violência. Pessoas com deficiência tem

⁷ Programas implementados a partir do ano de 2002 e 2003, com exceção do Promed que foi implementado em 1997.

			prioridade em dez por cento das vagas do projeto.
Programa Brasil Alfabetizado	2003	Ministério da Educação	Esse programa tem como finalidade, desde 2003, oportunizar indivíduos analfabetos com mais de 15 anos a terem acesso à alfabetização, que foi incorporada à Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de certificar o prosseguimento dos estudos aos que terminarem o programa. As aulas ocorrem durante oito meses.
Programa Escola Aberta	2004	Ministério da Educação e do Trabalho e Emprego	Nessa política pública, as escolas públicas que oferecem Ensino Fundamental e Ensino Médio abrem aos finais de semana para oferecer atividades relacionadas à cultura, lazer e geração de renda. As ações são desenvolvidas para a comunidade e jovens. Através da união entre Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego, é possível, através do projeto, oferecer uma bolsa para os jovens que ministram as atividades desenvolvidas dentro do programa. Essa política tem a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Ministérios do Esporte e da Cultura.
Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)	1997	Ministério da Educação	O Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed) também chamado de Projeto Escola Jovem procura aprimorar a qualidade e habilidades do Ensino Médio, além de aumentar o rendimento de atendimento no Brasil através de transferências de recursos e suporte. Esse programa é dividido em duas sub ações: Projetos de Investimento das Unidades Federadas e Políticas e Programas Nacionais.

Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) ⁸	2005	Ministério da Educação	O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) tem como objetivo aumentar a proposta de vagas em formação profissional para as pessoas que não terminaram o Ensino Médio, mas já estão inseridas no mundo do trabalho. Os jovens participantes do Programa precisam ter no mínimo 21 anos de idade.
Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) ⁹	2003	Ministério do Trabalho e Emprego	O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) foi instituído no ano de 2003 a fim de auxiliar na formação socioprofissional dos jovens para garantir inclusão social e inserção no mundo do trabalho. Essa ação tem como público jovens de 16 a 24 anos, sem emprego formal e inseridos em famílias com renda de até meio salário mínimo e tem como público prioritário jovens com deficiência, mulheres, negros, indígenas e aqueles que cumprem medida socioeducativa ou ex-presidiários. O PNPE é formado por seis categorias, destacamos três delas: Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e o Jovem Aprendiz. Todas essas categorias buscam inserir o jovem no mundo do

⁸ De acordo com o Portal do Ministério da Educação, através do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, ocorre aprofundamento do projeto no que diz respeito aos princípios pedagógicos, e passa a ser denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) (BRASIL, 2006).

⁹ O Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE) foi o primeiro programa implementado e que, assinala a iniciativa do governo concernente a juventude, qualificação e mundo do trabalho.

			trabalho, além de proporcionar formação socioprofissional.
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)	Implementado em 2005 e reformulado em 2008 ¹⁰	Secretaria-Geral da Presidência da República, MEC, MDS e TEM	O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) é uma política pública que tem como objetivo oportunizar jovens de 18 a 24 anos a finalização do Ensino Fundamental. Os critérios para participar do Programa, é que o jovem não tenha carteira profissional assinada e não tenha terminado a 8ª série do Ensino Fundamental. Nesta ação, os alunos têm a possibilidade de cursar as disciplinas do Ensino Fundamental, formação relacionada a uma profissão e avanço em atitudes comunitárias. Os participantes precisam cumprir 75% de frequência nos cursos para receber a bolsa mensal. A ação é desenvolvida pela Secretaria Geral da Presidência da República, da Secretaria Nacional de Juventude, em conjunto com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Programa Universidade para Todos (ProUni)	2004/2005	Ministério da Educação	O Programa Universidade para Todos foi criado para oferecer bolsas de estudos (integrais ou parciais) em faculdades de ensino superior privadas para alunos brasileiros de baixa renda. Esse programa foi gerado em 2004 e instituído em 2005, com o objetivo de incentivar o acesso ao ensino superior, inserção social,

¹⁰ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) passou por transformações no ano de 2008, pautando na Lei n.º 11.692, a Secretaria Nacional de Juventude aumentou o público-alvo e a duração do curso que anteriormente era de doze, passa para dezoito meses, e ampliando a área de abrangência do Programa para mais municípios. Foram instituídas quatro modalidades para o ProJovem, que passou a ser denominado de ProJovem Integrado: ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador (NUNES, 2015).

			além de promover empregos à juventude brasileira. As condições para participar do programa é que a família do aluno participante tenha renda igual ou menor que um salário mínimo e meio ou igual ou menor que três salários mínimos, para a primeira condição é oferecido bolsa integral ao aluno, já na segunda, bolsa parcial. É oferecido aos estudantes participantes do ProUni que investem nos estudos por tempo integral, uma bolsa em dinheiro no valor de um salário mínimo.
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do quadro 10, observa-se que as políticas públicas criadas pelo Governo Federal de âmbito nacional, podem ser desenvolvidas a nível estadual e municipal e oferecidas por diversas instituições formadoras. Existem várias políticas públicas de educação em vigência que são voltadas para as juventudes, podendo salientar que a área educacional é reivindicada pelos atores sociais como uma das principais pautas para formação e transformação da vida do jovem.

Presume-se que existem distintas realidades que permeiam os jovens de diferentes classes sociais. Enquanto a maior parte dos jovens de classes sociais mais altas possuem base familiar e condições socioeconômicas para conclusão dos estudos, aqueles de classes sociais mais baixas, em sua maioria, são obrigados a aliar estudo e trabalho. A partir dessa vertente, conclui-se com base na literatura que as políticas públicas no Brasil são dirigidas aos jovens de condição social mais baixa.

A partir disso, compreende-se que são necessários vários estímulos e ações que devem ser promovidas pelo Governo como forma de incentivar o desenvolvimento de Políticas Públicas de Juventude e, conseqüentemente, realizar intervenções que estimulem o projeto de vida do jovem, uma vez que é nesse momento que ele inicia suas projeções, tanto pessoais quanto profissionais.

As políticas públicas voltadas para a juventude estão totalmente relacionadas com a construção do projeto de vida do jovem, pois são a partir delas que o jovem de classe social baixa pode ter mais acesso à educação de qualidade, capacitação profissional, inserção no mundo do trabalho, lazer, cultura, saúde, vivências. De acordo com documento da Secretaria

Nacional da Juventude, as políticas públicas voltadas para essa população devem incentivar igualdade, acessibilidade e possibilidades.

Do exposto, o próximo tópico abordará a importância das políticas públicas se voltarem para auxiliar o jovem na elaboração dos projetos de vida.

2.3. Programas de Aprendizagem Profissional e Projeto de vida

Reafirmamos a importância da atenção e responsabilidade do Governo na implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas para juventude, a partir dessa ideia presume-se a relevância da preocupação com essa faixa etária no que diz respeito a sua inserção no mundo do trabalho e construção de projetos de vidas pessoais e profissionais.

Sarriera *et. al.* (2001) entende que os jovens quando inseridos em contextos relacionados a condições instáveis de trabalho ou desemprego, principalmente por causa da fase de desenvolvimento que se encontram, estão mais suscetíveis a desenvolver comprometimentos na saúde mental e dificuldades no aprimoramento da individualidade ocupacional.

Quando se pensa em trabalho como forma de sobrevivência e inserção, Leon (2009) lembra que a legislação brasileira defende o trabalho como direito, havendo necessidade de oferecer acesso mais do que somente aos itens básicos de sobrevivência como alimentação, saúde, educação, transporte, vestimenta, entre outros, deve permitir acessibilidade à tecnologia e cultura da comunidade em que se vive. Segundo Bajoit e Franssem (1997), o trabalho é visto ainda como forma de inserção social e vivência essencial para os indivíduos.

A atividade laboral é assimilada como meio de sobrevivência, inserção social, construção de relacionamentos interpessoais e intrapessoais, produtividade, estímulo de criatividade e construção de novos conhecimentos. Nesse sentido, infere-se que para o jovem inserir-se no mundo do trabalho, com condições estáveis que ofereçam proteção e garantia de direitos, é preciso ter cautela para que o trabalho seja expresso como direito, como forma desse público protagonizar sua própria história, e não reproduzir ações que incentivem a atividade trabalhista como meio apenas para o sustento, geração de renda e desenvolvimento do capitalismo.

Com relação aos jovens que se inserem no primeiro emprego, é importante entender que são eles que poderão assumir compromissos pelo futuro das corporações, tendo assim como possibilidade a formação de representantes e constituição de um novo país. Nesse sentido, nos últimos anos, as políticas públicas têm potencializado a atenção e cuidado com a educação e

capacitação profissional dos jovens, em contrapartida, as imposições e condições das empresas também aumentaram com relação à contratação de funcionários com instinto de liderança e proatividade, independência e capacidade de inovação (MACIEL e MENDONÇA, 2010).

Entende-se a importância do trabalho e o que ele representa na vida do indivíduo, pensando na juventude, a literatura expõe a dificuldade de inserção do jovem em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho, Leon (2009) deixa explícito que existe dificuldade não somente na inserção laboral da juventude, mas em sua permanência no mercado de trabalho. Nesse sentido, esse tema vem ganhando espaço nas agendas políticas e discussões pela sua relevância, uma vez que o jovem se encontra em um estágio de desenvolvimento determinado por novas vivências e pela transição para a vida adulta, apropriando-se de ocupações sociais. Esse processo pode ser entendido como transformação, no qual o jovem vivencia o mundo do trabalho, e o mundo do trabalho vivencia o jovem, procurando encaixarem-se às exigências das empresas, governos e comunidade.

No processo de atenção voltada para inserção do jovem no mercado de trabalho, a juventude ganhou atenção em diferentes políticas públicas, que têm como objetivo conciliar com as áreas de estudos, inserção laboral e renda, demonstrando a relevância da capacitação profissional de indivíduos entre 15 e 29 anos, que se encontram em transformação para maioria (RAMOS e STAMPA, 2016).

O trabalho relacionado à juventude é importante, mas também é essencial considerar a importância de proporcionar garantia de direitos, trabalho estável que não prejudique o desenvolvimento físico, acesso à educação que ofereça estímulo à continuidade dos estudos, além de incentivo na construção de projetos de vidas. Pensando no aspecto de inserir e manter o jovem no mundo do trabalho foram implementadas políticas públicas, principalmente o Programa de Aprendizagem Profissional amparado pela Lei da Aprendizagem (LEI 10.097/2000).

A seguir serão apresentados dados relacionados ao número de aprendizes admitidos e potencial¹¹ de contratação no Brasil, de acordo com quadro abaixo elaborado em 2018 pelo Ministério da Economia.

Quadro 11 – Ranking Nacional de Aprendizagem Profissional – Aprendizes Admitidos e Potencial de Contratação em 2018

¹¹O potencial refere-se à cota mínima (5%) que as empresas que devem cumprir conforme a Lei 10.097/2000 e trata-se de um índice de potencial de aprendizes. Número verificado em dezembro de 2018.

Ranking	Estado	Potencial*	Admitidos	%
1°	Ceará	27.340	17.417	63,71%
2°	Goiás	27.062	16.662	61,57%
3°	Roraima	1.282	741	57,80%
4°	Distrito Federal	19.044	10.609	55,71%
5°	Sergipe	7.013	3.881	55,34%
6°	Espírito Santo	16.830	9.166	54,46%
7°	Rio Grande do Norte	9.512	5.174	54,39%
8°	Rio Grande do Sul	64.112	34.769	54,23%
9°	Rondônia	5.251	2.834	53,97%
10°	Rio de Janeiro	81.377	43.345	53,26%
11°	Amazonas	11.158	5.856	52,48%
12°	Amapá	1.421	737	51,86%
13°	Paraíba	9.465	4.874	51,55%
14°	Santa Catarina	50.368	25.803	51,23%
15°	Pará	18.207	8.783	48,24%
16°	Bahia	39.645	19.007	47,94%
17°	Paraná	61.112	28.638	46,86%
18°	Acre	1.745	802	45,96%
19°	Minas Gerais	96.575	43.681	45,23%
20°	Mato Grosso	17.805	7.456	41,88%
21°	Tocantins	4.447	1.833	41,22%
22°	São Paulo	311.878	126.719	40,63%
23°	Pernambuco	32.202	12.298	38,19%
24°	Piauí	6.974	2.500	35,85%
25°	Mato Grosso do Sul ¹²	12.91	4.551	35,24%
26°	Alagoas	9.117	2.921	32,04%
27°	Maranhão	10.966	3.127	28,52%
	Total	954.823	444.189	46,52%

Fonte: Elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base nos dados do Ministério da Economia (2018)¹³

¹²O dado referente ao potencial do estado Mato Grosso do Sul está incorreto na tabela original, o valor correto seria 12.915.

¹³Disponível em: < <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/444-189-adolescentes-e-jovens-foram-contratados-como-aprendizes-em-2018-crescimento-foi-de-15-em-relacao-ao-ano-anterior/>>.

A partir do quadro apresentado, percebe-se que 444.189 jovens foram admitidos como aprendizes no ano de 2018, ou seja, representa que jovens foram inseridos no mundo do trabalho por meio do Programa de Aprendizagem. No que tange a correlação entre Estados, potencial de contratação e aprendizes admitidos, o Estado que mais contratou jovens aprendizes em 2018 foi o Ceará, com representação de 63,71%. Em segundo lugar de contratação ocupou o estado de Goiás que como potencial tinha 27.062, alcançando 16.662 admissões de aprendizes, representando 61,67% de seu potencial de contratação. O Estado do Maranhão é o que utiliza menos o potencial de contratação alcançando 3.127 admitidos, representando 28,52% de 10.966 de potencial. O Estado de São Paulo ficou em 22º lugar, de 27 estados. Nota-se que os estados têm grande potencial de contratação de aprendizes, porém, percebe-se pela porcentagem de admitidos que a grande maioria das regiões não alcançam esse potencial de admissão das cotas de aprendizagem nas empresas, demonstrando que poderiam ampliar a contratação de jovens que se beneficiem da política pública relacionada à Lei da Aprendizagem. Ainda há uma grande parcela de jovens à procura de oportunidade para inserção no mundo do trabalho.

A Lei da Aprendizagem configura sua importância através de dados relacionados ao desemprego juvenil e porcentagem de jovens que se inserem no mundo do trabalho precocemente, essa Lei busca além de inserir o jovem em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho, garantia de direitos, continuidade de estudos e vivência profissional, além de ampliar empregos formais para a faixa etária juvenil.

Maciel e Mendonça (2010) afirmam que na vivência relacionada ao Programa de Aprendizagem o jovem é capacitado profissionalmente, uma vez que a empresa contratante tem condições de possibilitar essa capacitação a uma pessoa que inicia sua vivência profissional, viabilizando possibilidades de contratação ao final do Programa. Nesse mesmo sentido, entende-se que essa política não se relaciona somente a uma geração de trabalho e renda, mas abre um leque de possibilidades de capacitação profissional juvenil, com a condição de não atrapalhar os estudos e contribui para o desenvolvimento psíquico e físico do jovem.

Dias, Bulgacov e Camargo (2007) realizaram um estudo com jovens na faixa etária de 16 a 24 anos que já haviam exercido a função de aprendizes em empresas aliando estudo e trabalho, e uma de suas conclusões foi que o Programa de Aprendizagem motiva os jovens aprendizes participantes em relação à sonhos, objetivos e expectativas. Compreenderam que a partir da vivência como aprendiz descobrem projetos de carreira relacionados às grandes organizações, planos para o futuro e incentivo da continuação dos estudos. Em contrapartida, quando é finalizado o contrato de aprendizagem esse contexto passa por transformações,

quando o jovem não é efetivado na empresa e passa a buscar novo emprego, algumas vezes precisando adiar ou transformar seus projetos e planos.

O curso de aprendizagem é não apenas um meio de inclusão no mundo do trabalho, mas também um meio para a expressão e transformação da identidade dos jovens em múltiplos aspectos. Os jovens aprendizes estabeleceram os sinais de distinção profissional em torno de dois eixos: qualificação (tipo de especialidade adquirida) e experiência (vivência em um emprego). Em consequência, considera-se que o jovem aprendiz desempregado busca uma carreira profissional de acordo com a reposição da identidade um dia posta. Além do sofrimento psicológico, o desemprego gera mudanças significativas de trajetórias (DIAS, BULGACOV E CAMARGO, 2007, p.359).

Ao mesmo tempo que existe a importância de inspirar projetos de vida do jovem inserido em seu primeiro emprego, há também uma necessidade de atenção para aqueles jovens que não são efetivados na empresa contratante e se deparam com o desemprego, entrando em contato com a necessidade de mudar os planejamentos de vida realizados durante a sua participação no programa de aprendizagem.

Callazan, Sousa e Fisher (2014) realizaram também um estudo na cidade de Piracicaba - SP, caracterizado como estudo de caso, no qual participaram 440 jovens aprendizes, cinco docentes de uma entidade formadora e cinquenta e sete empresas contratantes, investigando a colaboração do programa de aprendizagem estudado para os jovens aprendizes, considerando todas as partes envolvidas nesse programa. Observaram que os jovens participantes do programa de aprendizagem entendem que ser aprendiz significa adquirir novos aprendizados e estar aberto a transformações. Além disso, com relação ao trabalho, os autores colocaram que os jovens tiveram uma percepção de que o trabalho trouxe colaborações como: vivência profissional, grupos de trabalho, conhecimento relacionado ao enfrentamento de diferenças pessoais, auxílio financeiro, ajuda em ter uma percepção de como funciona uma organização e o mundo do trabalho, comprometimento, amadurecimento, cumprimento de regras, e outras. Ainda nessa pesquisa, os autores verificaram que pode ocorrer o desenvolvimento de novas habilidades possibilitando efetivação na empresa que trabalham. É importante acrescentar que através das contribuições apresentadas, o jovem pode criar características de protagonismo individual e social, possibilitando assim desenvolver autonomia e segurança para que ele tenha um norte para desenvolver objetivos e projetos de vida.

Ressaltando a importância do projeto de vida na vida de uma pessoa, principalmente do jovem, o qual passa por dúvidas e transformações relacionadas à determinadas áreas de sua vida, Machado (2004, p.8) corrobora afirmando que “quem não projeta coisa alguma, quem não tem qualquer meta a ser atingida, verdadeiramente não é”. Nesse mesmo sentido, Araújo,

Arantes e Pinheiro (2020) dizem que ter um projeto de vida é essencial em vários aspectos, não somente na forma de enfrentar os conflitos cotidianos, mas também para preservar a saúde emocional e desenvolver-se em todas as áreas da vida.

É também importante entender que as pessoas elaboram seus projetos baseadas em alguma referência, leva em consideração preferências e gostos individuais, além de princípios culturais, inspirações de outras pessoas e planejamentos coletivos (ARAÚJO, ARANTES E PINHEIRO, 2020). Nesse mesmo sentido, Damon (2008) corrobora que os jovens devem desvendar seus projetos de vida baseados no que gostam e no que acreditam, e ainda assim, suas buscas são inspiradas por outros indivíduos. Esse autor coloca que pais, professores e sociedade têm papel fundamental na descoberta de projetos do jovem, ressaltando que os jovens precisam de inspiração e não de uma resposta ou projeto pronto.

A partir das pesquisas mencionadas nessa parte do estudo e das reflexões realizadas, percebe-se que há uma relação próxima entre os programas de aprendizagens e os projetos de vida dos jovens inseridos nessa política pública, uma vez que a vivência profissional e o curso de aprendizagem parecem contribuir para melhorar a vida do jovem, ajudando-os a estabelecerem projetos de vida e traçar metas para alcançá-los. Isso nos traz a ideia de que é preciso aumentar as possibilidades de políticas públicas relacionadas à trabalho e educação que estimulem e incentivem o planejamento de vida do jovem que se encontra em uma etapa de vida cheia de particularidades e transformações, e precisam de inspiração, criando condições para que esses jovens protagonizem sua história e tracem caminhos pessoais e profissionais passíveis de serem realizados e busquem a isso.

3. Percurso metodológico e Discussão dos Dados

A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa social de caráter qualitativo e do tipo exploratória. De acordo com Marconi e Lakatos (2002) a pesquisa social pode ser entendida como um seguimento que faz uso do método científico, uma vez que é possível adquirir informações da realidade social.

Minayo (2000), diz que a pesquisa qualitativa se atenta nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode atribuir valor quantitativo, isto é, mais relacionado com interpretações, razões, desejos profundos, concepções, princípios e ações, o que tem a ver com a profundidade das relações, de métodos e acontecimentos que não podem ser sintetizados em operações de variáveis. De acordo com Minayo (2000, p. 22) “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

O atual estudo pode ser caracterizado como social, com cunho qualitativo e caracterizado como exploratório pois busca identificar como os Programas de Aprendizagem, uma Política Pública, contribuem na elaboração de projetos de futuro de jovens aprendizes. A presente pesquisa também se caracteriza como exploratória, pois busca explorar as concepções sobre a relação do jovem com o programa de aprendizagem profissional, suas relações com a escola, mundo do trabalho e projetos de futuro.

A primeiro momento foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema para construção do referencial teórico. Foram consideradas algumas bases teóricas que abordam discursos relacionados à juventude, ao trabalho e às políticas públicas de educação profissional no Brasil, dando enfoque também aos Marcos Legais, como a regulamentação da Lei da Aprendizagem, ao artigo 403 da CLT (BRASIL, 2000), Lei 12.852/2013 do Estatuto da Juventude, também ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90 em seu artigo 60. (BRASIL, 1990).

Após essa etapa foi realizada busca de trabalhos científicos na base de dados Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, Literatura Latino Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Lilacs – BVS), que tivessem como tema central juventude e aprendizagem profissional. Foram selecionados artigos científicos e dissertação que tivessem relação com o tema, dessa forma, foi possível conhecer os estudos já desenvolvidos sobre a temática.

A escolha das entidades formadoras onde foi realizada a pesquisa foi baseada no critério de localização, ou seja, na região de Franca – SP. Por empresas contratantes entende-se que são aquelas que estabelecem um acordo de trabalho especial, ajustado por escrito e por um prazo determinado, não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz – inscrito em algum programa de aprendizagem- formação técnico-profissional compatível com o seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e psicológico. É, portanto, o local onde o jovem aprendiz desenvolve as atividades práticas. As entidades formadoras correspondem aquelas qualificadas para oferecer a formação teórica exigida pela Lei de Aprendizagem entre elas destacam-se, SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte); SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo). Também estão inclusas as escolas técnicas e entidades sem fins lucrativos que assistam adolescentes e a educação profissional, com registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Existem instituições que oferecem as duas funções, empresa contratante e entidade formadora, ou seja, o aprendiz desenvolve tanto a parte prática quanto a parte teórica relacionado ao curso de formação na mesma instituição.

A pesquisa foi realizada em três entidades formadoras que oferecem o Programa de Aprendizagem Profissional: Associação de Apoio e Aprendizagem ao Adolescente de Batatais (ADEPAB), na cidade de Batatais, que é uma entidade fundada em 1968, era denominada Guarda Mirim, uma associação responsável por políticas públicas que tem como público-alvo os jovens em situação de vulnerabilidade social da cidade de Batatais. Foi em 2001 que se transformou em ADEPAB – Associação de Apoio e Aprendizagem ao Adolescente de Batatais, uma instituição sem fins lucrativos que disponibiliza dois serviços para jovens moradores da cidade, no presente trabalho foram entrevistados jovens inseridos no Programa de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho, esse programa tem como público-alvo jovens, com idades entre 14 e 24 anos, como exigência para admissão que tenham finalizado o Ensino Fundamental ou cursando o Ensino Médio. O programa tem como objetivo inserir jovens que estejam em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho, por meio da Lei da Aprendizagem. A ADEPAB encaminha os jovens para as empresas, para que possam desenvolver funções

relacionadas a parte administrativa, também setores de comércio e abastecimento de materiais na linha de produção (ADEPAB *online*¹⁴).

As outras duas localizadas na cidade de Franca – SP, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, foi criado em 1942, e segundo o site do SENAI¹⁵, é o maior complexo de educação profissional da América Latina, seu foco principal é a educação profissional, porém também desenvolve serviços tecnológicos, entre outros. De acordo com o Manual de Aprendizagem do Senai (2019, p.4), a missão da instituição é “promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da Indústria Brasileira”.

O Programa de Aprendizagem desenvolvido nessa instituição diz respeito a um processo de desenvolvimento profissional que tem como objetivo incentivar o aprendiz ao desenvolvimento de habilidades para inserção no mundo do trabalho de forma que ele consiga atuar preferencialmente em atividades de tecnologia relacionadas aos setores da economia. Também busca possibilitar o aprimoramento de habilidades pessoais, no que diz respeito à iniciativa, capacidade crítica de avaliação do próprio trabalho, trabalho em equipe e criatividade para enfrentamento de novos acontecimentos e soluções de problemas (SENAI, 2019).

Pode ser admitido nesse programa jovens de 14 a 18 anos incompletos, já em situações que a atuação profissional do aprendiz envolva periculosidade e insalubridade a faixa etária muda, pode-se inserir nessas áreas jovens maiores de 18 anos até 24 anos incompletos. Os cursos de aprendizagem no SENAI podem ser desenvolvidos em meio período ou período integral, o que define isso é o plano de curso ou disponibilidade de vagas da instituição. Em alguns casos, o SENAI atua, ao mesmo tempo, como entidade formadora e empresa contratante. Alguns jovens aprendizes podem desenvolver quatro horas diárias de curso no SENAI e não desenvolverem a parte prática em empresas contratantes, enquanto outros podem desenvolver diariamente quatro horas na instituição e quatro horas na empresa contratante. Existe um grande leque de áreas ou cursos de formação que os aprendizes podem ser inseridos, na cidade de Franca os cursos oferecidos na época da coleta de dados eram, confeccionador de calçados, eletricitista de manutenção eletroeletrônica, mecânico de usinagem, auxiliar administrativo, operador de telemarketing.

¹⁴ A ADEPAB, História. [s.d]. Disponível em: <https://www.adepab.org.br/who-we-are>. Acesso em: 14.set.2021.

¹⁵ SENAI, O sistema Senai, 2021. Disponível em: <<https://www.sp.senai.br/institucional/127/0/o-sistema-senai>>. Acesso em: 14 set. 2021.

E por fim, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que é uma instituição fundada em 1946 pelo Conselho Nacional do Comércio, desenvolve educação profissional no Brasil, tem como missão, segundo o site do Senac “educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo” (SENAC, online)¹⁶. O Senac oferece o curso Aprendizagem Profissional em Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que de acordo com o Manual de Orientações às Empresas (online, s/d)¹⁷, tem como objetivo obedecer a Lei de Aprendizagem 10.097/2000, além de auxiliar no desenvolvimento pessoal e profissional de jovens e assistir na formação de habilidades ao perfil dos jovens que se inserem no programa. O aprendiz pode ser inserido em áreas do comércio de bens, serviços e turismo e exercer funções de acordo com a idade, de 14 a 24 anos incompletos pode exercer funções como auxiliar de escritório, assistente administrativo, de logística ou de pessoal, empacotador, estoquista, operador ou programador de computador, recepcionista em geral, repositor de mercadorias, vendedor, de 16 a 24 anos incompletos, atendente de lanchonete, e de 18 a 24 anos incompletos auxiliar de cozinha, de limpeza, manutenção predial, camareiro em meios de hospedagem, cobrador interno, frentista, operador de caixa, de telemarketing, organizador de evento e zelador.

Antes de submeter o projeto de pesquisa à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, por meio da Plataforma Brasil, contatamos as três instituições, fizemos uma breve explicação sobre a pesquisa expondo os objetivos, entregamos uma Carta de Apresentação¹⁸, e solicitamos a autorização para realização da pesquisa. Dias depois a pesquisa foi autorizada e recebemos assinada a Declaração de Autorização de realização de entrevistas¹⁹. As entrevistas foram agendadas com antecedência e desenvolvidas individualmente, realizadas em uma sala de aula das instituições, no horário de intervalo dos jovens aprendizes e foram tomados todos os cuidados para assegurar ao entrevistado acolhimento e conforto, mantendo a ética e sigilo das informações apresentadas. Os encontros não tiveram duração determinada, o mais duradouro foi em torno de cinquenta minutos, enquanto o mínimo teve duração de vinte minutos. Todas as entrevistas foram realizadas num único encontro com o entrevistado. Foi acordado com as instituições que, no dia combinado com a entrevistadora de comparecer nas instituições para realizar as entrevistas,

¹⁶ SENAC, Sobre o Senac, 2020. Disponível em: <<https://www.sp.senac.br/sobre-o-senac>>. Acesso em: 14 set. 2021.

¹⁷ Manual de orientações às empresas: Aprendizagem Profissional em Comércio de Bens Serviços e Turismo, s/d. Disponível em: <<https://www.sp.senac.br/pdf/65711.pdf>>. Acesso em: 14.set.2021

¹⁸ Modelo encontra-se no apêndice 2

¹⁹ Modelo encontra-se no apêndice 3

os jovens que estivessem presentes para realizar o curso de formação seriam os que participariam da entrevista.

Participaram da pesquisa dezessete jovens aprendizes (homens e mulheres) com no mínimo um ano de contrato com as instituições formadoras, Associação de Apoio e Aprendizagem ao Adolescente de Batatais (ADEPAB), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o critério de seleção foi baseado no tempo de contrato como jovem aprendiz com a instituição, os entrevistados foram indicados pelas entidades mencionadas.

Marconi e Lakatos (2002, p. 92) definem a entrevista como “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.[..]”. A escolha da entrevista como instrumento da presente pesquisa é justificada através do que Gil (2008) expõe sobre viabilizar e obter informações diversificadas sobre vários pontos da vivência social, além de ser um método muito eficaz para conseguir dados mais aprofundados relacionados com as ações dos seres humanos e ainda todas as informações colhidas através dessa técnica são passíveis de categorização.

Desse modo, a escolha pela entrevista se justifica em Gil (2008) que afirma que a entrevista dá oportunidade do entrevistado, o jovem aprendiz, expressar sua opinião de forma mais livre, sem que precise seguir um modelo preestabelecido de perguntas. Ao mesmo tempo pode-se recorrer a elaboração de algumas questões para aumentar os dados referentes a relação que o programa de aprendizagem tem com a elaboração dos projetos de vida do jovem e sanar algumas dúvidas que poderiam surgir.

A entrevista semiestruturada²⁰ foi utilizada como instrumento para responder a todos objetivos específicos. A elaboração do roteiro foi pautada no objetivo geral e nos específicos, e da literatura existente sobre elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada.

Para construção do roteiro consideramos o tema juventude e projeto de vida, seguindo o objetivo geral e os específicos estabelecidos para essa pesquisa, ou seja, compreender como os programas de aprendizagem profissional contribui para que os jovens possam elaborar seus projetos de vida, bem como verificar a percepção dos entrevistados sobre projetos de vida e projetos profissionais, e, analisar sua experiência como jovem aprendiz, e por fim, se o trabalho

²⁰ O roteiro de entrevista encontra-se no apêndice 1

e os conteúdos do programa estão interrelacionados com a descoberta e aprimoramento de habilidades pessoais e profissionais.

Levou-se em consideração o que Manzini (2003) fala sobre elaboração do roteiro de entrevista, criando perguntas acessíveis ao público, simples e diretas, tomando cuidados com questões relacionadas à linguagem, auxiliando na escolha das palavras certas, a fim de deixar o entrevistado à vontade no momento da entrevista.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, para análise.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa para identificação das entidades formadoras na cidade de Franca - SP que desenvolvem o programa de aprendizagem profissional com jovens.

Como já mencionado, antes de iniciar a pesquisa, em maio de 2019, foi realizado contato telefônico com as instituições formadoras que oferecem o Programa de Aprendizagem, locais onde ocorreram a coleta de dados. Após esse contato telefônico foi agendada uma reunião presencial para apresentação do projeto, em 20 de maio de 2019, nesse encontro foi entregue a Carta de Apresentação da pesquisa à direção de duas das três instituições. Após essa apresentação, a coordenação de duas das instituições ficou de analisar a proposta e retornar o contato, mas não o fizeram. Após alguns contatos sem sucesso da pesquisadora entre junho e julho, somente em agosto de 2019 as coordenadoras das instituições obtiveram a autorização da pesquisa com os diretores das instituições. Foi então enviada a Declaração de Autorização de realização de entrevistas, para que os diretores das duas instituições que autorizaram a pesquisa, assinassem o documento. A pesquisadora identificou a possibilidade de realizar a pesquisa com uma instituição na região de Franca, contactou a coordenadora dessa instituição e apresentou o projeto, ela pediu que aguardassem a resposta do diretor da instituição. As três instituições, sendo duas de Franca - SP e uma da região, autorizaram a realização da pesquisa em agosto de 2019.

Uma vez obtido o consentimento das instituições para a realização da pesquisa em suas respectivas dependências, foi encaminhado o projeto de pesquisa à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, por meio da Plataforma Brasil. A aprovação da pesquisa deu-se mediante a divulgação do parecer²¹ 3.594.652, em 24 de setembro de 2019.

²¹ O parecer se encontra no Anexo B

Após a aprovação do comitê de ética, foi realizado novo contato com as coordenadoras das instituições para agendamento da realização das entrevistas.

Antes da realização das entrevistas, para os jovens maiores de 18 anos foi lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²². No que tange aos jovens menores de 18 anos, foi realizado contato com os responsáveis para autorização da participação da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para os jovens foi solicitado a assinatura no Termo de Assentimento²³, nesse documento os participantes foram informados quanto aos objetivos e às condições de participação no estudo, foi sanada todas as possíveis dúvidas, e eles tiveram o livre arbítrio de aceitar ou não participar da pesquisa. Esta medida encontra-se de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas com seres humanos, deixando exposto as responsabilidades, direitos e obrigações relacionadas a acordo entre as duas partes, pesquisador e pesquisado, assegurando os direitos do segundo, sem prejudicá-lo.

Na Associação de Apoio e Aprendizagem ao Adolescente de Batatais (ADEPAB), as entrevistas foram agendadas para o dia 12 dezembro de 2019, por escolha da coordenadora que justificou que os jovens aprendizes estariam em férias escolares e todos estariam presentes no período da manhã, com horário agendado previamente. Para aqueles jovens com idade menor que dezoito anos, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a coordenadora, que dias antes do marcado para as entrevistas apresentou a pesquisa aos pais e colheu a assinatura de autorização. As cinco entrevistas foram realizadas no dia 12 de dezembro, entre 8h e 13h.

No Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), as entrevistas foram agendadas para o dia 18 de novembro de 2019, foram realizadas cinco entrevistas, no período da manhã, entre 8h e 12h.

No Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) as entrevistas foram agendadas entre os dias 25 e 27 de novembro de 2019, no horário entre 13h30 e 15h10, no primeiro dia foram entrevistados dois jovens aprendizes, no segundo dia foram entrevistados cinco, totalizando sete entrevistas nessa instituição.

²² Os modelos dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido se encontram no Apêndice 4

²³ Os modelos dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido se encontra no Apêndice 5.

3.1. Análise e Discussão dos Dados

Após a transcrição das entrevistas, foi construída uma planilha no Excel com o objetivo de facilitar a visualização dos dados colhidos e para realizar assim uma leitura e análise em profundidade, desvelando os resultados da pesquisa. De primeiro momento foi realizada uma pré-análise do material colhido, posteriormente a exploração desse material, ou seja, o estudo do conteúdo das entrevistas e após, foi o momento de inferência e interpretação das falas dos jovens entrevistados, foram retiradas cinco categorias sendo elas: Caracterização dos Jovens Aprendizes; Trabalho Manual versus Trabalho Intelectual e Projeto de vida; Motivações para o trabalho; Programa de aprendizagem: significado, contribuição e projeto de vida; Projetos Futuros e jovens aprendizes.

3.1.1. Caracterização dos Jovens Aprendizes

Quadro 12: Caracterização dos jovens aprendizes entrevistados

Entrevistados	Sexo	Idade	Escolaridade
Artur	Masculino	18	3º Ensino Médio
Adriana	Feminino	16	3º Ensino Médio
Adriano	Masculino	16	2º Ensino Médio
Alice	Feminino	16	2º Ensino Médio
Antônio	Masculino	18	Ensino Médio Completo
Beatriz	Feminino	23	Curso Técnico
Bianca	Feminino	18	Ensino Médio Completo
Bárbara	Feminino	20	Curso Técnico
Bento	Masculino	20	3º Ensino Médio
Betina	Feminino	19	Curso Técnico
Carla	Feminino	19	Ensino Médio Completo
Camila	Masculino	19	Ensino Médio Completo
Carlos	Masculino	19	Curso Técnico
Cauã	Masculino	20	Ensino Médio Completo
Claudio	Masculino	18	Ensino Médio Completo
Caio	Masculino	21	Ensino Médio Completo
Cássio	Masculino	19	Ensino Médio Completo

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

* Todos os nomes utilizados neste estudo são fictícios. A substituição dos nomes reais foi realizada visando preservar a identidade dos entrevistados.

Quadro 13: Informações familiares dos jovens aprendizes entrevistados

Entrevistados	Escolaridade do pai	Escolaridade Da mãe	Contribui com renda familiar	Número de Irmãos	Escolaridade dos Responsáveis
Artur	Ensino Médio Completo ²⁴	Ensino Médio Completo	Sim	7	Atendente
Adriana	Ensino Médio Completo	Ensino Fundamental	Sim	5	Padeiro/ cuidadora de idosos
Adriano	Ensino Médio Completo	Curso Técnico	Sim	0	Motorista/ Técnica de Enfermagem
Alice	E.M. Completo	E.M. Completo	Não	1	Linha de Produção/ Polícia Civil
Antonio	Ensino Fundamental	Ensino Básico	Sim	1	Operador de Caldeira/ Atendente
Beatriz	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto	Sim	2	Pedreiro/ Dona de Casa
Bianca	Curso Técnico	E.M. Incompleto	Não	1	Técnico de Telecomunicação/ Produção
Bárbara	Ensino Básico	Ensino Fundamental	Sim	1	Pintor/ Faxineira
Bento	Não tem	Ensino Fundamental ²⁵	Sim	2	Comerciante
Betina	Ensino Fundamental	E.M. Completo	Sim	1	Mulineiro/ dona de casa
Carla	E.M. Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto	Não	1	Modelista/ Cozinheira
Camila	E.M. Incompleto	Ensino Médio Incompleto	Sim	3	Transportador/ cozinheira
Carlos	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio ²⁶ Incompleto	Não	1	Concursado na Sabesp/ Pedagoga
Cauã	Não sabe e não tem contato com o pai	Ensino Médio Completo	Sim	3	Desempregado/ Dona de casa
Claudio	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	Sim	5	Pedreiro/ Dona de casa

²⁴ Artur não reside com os pais, portanto o grau de escolaridade refere-se ao cunhado e à irmã, respectivamente.

²⁵ Bento não reside com os pais, portanto, o grau de escolaridade Ensino Fundamental Completo refere-se à sua tia, a qual é sua responsável.

²⁶ É provável que Carlos possa ter se enganado em relação à escolaridade da mãe ou profissão.

Caio	E.M. Incompleto	Ensino Fundamental	Sim	4	Pespontadores ²⁷
Cássio	E.M. Incompleto	E.M. Incompleto	Sim	3	Autônomos

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que ao todo compuseram a amostra nove aprendizes do sexo masculino e oito aprendizes do sexo feminino. Com relação às idades, o aprendiz com mais idade em ocasião que a entrevista foi realizada tinha 20 anos, e o mais novo, 16 anos, a idade predominante dos aprendizes é a faixa etária de 19 anos. No que tange à escolaridade, grande parte dos aprendizes já finalizaram o Ensino Médio, somente três aprendizes estavam cursando o Curso Técnico. Quando questionados sobre evasão escolar, somente um aprendiz relatou que abandonou os estudos no primeiro ano do Ensino Médio, mas contou que em poucos meses retornou para terminar.

Esse dado corrobora com a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), que exige em seu artigo 433, que o aprendiz, até completar dezoito anos, deva frequentar a escola regularmente. Uma das condições para que o contrato de aprendizagem não seja anulado, é que o jovem aprendiz com idade inferior a dezoito anos frequente assiduamente o ensino regular, ou seja, que não haja faltas injustificadas que possam causar a perda de ano letivo. Se houver reprovação, automaticamente o jovem é desligado do Programa de Aprendizagem. Essa exigência se faz importante pois uma das bases dessa Lei é inserir o jovem no mundo do trabalho sem prejudicar os estudos, a legislação reconhece a importância da educação para o jovem, que se encontra em transformação e desenvolvimento. Moherdau e Gracioli (2019), afirmam que há necessidade de acompanhar os jovens inseridos no mercado de trabalho por meio da Lei de Aprendizagem, no que tange a importância dada aos estudos regulares, para que o trabalho não se sobreponha aos estudos.

No que se refere às informações familiares, somente um aprendiz não tem irmãos, em relação ao grau de escolaridade dos responsáveis, dos dezessete entrevistados, somente seis jovens tem responsáveis que completaram o Ensino Médio, desses seis, dois responsáveis realizaram Curso Técnico. Nenhum responsável cursou Ensino Superior. Observa-se que a maioria dos entrevistados contribuem com o orçamento familiar.

²⁷ A Profissão de Pespontador de calçados é atribuída a pessoas que se responsabilizam pela costura à máquina dos cabedais dos calçados, os cabedais são a parte mais visual e extensa do sapato, é ele que recobre o pé dentro do sapato, corresponde a toda matéria que fica na área superior, acima do solado.

3.1.2. Trabalho Manual *versus* Trabalho Intelectual e Projeto de Vida

Quadro 14 – Tempo do contrato de aprendizagem e área em que os aprendizes trabalham nas Empresas

Entrevistados	Tempo do Contrato de Aprendizagem	Área	Principais funções
Artur	1 ano	Empacotador	Embalagem de alimentos e organização de prateleiras.
Adriana	1 ano e 4 meses	Auxiliar Administrativo	Atendimento telefônico, recebimento de mensalidades, compras e organização de materiais.
Adriano	1 ano e 4 meses	Tecnologia de informação	Formatação e manutenção de computadores, relatórios e controles de impressora, atendimento técnico, conserto de celulares.
Alice	1 ano e 3 meses	Auxiliar administrativo	Organização de documentos, atendimento telefônico, checagem e resposta de e-mails.
Antônio	1 ano	Empacotador	Embalagem de alimentos e organização de prateleiras.
Beatriz	1 ano e 6 meses	Administrativo	Atendimento telefônico, entrada e saída de cliente, controle de saída de veículos e recebimento de mercadoria.
Bianca	1 ano e 4 meses	Vendas	Vendas e reposição de materiais.
Bárbara	1 ano e 5 meses	Administrativo	Constrói relatórios diários dos caminhões e registra quilometragens.
Bento	1 ano e 4 meses	Administrativo	Auxílio na parte de técnico de segurança do trabalho, abertura de ordem de serviço, construção de ficha de treinamentos e entrega de equipamentos de segurança aos funcionários.
Betina	1 ano e 4 meses	Administrativo	Atendimento telefônico, entrada e saída de cliente, controle de saída de veículos e recebimento de mercadoria, controle de folhas de pagamento e ponto dos funcionários, separa currículos.
Carla	1 ano e 4 meses	Recepcionista	Atendimento telefônico, entrada e saída de cliente, controle de saída de veículos e recebimento de mercadoria.
Camila	2 anos	Mecânica	Operação e programação de máquinas, produção de peças

Carlos	1 ano e 4 meses	Mecânica	Operação e programação de máquinas, produção de peças
Cauã	1 ano	Expedição	Checação e embalo de fichas montagem de caixas
Claudio	1 ano	Telemarketing	Desenvolvimento de modelos de sapato em sites, telemarketing
Caio	2 anos	Manutenção de equipamentos	Usinagem de peça principal, manutenção
Cássio	2 anos	Mecânica	Operação e programação de máquinas, produção de peças

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se pelo quadro acima que a maioria deles possuem um ano como tempo mínimo de contrato, ressaltando que, esse foi um dos critérios para selecionar os jovens aprendizes para entrevista. O maior tempo de contrato de aprendizagem entre os entrevistados é de dois anos, enquanto o menor, é de um ano. No que diz respeito às áreas que os aprendizes trabalhavam e funções que desenvolviam na ocasião da entrevista²⁸, percebe-se que são áreas diversificadas. Cinco jovens trabalhavam na área de auxiliar administrativo desenvolvendo funções diferentes dependendo da necessidade da empresa contratante. Desses cinco, alguns desempenhavam funções relacionadas à área financeira e de recursos humanos. Artur e Antônio desempenham funções na área de empacotadores em um supermercado, já Bianca atuava na área de vendas. Carla foi admitida pela Lei da Aprendizagem para área de recepcionista, desempenhando funções como atendimento telefônico, entrada e saída de cliente, controle de saída de veículos e recebimento de mercadoria. Na área de marketing e tecnologia de informação Claudio e Adriano, respectivamente. Enquanto Camila, Cássio e Cauã desempenham atividades relacionadas à mecânica. Caio trabalhava na área de manutenção de equipamentos.

No estudo realizado por Moherdaui e Gracioli (2019) foram localizados artigos que focam nas contribuições do Programa de Aprendizagem, assim, ressaltam que muitas vezes a política pública de aprendizagem profissional não colabora para evolução de concepções críticas dos jovens, deixando o foco da educação de lado, que é um dos principais objetivos da formação profissional. Para evitar que isso ocorra, é importante o monitoramento das funções desenvolvidas pelos jovens dentro das empresas contratantes, para verificar se elas estão propiciando atividades capazes de proporcionar o desenvolvimento de suas habilidades, aumentando suas perspectivas de futuro, nesse sentido, também é importante acompanhar os

²⁸ Os verbos relacionados às funções desempenhadas pelos jovens se encontram no tempo passado, pois as entrevistas foram realizadas no final do ano de 2019.

conteúdos dos cursos teóricos oferecidos pelas entidades formadoras, visando sempre melhores vivências e condições de futuro.

Uma breve observação no rol das atividades desenvolvidas pelos entrevistados, nota-se que algumas exigem mais conhecimentos. Práticas desenvolvidas nas empresas as quais podem desenvolver e incentivar proatividade, criatividade e aprendizado e auxílio em resolução de problemas podem refletir em condições melhores, motivação, planejamento e futuro, enquanto outras atividades são mais automáticas, repetitivas, não exigindo muito raciocínio, podendo gerar desmotivação por parte de quem desenvolve. Pode-se inferir que determinadas atividades podem ser observadas e entendidas como positivas no desenvolvimento do cidadão, àquelas que exigem reflexões, estimulam iniciativa, pensamento criativo, prática de resolução de problemas e podem fazer com o que o jovem reflita mais sobre suas decisões da vida pessoal e profissional.

Silva Júnior e Mayorga (2016) apontam para importância de considerar quais são as profissões que a política pública do programa de aprendizagem profissional busca formar no jovem nela inserido, os autores colocam que os dados apontam para funções e ocupações desenvolvidas pelos jovens aprendizes que muitas vezes pedem baixa formação profissional e baixos salários.

Muito importante refletir sobre essas situações, uma vez que a Lei de Aprendizagem profissional (Lei 10.097/2000) aponta para a necessidade de desenvolvimento do jovem como um todo, tanto em sua formação técnica e teórica, precisa-se de um olhar crítico em relação às funções que os jovens aprendizes desenvolvem nas empresas e os conteúdos de formação que são passados nos cursos de aprendizagem, pois já mencionamos no decorrer das seções anteriores que é na juventude que se consolidam os projetos de vida. Apoiando-se nos estudos de Novaes (2006), Dayrell (2003), Ravasco, Maia e Mancebo (2010), Abramo (2005), pode-se afirmar que essa é uma etapa essencial para formação tanto pessoal quanto profissional das pessoas e a formação de personalidade. Por isso, a educação se torna requisito importante para estímulo do projeto de vida. E refletindo mais além, através de Esteves e Abramovay (2009), também é na fase da juventude que muitos grupos juvenis buscam justificativas, inovação e se movem de alguma forma para determinados projetos serem concretizados.

A partir dessa vertente, é importante realizar uma discussão entre a divisão de trabalho manual e intelectual, uma vez que, algumas atividades desenvolvem funções que exigem formação e podem influenciar no projeto de vida, enquanto outras são mais automatizadas e manuais.

Ramos (2007) entende o trabalho como uma fonte de produção de conhecimentos, essa mesma autora percebe trabalho manual como aquele no qual são exigidos apenas conhecimentos básicos como ler, escrever, e princípios técnicos fundamentais para o exercício das atividades ou tarefas. No que diz respeito ao trabalho intelectual, entende-se como uma atividade mais complexa, que exige formação, no qual a qualidade exigida é mais elevada do que o trabalho manual.

A partir dessa perspectiva, deduz-se que trabalho intelectual é aquele que exige conhecimento diferenciado e cultura científica, já o manual como aquele mais simplificado, automatizado.

Nascimento e Bezerra (2015) afirmam que a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual ainda não foi solucionada, que ainda há uma separação entre o homem do fazer e o homem do pensar. É importante ter um olhar para a educação de independência humana. Quando se pensa no mundo do trabalho, é importante lembrar Gramsci: “não existe atividade humana da qual se possa excluir absolutamente alguma participação intelectual [...]”. (Gramsci, 2010, p. 21). No entanto, percebe-se que as atividades desenvolvidas pelos jovens aprendizes se apoiam na dicotomia do trabalho, que divide os homens que pensam e os homens que fazem, o que acaba sendo o oposto da educação emancipadora.

Pode-se inferir através dos dados apresentados no que diz respeito às funções desenvolvidas pelos aprendizes que, atualmente, a população em vulnerabilidade social ainda tem acesso diferente à educação, muitos jovens de classes sociais mais baixas realizam atividades remuneradas que não oferecem incentivo ao pensar, a educação profissional ainda precisa evoluir e quebrar com a historicidade construída de que o trabalho intelectual deve ser oferecido somente para classes sociais mais altas, para oferecer cursos de formação profissional aos jovens de classes menos favorecidas, e considerar que inserção no mundo do trabalho deve ir muito além de necessidades urgentes de sobrevivência, mas formação para a vida e estímulo para projetos de vida.

Gramsci diz que a educação técnica relacionada ao trabalho industrial tem a obrigação de formação de intelectuais, mesmo àqueles mais desconceituados, que não possuem nenhum tipo de conhecimento. Ainda em Gramsci (1968, p.9) “[...] a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis.”

Nesse raciocínio, é importante refletir a importância do papel da educação na formação das pessoas, também da educação profissional como um todo, uma formação que auxilia no pensamento para reflexão e molda pessoas com mais conhecimento, teórico-prático.

A Lei 10.097/2000 fundamenta que os jovens inseridos na política pública de educação profissional devem ter acesso à prática e teoria para que sua formação não seja prejudicada. Esses dados da pesquisa revelam que é importante ficar atento ao tipo de atividade e funções desenvolvidas pelos jovens nas empresas e aponta para necessidade de fiscalização dessa política pública, no que diz respeito ao curso teórico do programa de aprendizagem bem como dos conteúdos passados, assim como nas práticas desenvolvidas na empresa contratante, para que seja assegurado que os jovens se desenvolvam não apenas em habilidades e competências necessárias ao mundo do trabalho, mas também o direito em adquirir condições de se tornar um *homem omnilateral*²⁹, conceito que expressa o desenvolvimento pleno do homem.

É importante refletir se os programas de aprendizagem não têm dado a importância que deveria para que os jovens aprendizes desenvolvam habilidades e reflexões que lhes possibilitem avaliar a própria experiência de vida.

É importante pensar no equilíbrio, aliar trabalho manual e trabalho intelectual, sem deixar de destacar a importância dos dois tipos de trabalho, não os tratando de forma excludente, mas como reafirma Gramsci (1968, p.118) “[...] que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”.

Consideramos que as funções que podem ajudar os jovens a desenvolver habilidades sociais, cognitivas, intelectuais e pessoais, dentre as citadas pelos jovens entrevistados são as de auxiliar administrativo, marketing, recepção, tecnologia de informação.

Consideramos essas funções como as que auxiliam mais no desenvolvimento do cidadão pois através delas os jovens podem adquirir mais organização, aprendizados em tecnologia, e pode estimular também o aprofundamento e aprimoramento nos estudos dessas áreas, o que pode auxiliar na reflexão do projeto de vida.

Já as funções que podem ser apontadas como mais automatizadas, relacionando com trabalho manual, que exigem menos conhecimento são os referentes a área de empacotador, expedição, mecânica e manutenção de equipamentos.

A Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) exige que os aprendizes devam ser contratados para funções que colaborem para seu desenvolvimento profissional, portanto, é

²⁹ MANARCORDA, Mário A. **Marx e a pedagogia moderna**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975. p. 106.

Defende o conceito de omnilateralidade como a realização plena do homem, capaz de libertá-lo. “A omnilateralidade é, pois, o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidades e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e gozo, em que se deve considerar, sobretudo o usufruir os bens espirituais, além dos materiais de que o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho”.

importante diversificar as funções e áreas que eles atuam na empresa, possibilitando maior aprendizado e desenvolvimento de diversas habilidades.

Muitas vezes a empresa foca na contratação por exigência da Lei ou também porque o jovem aprendiz reproduz o trabalho de um adulto e recebe uma bolsa salário como aprendiz que é mais baixa se comparada à um salário de um funcionário adulto, desse modo, o jovem realiza a tarefa de um adulto mas recebe apenas uma bolsa salário, no entanto, é importante entender o objetivo dessa política pública estando atentos para o desenvolvimento dos jovens que se inserem no primeiro emprego por meio desse programa, para que eles possam conseguir aprender, descobrir e aprimorar habilidades, afirmando melhores condições de planejamento dos seus projetos de futuro. Nesse mesmo sentido, deve-se entender que a atividade laboral relacionada a juventude não deve ser percebida somente como forma de sobrevivência, e nem apenas como de sustento e geração de renda, mas como mecanismo para desenvolvimento e crescimento pessoal.

3.1.3. Motivações para o trabalho

Grande parte dos entrevistados responderam que tomaram conhecimento da vaga do Programa de Aprendizagem por algum conhecido próximo, tios, avós, ou por amigos que já participaram do Programa. Betina soube do programa pela internet e por uma instituição que também oferece o Programa de Aprendizagem em Franca - SP. Adriana, Alice e Adriano relataram que antes de se inserirem no programa, passaram por outro programa oferecido pela instituição Associação de Apoio e Aprendizagem ao Adolescente de Batatais (ADEPAB) nomeado como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFC)³⁰. Enquanto três afirmaram ter se inserido no Programa de Aprendizagem por uma ação realizada pelo Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), Caio, relata,

[...] eu descobri pelo PAT³¹ no centro, na verdade eu fiz uma entrevista que teve lá num evento, que tinha, acho todos os empresários de Franca, isso mesmo eu fiz essa entrevista lá, tive a oportunidade de conhecer várias pessoas[...] aí ela perguntou se eu tinha vontade de fazer algum curso aí ela me indicou [...] (CAIO)

Beatriz contou que,

[...] na verdade eu fiz o curso do PAT sabe? E aí eu ia muito lá atrás de serviço porque teve uma época que eu estava desempregada, aí quando começou o time

³⁰ O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFC) é uma política pública que pode ser oferecida pelo Centro de Referência da Assistência Social ou instituições dos municípios com o objetivo de fortalecer vínculos, criar vivências e experiências e dar suporte aos atendidos.

³¹ O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi implementado pelo Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991, e tem como principal objetivo dar suporte e assistências aos trabalhadores de baixa renda (podem ser considerados trabalhadores de baixa renda aqueles indivíduos que recebem até cinco salários-mínimos mensais).

de emprego eu fiz o cursinho lá, aí eu fiquei à disposição de entrevistas com algumas empresas, aí foi onde me encaminharam, entendeu? Aí me ligaram né pra mim ir fazer a entrevista só que claro que no meio disso em relação a empresa eu tive que levar um encaminhamento por fazer parte do programa do cadastro único né, que batia renda, assim então isso me ajudou muito, facilitou bastante [...] (BEATRIZ)

Claudio explica:

[...] Então através de um amigo meu, no ano passado eu ia cursar um curso aqui, só que aí aconteceu uns problemas aí não deu, aí esse ano eu tentei de novo como eu estava desempregado, o Senai ele te abre muitas portas para o mercado de trabalho aí eu entrei aqui [...]

[...] foi um primo meu que me recomendou, ele trabalha em uma empresa e conhece todo o pessoal da empresa que ele é chefe da, como que fala chefe de obra, ah tem a ver com a empresa que eu trabalho agora lá, aí ele conversou com o pessoal e arrumou pra mim [...] (CLAUDIO)

A maioria dos entrevistados tiveram acesso à informação da existência dos programas de aprendizagem profissional e oportunidade do primeiro emprego por conhecidos ou familiares, a partir desse dado é possível inferir a importância e necessidade de maior divulgação do programa de Aprendizagem, além de ações referentes à inserção do jovem no mundo do trabalho por diferentes órgãos e entidades públicas, para assim, conseguir ampliar o acesso de jovens de baixa renda que procuram se inserir no primeiro emprego e alcançarem um emprego formal.

No que diz respeito à importância da divulgação das políticas públicas de aprendizagem, de acordo com o Manual de Conceitos Fundamentais - pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas (BRASIL, 2014) foi criado em 2013, o Participatório - Observatório Participativo da Juventude que visa ampliar debates virtuais sobre assuntos que interessam a juventude, além de divulgar políticas públicas juvenis. Também foi instituído o programa Estação Juventude que tem como objetivo transpassar informações relacionadas a ações, programas e políticas juvenis, além de também visar conduzir, direcionar e dar suporte ao jovem para que consigam traçar seus caminhos e procurar instrumentos que auxiliem no seu desenvolvimento. Alves (2014) expõe que com base no número de vagas e número de contratação de aprendizes, é importante inferir que órgãos responsáveis por divulgação e fiscalização, empresas contratantes e entidades formadoras devem avançar e melhorar, principalmente na divulgação do programa.

Percebe-se a necessidade não somente da criação de políticas públicas voltadas para os jovens, mas também formas mais abrangentes de divulgação. Hoje, há acesso a inúmeras tecnologias, que muitas vezes, não são utilizadas de maneira proveitosa para acesso à informação de qualidade, principalmente no que diz respeito ao jovem. O Estado deve promover a divulgação de políticas públicas para que a população jovem, principalmente as

mais vulneráveis economicamente tenha acesso à informação e consiga se inserir em serviços, e dessa forma, promover direitos e garantir um futuro com mais dignidade.

As concepções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³² sustentam que o fundamento do trabalho deve ser fonte de dignidade, e que a pobreza é um impedimento de desenvolvimento do progresso e da prosperidade, que todo ser humano tem direito de procurar por conforto no que diz respeito à bens materiais e buscar igualdade de oportunidades. A partir desse fundamento é essencial o olhar para os programas de políticas públicas voltados para o público jovem, objetivando melhorar o acesso dos jovens a essas políticas, auxiliando na aproximação e inserção desse público a um trabalho digno e estímulo nos seus projetos pessoais e profissionais.

Em relação a motivação, para não desistir do Programa de Aprendizagem, a maioria dos entrevistados apontam a aprendizagem adquirida tanto na parte prática quanto na parte teórica. Bárbara relata que não pensou em desistir pois o curso oferecido a auxilia em questões pessoais. Beatriz, Betina, Bento, Adriana e Alice responderam que a maior motivação para não desistirem foi o salário que recebem, que possibilitou independência e autonomia. Betina, Bento e Artur dão ênfase na dificuldade de relações interpessoais dentro da empresa como fator de dificuldade, que muitas vezes o desmotivavam e até chegaram a pensar em desistir do programa.

Compreende-se assim, que as principais motivações para se manter no trabalho estão relacionadas ao salário e a aquisição de vivência e experiência. Corroborando com esse dado, Alves (2014) em seu estudo expõe que uma das principais motivações para o jovem se inserir no mundo do trabalho se dá pelo salário que irá ganhar e o que isso proporciona para ele. Nesse sentido, também é importante ressaltar o significado de trabalhar para o jovem, o trabalho, na concepção de Bajoit e Franssem (1997), é entendido como meio de inserção social e vivência para as pessoas. A maioria dos jovens veem o trabalho não somente como acúmulo de renda, mas também como vivência, experiência e aprendizagem. Silva (2014) assegura que o que faz com que o jovem busque pela oportunidade de emprego é a ânsia por adquirir amadurecimento, responsabilidade, vivências e autonomia financeira.

³² A Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi criada 1919, com execução no Brasil a partir de 1950, e segundo o site da OIT, o principal objetivo dessa organização é promoção de justiça social, como também incentivo e geração de possibilidades a um trabalho digno. A OIT considera trabalho digno aquele que vai de encontro à superação da miséria, reduzindo desigualdades sociais.

3.1.4. Programa de aprendizagem: significado, contribuição e projeto de vida

A partir do referencial teórico apresentado na presente pesquisa, percebe-se que estudos de Maciel e Mendonça (2010), Dias, Bulgacov e Camargo (2007), Callazan, Sousa e Fisher (2014), Moherdau e Gracioli (2019), Moherdau, Nakáo e Bolzani (2017) entre outros, apresentam que o programa de aprendizagem profissional pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de habilidades para os jovens aprendizes nele inseridos. A partir disso é importante aprofundar nas reflexões com relação à essas contribuições e o que ela pode resultar na vida das pessoas que passam pelo programa de aprendizagem.

Relativo ao significado e contribuição do Programa de Aprendizagem para a vida dos entrevistados, Adriana disse que “aprendizado para crescer, conhecer gente nova”, Alice cita que além de oportunidade, experiência e aprendizado,

[...] eu acho que é uma oportunidade como eu disse e principalmente de crescimento né? Porque se eu não tivesse isso eu não estaria no mercado de trabalho hoje e eu não ia estar aprendendo um tanto de coisa que eu tô aprendendo na minha idade, que eu acho muito importante porque eu acho que se todo mundo tivesse a oportunidade de entrar num programa como esse teria menos jovens na rua igual a gente vê hoje em dia né? Então nossa eu acho muito importante de verdade [...] (ALICE).

Dois jovens citaram como contribuição a aprendizagem, Adriana: “contribuir principalmente pra mim mesma e fez eu melhorar bastante e é mais ou menos isso aí eu aprendi coisas novas e tudo mais, conheci gente nova”.

Percebe-se através da fala de Adriana que a visão relacionada ao programa pode estar relacionada também à inserção social, por estarem inseridos em um trabalho significa conhecer pessoas, interagir, conviver, aprender, valorizar a si mesmo.

Para Antônio:

[...] é mais o aprendizado porque aqui as aulas é muito focada em coisas que você já teve, aí é bom porque as vezes escola algum lugar você pode não ter tido aquela aula mais você não focou tanto mais aqui eles reforça e também ajuda você a ter uma opinião [...] (ANTÔNIO)

Artur diz que entende que ficou mais responsável, melhorou a comunicação após o programa, e que “ajuda a gente a pensar”:

[...] ah significa muito né principalmente as áreas né? os cursos que é inserido aqui é muito bom, principalmente a comunicação é onde você aprende a se comunicar melhor onde você vai ter aquele momento de trabalho que as vezes o cliente as vezes não vai te entender aí você tem que lidar muito com a comunicação eu vejo isso [...] (ARTUR).

Bianca expõe sobre responsabilidade:

[...] então assim eu chegava atrasada na empresa eu já fui chamada a atenção algumas vezes porque eu pego ônibus dependendo do ônibus é complicado, é essa experiência me fez tipo assim ser mais responsável [...] (BIANCA).

Beatriz explica que acha que contribuiu mais para saber lidar com as diferenças e conviver com diferentes personalidades, além de trazer oportunidades para novas vivências de emprego sem ser de balconista.

Bárbara fala sobre o aprendizado relacionado a conviver com pessoas:

[...] eu acho que a questão de aprender a conviver mais com as pessoas mesmo com a diversidade porque existe vários tipos de pessoa, então na mente cada um pensa de um jeito aí você tem que sentar, escutar, aprender a respeitar a opinião do outro mesmo sendo tipo muito diferente da sua e tipo você pode não concordar mais você tem que aprender a respeitar a conviver ali [...] (BÁRBARA)

E diz que houve melhoria na sua comunicação:

[...] É mais por conta da experiência. Assim pra mim foi uma coisa muito boa porque me ajudou tanto financeiramente como pessoa porque antigamente eu era uma pessoa que eu não falava um “a”, eu sentava e ficava ali na minha com o curso aprendizagem eu fui me desenvolvendo, comunicação, desenvolvi várias áreas assim uma coisa que eu vou levar pro resto da vida, assim que aqui não tem problema nenhum eu chegar ali na frente e falar alguma coisa errada mesmo que os outros ri tal, pelo menos eu tô tentando sabe tipo não tenho medo de nada, meter a cara [...] (BÁRBARA).

A partir dessas reflexões percebemos que as habilidades levantadas pelos jovens estão mais ligadas à características profissionais e organizacionais que auxiliam no ambiente corporativo.

Betina cita como contribuição a responsabilidade, interação com novas pessoas, melhoria na relação com os familiares, vivência e experiência. Bento falou sobre iniciativa, aprendizado e independência financeira. Cássio citou conhecimento, já Camila lembrou de organização, responsabilidade e independência. Caio fala: “eu não tive a oportunidade de trabalhar por falta de experiência então acho que essa experiência contribui bastante pra ajudar na minha vida”. Carlos cita organização e oportunidade. Carla relata sobre o surgimento de objetivos após iniciar o programa:

[...] significa muito porque antes de eu entrar no curso aqui nessa parte eu não tinha um objetivo sabe? eu não sabia a área que eu queria seguir agora eu já tenho um objetivo eu quero continuar essa área que eu comecei [...] (CARLA)

Cauã cita sobre experiência e postura no ambiente de trabalho, planejamento, organização, oportunidade. Cláudio explica que conheceu pessoas que o ajudaram na vida pessoal e profissional, aumentou as relações e rede de contatos, e auxiliou a aprender coisas novas e melhorar na comunicação. Do exposto, percebe-se que as contribuições que apareceram foram crescimento pessoal e profissional, independência, responsabilidade, saber lidar com as

diferenças dos outros e lidar com as diferentes personalidades, saber filtrar palavras e melhora na comunicação, proatividade, organização, planejamento geral e orçamentário, experiência, ampliação da rede de contatos e oportunidades de novos empregos, melhora na postura no ambiente de trabalho, movimentação com relação à aliar trabalho e estudo. As respostas mais frequentes foram relacionadas à proatividade, melhora na comunicação, responsabilidade, melhoria nas relações em geral e com os familiares, vivência e experiência.

Moherdauí, Nakáo e Bolzani (2017), em seu estudo sobre um programa de aprendizagem concluíram que a partir do curso de formação do programa de aprendizagem e experiência na empresa, os jovens podem desenvolver habilidades de vida que os auxiliam no futuro profissional. A partir do estudo de Souza Frozzi e Bardagi (2013) ficou evidente que os jovens participantes desse programa aprenderam muito com relação à administração do tempo para desenvolver atividades, adquiriram novos conhecimentos e mais habilidade de comunicação contribuindo para o desenvolvimento pessoal. Moherdauí e Gracioli (2019), através de levantamento bibliográfico de estudos relacionados aos programas de aprendizagens concluíram que através do programa de aprendizagem os jovens desenvolvem habilidades pessoais e profissionais. Porém, nos últimos dois estudos mencionados também ficou evidente pontos negativos referente aos cursos de formação do programa de aprendizagem, como sobrecarga de atividades, dificuldade de administração do tempo.

No que tange às descobertas e aprimoramento de habilidades pessoais e profissionais, todos entrevistados responderam afirmativamente que o programa de aprendizagem auxiliou nesse processo. Citaram como habilidades que descobriram, a comunicação que foi citada por sete jovens, sendo eles Adriana, Alice, Artur, Carlos, Carla, Betina e Luan. Cássio citou concentração e proatividade, Camila relatou o foco e concentração, Caio disse que descobriu ser bom em medir e em desenhar, Carlos falou sobre a habilidade em manusear máquinas, Cauã falou sobre montagem de sapato e Cláudio cita sobre saber lidar com pessoas, lidar com as diferenças. Bianca e Beatriz citaram organização, Beatriz complementa que descobriu que sabe manusear os documentos.

A partir das habilidades que os jovens relataram ter percebido após inserção no programa, podemos pensar no conceito de comportamento proativo e como o estímulo desse tipo de comportamento pode auxiliar na vida do jovem aprendiz.

Kamia e Porto (2011, p. 466) definem comportamento proativo como “um conjunto de comportamentos [...] em que o trabalhador busca espontaneamente mudanças no seu ambiente de trabalho, soluciona e antecipa-se aos problemas, visando a metas de longo prazo que

beneficiam a organização”. As autoras relacionam positivamente esse tipo de comportamento, com objetivos motivacionais a qual está relacionado com entusiasmo, ousadia, atrevimento e estímulo na vida, uma vez que, para elas a demonstração de comportamentos proativos demanda ousadia para expressão de pensamentos em diferentes contextos, tendo como consequência contestar situações, não ter medo de transformações, e alcançar novidades. Segundo Crant (2000, p. 436), os comportamentos proativos envolvem “desafiar o *status quo*, mais do que se adaptar passivamente às condições atuais”

A partir dessa perspectiva entende-se a proatividade como uma habilidade que está relacionada à tomar iniciativas, assumir responsabilidades, comunicar-se ativamente. Pensando nesse sentido infere-se que a proatividade é uma habilidade relacionada à iniciativa, tanto pessoal quanto profissional. E que além disso é possível entender que esse tipo de habilidade pode também auxiliar na forma como a pessoa pensa e conseqüentemente nos seus projetos pessoais e profissionais, uma vez que a proatividade está relacionada não somente com iniciativa profissional, mas também com a forma agir, em se abrir para mudanças e transformações.

Quando questionados sobre o aprimoramento e melhoria de habilidades que já existiam, Adriano e Adriana responderam que aprimoraram informática, Bianca relata sobre organização e responsabilidade, Alice citou a comunicação familiar e organização, Antônio, autoconhecimento, Artur, habilidade administrativa, Adriano, Caio, Carlos, Cláudio, Beatriz e Betina comunicação, Betina complementa:

[...] Aí tipo assim porque aqui a gente faz muito projeto sabe porque a gente fez muito projeto com idosos é ajudou muito porque a gente sempre faz projetos tipo a gente faz quebra cabeça sabe vai conversando essas coisas [...] (BETINA)

Bárbara fala sobre iniciativa e comunicação e então relata:

[...] ah não acho que eu descobri por que eu sempre fiquei muito fechada, nessa ah não vou falar não vou falar vou errar tudo e todo mundo vai rir que não sei o que aí tipo aqui no curso tanto na empresa mostrou que não tem problema nenhum errar que todo mundo erra que todo mundo uma hora vai falar alguma coisa errada e que não tem problema nenhum tipo chegar e falar eu errei mais como é que faz? Me ensina? [...] (BÁRBARA)

Bento lembra das habilidades que aprimorou como trabalho em equipe e comunicação, Cássio, paciência, Camila, persistência, Carla, trabalhar em equipe, Cauã, corte de sapato. As habilidades citadas foram organização, comunicação pessoal e profissional, amadurecimento pessoal e profissional, autoconhecimento, habilidades emocionais, paciência, calma, noções de meio ambiente, persistência, amadurecimento, manuseio de máquinas, trabalho em equipe, corte de sapato, contabilidade, administração de consumo, escrita, responsabilidade,

aprendizados, manuseio de documentos, vendas, lidar com os erros, desenvolvimento pessoal, proatividade. No quesito aprimoramento de habilidades, a comunicação foi citada por sete entrevistados. Organização e técnica em informática também foi uma habilidade que foi citada por mais de um aprendiz.

As habilidades aprimoradas corroboram com o estudo de Alves (2014) com jovens de determinado programa de aprendizagem, as competências mencionadas pela autora se relacionam com as mencionadas pelos jovens no presente estudo: amadurecimento, responsabilidade, seriedade, obediência às regras, socialização, capacidade de superar desafios e dificuldades, dedicação à escola, melhorias na organização, atenção, raciocínio e diminuição da timidez.

A partir disso é importante pensar na relação dos conteúdos dos currículos no curso de formação oferecido pelo programa de aprendizagem na vida profissional e pessoal do jovem aprendiz, para isso foi elaborado o quadro 14.

Quadro 15 – Conteúdos de formação no curso do programa de aprendizagem e relação com vida pessoal e profissional dos jovens aprendizes

Entrevistados	Conteúdos ajudaram na vida pessoal?	Conteúdos ajudaram na vida profissional?
Adriana	Sim	Não
Alice	Sim	Sim
Antonio	Sim	Sim
Adriano	Sim	Sim
Artur	Sim	Sim
Bianca	Não	Sim
Beatriz	Sim	Sim
Bárbara	Sim	Sim
Betina	Sim	Sim
Bento	Sim	Sim
Cássio	Sim	Sim
Camila	Sim	Sim
Caio	Sim	Sim
Carlos	Sim	Sim

Carla	Sim	Sim
Cauã	Não	Sim
Cláudio	Não	Não

Fonte: Elaborado pela autora.

Através do quadro 15 observa-se que quase todos os jovens entrevistados responderam que os conteúdos apresentados no curso de formação do programa de aprendizagem profissional auxiliaram na vida pessoal e profissional. Cláudio respondeu que não auxiliou em nenhuma das áreas, enquanto Adriana respondeu que auxiliou na vida pessoal, porém na profissional não, já Bianca e Cauã, responderam que auxiliou na vida profissional e na vida pessoal não.

Através da fala de Adriana, percebe-se que os conteúdos do curso de formação podem ter auxiliado na vida profissional, porém pode ser que ela não tenha se dado conta disso:

Não muito, eu acho que os conteúdos que a gente vê é mais pessoal e mais dinâmico também, mais social, então não me ajudou muito não, porque lá onde eu trabalho não é tanta coisa assim é mais simples [...] me ajudou assim na parte de informática porque a gente aprendeu porque lá também eu mexo bastante fazendo planilha aí ajudou (ADRIANA).

Mas quando é questionado a ela se os conteúdos auxiliaram na vida pessoal, ela responde:

Fazia a gente refletir, era interessante. Ajudou é, aí primeiro a gente fez um gráfico uma vez que era pra ver a porcentagem do jeito que a gente era se a gente era feliz e tudo mais, aí eu olhando o meu gráfico falei aí isso daqui não tá certo, aí eu comecei a mudar um pouco (ADRIANA).

A partir do exposto, pode-se refletir que apesar da jovem citar que os conteúdos desenvolvidos no programa de aprendizagem não auxiliaram na vida profissional, quando menciona que auxiliou na vida pessoal, mostra através de sua fala que automaticamente deu suporte para repensar atitudes e isso conseqüentemente pode auxiliar também na vida profissional como um todo. Já Cauã disse que o curso não auxiliou na vida pessoal, contudo falou que melhorou as relações familiares, e criou mais responsabilidade e compromisso.

Isso demonstra que alguns jovens podem não ver relação entre vida pessoal e vida profissional, vendo as duas áreas de forma dividida, e que muitas vezes o jovem não reflete sobre a contribuição do programa em suas vidas, não compreendendo o significado de vida pessoal e vida profissional.

A jovem Alice demonstrou dificuldades para entender a pergunta O conteúdo do programa de aprendizagem auxilia na sua vida pessoal? Questionando o que era vida pessoal. Isso demonstra que os jovens precisam de suporte para repensar não somente projetos profissionais, mas os pessoais. Percebe-se que a maioria dos jovens tiveram mais facilidade de

responder a pergunta sobre a vida profissional do que vida pessoal. Esse dado pode nos levar a pensar em duas situações, a primeira é que os conteúdos do programa de aprendizagens estudados podem dar mais suporte aos projetos profissionais, isso até é compreensível uma vez que a maioria das empresas formadoras são representantes dos setores empresariais, apoiados em políticas neoliberais em que a formação para o trabalho é mais importante que a formação para a cidadania e uma formação integral dos jovens.

No que diz respeito às mudanças nos objetivos construídos pelos jovens durante o Programa de Aprendizagem, onze jovens responderam que houve mudanças nos seus objetivos desde que entraram no programa, sendo eles Bianca, Beatriz, Bárbara, Betina, Bento, Cláudio, Cauã, Carla, Carlos, Caio e Adriano. Esses jovens tinham antes metas relacionadas a aprender coisas novas, a se comunicar com as pessoas, adquirir experiências na empresa. Todos que responderam afirmativamente que mudaram os objetivos após se inserirem no programa disseram que essa transformação estava relacionada a terem um objetivo, agora, relacionado à aprimoramento ou foco nos estudos, objetivo esse que não existia antes de se inserirem no programa.

Os cinco aprendizes da instituição ADEPAB, Adriana, Alice, Antônio, Adriano e Artur relataram sobre o objetivo de serem efetivados como funcionários na empresa, após acabar o contrato de aprendizagem. Alice, Beatriz e Betina manifestaram como objetivo tirar habilitação de motorista, Bárbara e Cauã relatou que tinha também como meta tirar habilitação de motorista antes de iniciar o curso e conseguiu realizá-la durante o programa de aprendizagem.

Alice diz: “Não mudou porque eu queria continuar trabalhando pra guardar dinheiro né? Antônio relata “sim, agora pretendo fazer um curso superior”. Camila diz que os objetivos não mudaram: “é acabar o curso, fazer o curso de engenharia elétrica e arrumar um serviço”, Caio: “agora estou mais focado para entrar na faculdade”, Carlos “Sim, mudaram agora tenho vontade de abrir minha própria oficina de tornearia”. Bento: “sim, mudaram, no começo queria ser efetivado na empresa, agora não quero mais, quero procurar novas áreas sem ser só mecânica”. Cauã diz:

[...] sim, mudou muito, mudou tudo pessoais mudou tudo como eu te explico, meu objetivo agora é concluir o curso, acabar o curso e ir pra faculdade no ano que vem, se Deus quiser quero fazer recursos humanos, serviu pra mim saber o que eu realmente queria [...] (CAUÃ).

Em relação aos estudos, todos entrevistados responderam que veem os estudos como essencial, citando a importância em continuar estudando. Caio citou a importância de aliar estudos e conhecimento prático. Adriano disse pensar diferente de seus pais em relação a fazer

vários cursos, considera importante estudar, porém acha essencial focar em determinada área para poder se especializar num assunto. Abaixo elaboramos um quadro relacionado ao desejo de continuar estudando, curso que desejam fazer e a influência do programa de aprendizagem nessa decisão.

Quadro 16 – Continuidade dos estudos

Entrevistados	Desejo de Continuar estudando	Curso que deseja fazer ou faz	Programa de Aprendizagem teve influência na decisão?
Adriana	Sim	Curso Técnico de Administração	Sim
Alice	Sim	Terapia Ocupacional	Sim
Antônio	Sim	Engenharia Civil	Sim
Adriano	Sim	Administração	Sim
Artur	Sim	Coach e Gestão de Técnico de Informação	Sim
Bianca	Sim	Tradutor e Intérprete	Não
Beatriz	Sim	Secretariado ³³	Sim
Bárbara	Sim	Recursos Humanos	Sim
Betina	Sim	Radiologia	Sim
Bento	Sim	Educação Física	Não
Cássio	Sim	Engenharia Mecânica	Sim
Camila	Sim	Medicina Veterinária	Sim
Caio	Sim	Engenharia Mecatrônica	Sim
Carlos	Sim	Análise de Desenvolvimento de Sistemas	Sim
Carla	Sim	Recursos Humanos	Sim
Cauã	Sim	Gastronomia	Sim
Cláudio	Sim	Não sabe	Não

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro mostra que todos os entrevistados desejam continuar os estudos após o final do Programa de Aprendizagem, mesmo que não forem efetivados como funcionários nas

³³ Beatriz faz curso de Secretariado.

respectivas empresas em que são contratados como aprendizes. Com relação à área do curso que desejam fazer ou já estão cursando, percebe-se que algumas áreas estão relacionadas com as funções que desempenham na empresa. Observa-se também que a maioria respondeu que o programa teve influência na decisão de dar continuidade aos estudos, mesmo àqueles que escolheram um curso que não tem relação com as atividades desenvolvidas durante o Programa de Aprendizagem. Camila conta que, “[.] teve porque me ajudou a ter objetivos na vida para alcançar [...] me ajuda a ter objetivo[.]”. Cauã, diz que,

[...] um pouco teve, porque aí eu não paro né, a gente não para de estudar aqui, aqui dia de sexta é matemática e português então isso eu acho que aprendo coisa que eu não aprendi na escola você vai aprendendo, vai aprendendo [...] (CAUÃ).

Betina ressalta que sua vontade em continuar os estudos está relacionada à sua família, que segundo ela não tiveram essa oportunidade, e que ela pretende aproveitar.

No que tange às falas dos entrevistados sobre a relação entre o programa de aprendizagem e a continuidade dos estudos, depreende-se que esse programa estimula não só no aprimoramento dos estudos, bem como nas escolhas profissionais e conseqüentemente na concepção de projetos futuros.

Podemos pensar nesse estímulo do programa de aprendizagem por meio das falas dos entrevistados, percebe-se que as atividades práticas realizadas pelos jovens nas empresas contratantes podem fazer com que eles se identifiquem com determinadas áreas de atuação, mesmo àquelas funções que os jovens aprendizes não atuam profissionalmente, mas que, observam durante seu expediente nas empresas, nesse contexto, eles acabam se aproximando dessas funções, e se identificam pessoalmente com elas. A fala de Adriano corrobora com essa afirmação: “quero fazer administração e o programa de aprendizagem teve a ver com essa decisão, [...] ainda tô decidindo e eu fui vendo algumas coisas assim na vivência na empresa, algumas coisas lá que eu vejo eles fazendo, aí eu interessei [...]”.

Também pode-se afirmar que as atividades teóricas no curso de aprendizagem profissional, bem como as práticas desenvolvidas no curso de formação também contribuem para despertarem o interesse pelos cursos superiores:

Tô decidido fazer engenharia civil, teve a ver com o curso lá, tivemos aulas pra justamente pra isso porque é como se fosse esqueci o nome do testeinho lá, não lembro o nome do testeinho que eles fizeram que era, colocaram todas as matérias, assim e você tinha que ir marcando e todas que eu marcava sempre dava no questão de pensar [...] (Antonio)

Beatriz acrescenta que uma das atividades realizadas num curso em que ela estava realizando foi uma palestra que falava sobre profissões, a qual ela se identificou e a fez iniciar o curso de formação profissional de secretariado: “então atualmente eu tô fazendo esse do secretariado né?, vamos ver o que que eu vou almejar né depois disso. Teve assim, teve em relação a essa palestra que teve no curso que eu comentei.” Caio e Carlos, também afirmam que o programa de aprendizagem auxiliou na decisão de continuidade nos estudos, “é porque eu escuto muito falando que a área que eu tô, influencia porque parece que entra muito a parte de elétrica, também parte da mecânica”, disse Caio, já o jovem Carlos afirmou, “sim, eu comecei a ver mais ainda a necessidade de fazer o curso de análise e desenvolvimento de sistema pelo fato dele completar muito bem as duas áreas entendeu?”

Catorze dos dezessete jovens entrevistados responderam que o programa de aprendizagem influenciou na decisão de fazer um curso superior, pode-se inferir que o Programa de Aprendizagem desperta nos jovens a desejo de continuar os estudos em cursos superiores.

A partir do momento em que há a possibilidade de ingressar em uma empresa como Jovem Aprendiz, o jovem desenvolve atividades profissionais e aprende a trabalhar numa área específica, o que contribui para o desenvolvimento de suas aptidões, sendo de forma tácita autoestimulado a prosseguir os estudos em nível técnico ou superior na área escolhida.

A educação é vista como a principal pauta de transformação na vida dos jovens. Dessa forma, exprime a importância da continuidade dos estudos, para uma melhor perspectiva de futuro e, para alcançar novas oportunidades de vida, tanto na área pessoal, quanto profissional.

No que tange à definição de projeto de vida, todos entrevistados responderam pautados na ideia relacionada a um planejamento de futuro, interligando com objetivos e metas a serem alcançadas. A única jovem que fez associação do projeto de vida somente à vida profissional e estabilidade financeira foi Betina, enquanto os outros citaram relação com objetivos e metas também relacionadas à outras áreas da vida como bens materiais, relações interpessoais, relações familiares, estudos, estabilidade emocional. Reafirmando o que Leão, Dayrell e Reis (2011) colocam como definição de projeto de vida, um planejamento que a pessoa tem sobre seu futuro na área ocupacional, acadêmica e relações pessoais. Os jovens participantes da pesquisa parecem perceber o projeto de vida dessa forma.

Quadro 17 – Relação entre Programa de Aprendizagem e Projeto de vida

Entrevistados	Respostas dos entrevistados sobre a pergunta “O Programa de Aprendizagem, conteúdos em si e experiência na empresa tem alguma relação com o seu projeto pessoal e profissional?”
Adriana	Acaba tendo né, principalmente em questão financeira porque é bem difícil a gente conseguir alguma coisa sem ter dinheiro assim.
Alice	Teve né, porque como eu disse a aula sempre incentivou a gente a procurar mais assim e tipo querer crescer ter um planejamento que esse também eu vejo que aqui foi possível pra pensar aí eu tenho que fazer isso na minha carreira e tal, então é.
Antônio	Querendo ou não tem, porque o programa é algo que nos motiva porque aqui dentro eu já vi várias pessoas entrando aqui sem meio desnortado e foi onde que o programa meio que deu a direção pra eles aí é onde que eu acho que ajuda.
Adriano	É mais ou menos não cem por cento, não misturo muito as coisas, no projeto profissional meio mediano não é tanto assim porque eu fui moldando o que eu quero fui conseguindo ver as coisas assim o que eu vejo e o que eu faço meio por médio isso.
Artur	sim muito , quando já chegou fazer uma pergunta pra mim uma pessoa chegou e falou assim você aprende o que você aprende no curso? como eu sou empacotador, as vezes as pessoas acha que aquilo que eu aprendo não ajuda em nada, mais me ajuda muito principalmente igual eu falei a comunicação como eu era tímido antigamente eu não conseguia chegar fala assim chegar falar mais hoje eu tenho uma facilidade que cliente gosta que eu empacoto as coisas, não os outros, entendeu então é bem isso.
Bianca	No pessoal eu acho que não diretamente. Profissional influenciou a prestar mais atenção, dar importância.
Beatriz	No pessoal não, no profissional acho que um pouco.
Bárbara	Eu acho que sim porque ali dentro da empresa eu vi que tipo igual lá na empresa eu continuo sempre no mesmo lugar eu vi que tipo não é uma coisa que eu quero vai tá sempre só aquilo ali aquilo ali um dia vai ser uma coisa um dia outra, sempre, e o curso me ajudou no meu projeto de vida porque mostrou que eu tenho que tipo correr atrás do que eu quero.
Betina	Tem sim. Ai se eu não tivesse trabalhando não teria como eu conquistar tudo isso, eu pensaria só que não teria como eu fazer porque meu pai e minha mãe não tem condições não assim tem mais sabe não do jeito que você quer não é. Fazer faculdade e continuar estudando tem a ver com o programa.
Bento	Ah ajudou pra eu poder pensar mais no futuro porque aqui eles falam muito sobre o futuro o que eu, você quer pra sua vida, então ajudou sim dar uma refletida sobre isso. Na parte profissional também eles falam muito isso daí em relação a projetos. Ainda mais quando nós toma umas bronca, antes no começo nós levava umas broncas e na empresa teve muitos que você recebeu um feedback por exemplo que a pessoa chegava e falava pra você sobre seu desempenho na empresa acho que cheguei a receber meu feedback duas vezes só até hoje a primeira foi até coisa boa. Ah foi porque era eu e outro aprendiz tinha hora que nós ficava meio distraído aí como não tinha muito serviço aí

	nós ficava olhando lá pra baixo no almoxarifado e ficava fazendo alguma outra coisa aí tinha hora que pedia mais atenção. Foi bom pra dar uma quietada também.
Cássio	Eu acho que no projeto pessoal sim. No projeto profissional acho que não, por causa que esse projeto profissional que eu tenho vem de antes.
Camila	Tem sim, no pessoal e profissional.
Caio	Como eu já te disse ne eu entrei aqui sem objetivo, agora eu tenho objetivo graças ao projeto
Carlos	Bom até tem uma relação, mas eu acredito que é um pouco sutil tipo ele influencia bastante agora entendeu muda minha decisão agora, mais provavelmente lá no futuro já tenha mudado bastante então não sei. Sim, me influencia tipo hoje por exemplo, influência nas minhas atitudes de hoje tipo querer fazer o curso da Fatec por exemplo ou qualquer coisa do gênero.
Carla	Sim tem, mais ainda é porque o pessoal acaba não influenciando muito mais o profissional bastante.
Cauã	Pode até ter em questão de como é que eu falo contabilidade é consumo e profissional. Quero montar um buffet pra minha mãe e também fazer faculdade. Tem assim igual tô falando é o que você pode ter, o que você não pode ter igual aqui a gente vê muito esse negócio de consumo perda essas coisas sabe? Então acho que no futuro pode até me ajudar.
Cláudio	Não esse não, acho que vai agregar me ajudou assim mais não, tá ligado?

Fonte: Elaborado pela autora. Grifos da autora

Nota-se que a maioria dos entrevistados percebem o programa de aprendizagem como influência no seu projeto de vida, principalmente com relação ao foco na vida profissional. Neu e Cacenote (2013) expõe que é na juventude que se iniciam os projetos de vida. Outros autores como Machado (2004), Araújo, Arantes e Pinheiro (2020) e Damon (2008) afirmam que o projeto de vida é importante na vida pessoal, profissional e psíquica de uma pessoa. E que, além dos projetos de vida, as pessoas precisam de referência para construí-los. A partir dessa ideia, é importante entender que o jovem necessita de boas referências para construir sonhos, objetivos e almejar alcançá-los, uma vez que, encontram-se em uma fase que passa por diversas transformações físicas e psíquicas.

O Programa de Aprendizagem pode ser considerado como uma dessas referências, uma vez que, através da vivência dentro das empresas contratantes e dos conteúdos oferecidos pelos cursos de aprendizagem nas entidades formadoras, esse programa capacita o jovem profissionalmente e pessoalmente, além de auxiliar em vivências, desenvolvendo e aprimorando habilidades pessoais e profissionais. Estruturando, reestruturando e preparando o

jovem em situação de vulnerabilidade para que assim ele se torne protagonista de sua história e possa ter mais autonomia para traçar seus projetos e objetivos a curto e longo prazo.

Foi observado pela pesquisadora que todos os jovens entrevistados tiveram dificuldade em diferenciar habilidade pessoal e profissional. Isso demonstra a importância de instruir o jovem nos programas sobre habilidades, suas definições, e o que é importante aprimorar. Mas também demonstra que o foco do jovem em situação de vulnerabilidade é o trabalho, focando mais nas habilidades profissionais, ou devido às políticas neoliberais em que a formação para o trabalho é vista como mais importante que a formação para a cidadania e para vivências além do trabalho.

A partir desse tema, é importante refletir sobre os planos e objetivos futuros dos jovens aprendizes, assim foi elaborado o quadro 18.

3.1.5. Projetos futuros e jovens aprendizes

Quadro 18 – Planos e Objetivos futuros dos jovens

Entrevistados	Respostas dos entrevistados sobre a pergunta “O que você pretende fazer quando terminar o programa de aprendizagem?”
Adriana	<p>aí depois que eu for efetivada não vai sobrar muito tempo, pra mim porque eu vou estudar de manhã e trabalhar a tarde, [...] aí eu vou fazer um curso a noite no industrial aí eu ia fazer um curso a noite lá de administração mesmo mais eu falei ah não vai dá porque se eu fosse efetivada eu ia entrar às duas e sair às oito então não ia ter como aí eu falei aí deixa pra depois porque depois que eu for terminar o terceiro e ser efetivada mesmo eu vou prestar Enem vou ver se eu faço uma faculdade longe mais eu não quero muito quero fazer aqui mesmo só pra manter o emprego aqui e manter a faculdade aí então eu preferi ter esse emprego garantido aqui mais meu sonho fazer faculdade fora eu queria fazer em Uberaba, enfermagem em Uberaba [...]</p>
Alice	<p>[...] nossa aí quando eu penso nem sei eu queria continuar né mais não pode [...] eu queria continuar trabalhando né, pretendo continuar trabalhando.</p>
Antônio	<p>[...] ah terminando aqui eu pretendo começar meus estudos eu pretendo enquanto eu não tô fazendo faculdade nada eu pretendo pelo menos fazer um cursinho de alguma coisa pra sempre ter algo a mais no currículo. Vou ser efetivado na empresa. Ah vou ser sincero no começo eu não queria [...] é no começo eu não queria porque é aquele negócio lá assim de primeiro emprego a gente não tem tanta cabeça assim a gente acha assim que a gente saindo a gente consegue outro por ser novo mais querendo ou não ao passar do tempo eu fui vendo que não era isso foi onde que eu coloquei na minha cabeça não pode ser que não é o emprego que eu almejo assim essas coisas mais é o que tá ajudando meus pais e o que tá me ajudando e se um dia eu for</p>

	sair eu pretendo sair de lá é como eu posso dizer com outro emprego [...] eu pretendo fazer faculdade na região de Franca.
Adriano	[...] Durante o programa de aprendizagem eu não tive férias então eu não pude descansar muito então eu vou tirar umas férias e descansar aí pro ano que vem vai ser o curso, o de administração [...]
Artur	[...] isso aí eu vou tirar minha carta, primeira coisa que eu vou fazer tirar minha carta depois eu vou comprar minha moto depois de comprar a moto eu já entro numa faculdade.
Bianca	Eu pretendo, parece que eu vou continuar lá na empresa [...] aparentemente vão me efetivar. Nossa eu amei, pretendo continuar lá e ano que vem eu pretendo entrar pro balé [...] eu tenho muita vontade de pegar e voltar firme quero começar no começo do ano já, na metade quero voltar pra faculdade, aí já não sei se vai conciliar e é isso acho os planos
Beatriz	Se eu não for efetivada vou procurar um serviço né? Vai ser isso deixar currículo. Acho que não vão me efetivar [...] por conta de eu ter faltado muito né? Mais assim com justificativa também mas eu sei que nenhuma empresa gosta que o funcionário falta mais eu acho que aí já seria um ponto a menos.
Bárbara	Ah pretendo procurar um serviço porque ficar sem trabalhar é meio difícil [...] lá não tem espaço para me efetivarem.
Betina	eu penso em terminar de estudar tirar minha carta, [...] pretendo arrumar outro serviço, Penso em Recursos Humanos [...]
Bento	[...] se eu não for efetivado, ah pretendo arrumar outro serviço e ver o que eu posso fazer pra poder ajudar em casa, poder ver se eu posso tentar pagar meus estudos e continuar a vida aí.
Cássio	Arrumar um serviço e começar a estudar pra tentar uma nota boa no ENEM para cursar engenharia elétrica
Camila	eu pretendo entrar na faculdade, eu já fiz as provas pra tentar ver se eu consigo bolsa, acho que basicamente entrar na faculdade agora como prioridade.
Caio	Eu espero sinceramente já estar trabalhando, já o meu professor me indicou pra uma empresa, tô esperando dar certo eu já fui lá conhecer a empresa então se tudo der certo então acho que quando eu sair eu já vou entrar já [...]
Carlos	Bom, a primeira coisa que vou fazer, que eu já tô juntando dinheiro pra fazer é comprar uma moto, que eu vou comprar ela à vista que eu já tô juntando todo o dinheiro que eu recebo do meu patrocínio, pra deixar ela a vista [...] depois disso planejo procurar um emprego em algum lugar vou tentar ver se tem alguma necessidade de algum instrutor ou professor [...] vou arrumar emprego, fazer o curso da Fatec e comprar a moto.
Carla	arrumar um serviço, preciso urgente arrumar um serviço e começar a fazer a faculdade, eu não mais tipo assim além do curso de mecânica a gente fez uns cursos por fora dentro do Senai, acredito que esses vai ajudar agora o de mecânica. Pretendo arrumar um serviço como recepcionista, atendente qualquer coisa do tipo, o curso que eu acho que não agregou e não me auxilia nessa parte só a empresa.

Cauã	vou ligar pro amigo do meu tio porque a empresa é aqui perto, eu vou tentar com ele , você pretende continuar trabalhando então é porque o ano que vem eu vou estudar, fazer faculdade.
Cláudio	uma graduação logo [...] pretendo continuar trabalhando não posso parar.

Fonte: Elaborado pela autora. Grifos da autora

Através do quadro 18 pode -se fazer um compilado dos dados relacionados aos projetos futuros dos jovens aprendizes e sua relação com o programa de aprendizagem. Betina, Antônio e Adriana relatam que vão ser efetivados como funcionários na empresa que trabalham após finalizar o contrato de aprendizagem.

Alice, Beatriz, Bárbara, Betina, Bento, Cássio, Caio, Carlos, Carla, Cauã e Cláudio, quando questionados sobre futuro profissional demonstraram preocupação em se inserir novamente no mundo do trabalho após finalizarem o contrato de aprendizagem profissional. Eles justificaram essa preocupação pautada na falta de informação se seriam contratados como funcionários na empresa contratante após terminar o contrato de aprendizagem profissional. Esse dado é muito relevante, uma vez que demonstra a importância de políticas relacionadas com a inserção do jovem em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho, e principalmente, políticas que protejam e auxiliem o jovem em situação de vulnerabilidade que finaliza o programa de aprendizagem e se encontra desprotegido em relação ao futuro profissional, como destaca a Organização Mundial do Trabalho, a relação dos jovens com o mercado de trabalho no Brasil é caracterizada pelos salários baixos, elevada contratação com contratos informais, precarização nas condições de trabalho, a dificuldade na dicotomia trabalho e estudo, além de compromissos familiares que são assumidos por esses jovens (OIT, s/d).

Deve ser também considerada as diferentes realidades dos jovens em situação de vulnerabilidade social, esses jovens, muitas vezes, não são sustentados para estudar, mas se sustentam e auxiliam no sustento da casa, outros sustentam a casa sozinhos. É compreensível então o medo e receio por parte dos jovens entrevistados de não conseguirem se inserir no mundo do trabalho, uma vez que, a própria política pública de aprendizagem profissional foi criada baseada nesse problema social: desemprego juvenil, que é duas vezes maior do que o desemprego na faixa etária adulta.

A maioria dos jovens relacionou a pergunta “o que você pretende fazer quando terminar o programa de aprendizagem?” com futuro profissional, somente três, dos dezessete jovens entrevistados responderam sobre projetos pessoais: Adriano relatou querer tirar férias, Betina

respondeu que almeja a carta de habilitação, e Carlos contou que vai comprar uma motocicleta e já vem acumulando dinheiro para isso. Percebe-se que para esses jovens o foco e preocupação e até os projetos pessoais se resumem na continuidade de atividades remuneradas e relacionadas ao trabalho. Dado preocupante, uma vez que o ECA (2019), entre outros documentos e muitos autores, ressalta a importância do lazer e entretenimento na vida do jovem. É importante refletir que ao mesmo tempo que a inserção no mundo do trabalho é importante para adquirir responsabilidade, autonomia financeira, muitas vezes pode significar um acúmulo de responsabilidades para o jovem e amadurecimento precoce.

É importante ressaltar que todos os jovens entrevistados relatam que o programa de aprendizagem teve significados positivos em suas vidas, contudo, muitas vezes não percebem, mas ao comparar perguntas realizadas na entrevista, também percebemos uma sobrecarga de trabalho e estudo e responsabilidades na vida deles, conseqüentemente na rotina. Adriano descreve a rotina pesada de compromissos: “[...] e tinha que almoçar bem rápido e me arrumar bem rápido, e correr pro trabalho depois saia lá e ainda ia fazer outras coisas e resolver outras coisas quando eu saia de lá, então minha rotina meio que ficou fixa [...]”, as falas do jovem Artur, também demonstra os vários tipos de responsabilidades que são exigidas no mundo do trabalho:

É correria né, mais é assim você tem que ter responsabilidade nos compromissos né as vezes igual eu estudo de manhã, aí depois tem o curso né, que é em seguida depois as vezes no outro dia é o dia da escola, depois na empresa, aí fica muito mais corrido bastante nisso né, aí fico muito corrido[...]

[...] o funcionário né começou a exigir muito de mim, começava a falar, vem aqui faz isso faz aquilo e ficava muito pesado pra mim ao mesmo tempo eu fazer as coisas que eu faço e fazer outras coisas que me pedem né, comecei a querer desistir (do programa) (ARTUR).

Betina, também fala nesse mesmo sentido: “correria um pouco porque que nem eu saio daqui do SENAC, já chego em casa estudo, minha vida é uma correria e além de eu trabalhar como aprendiz eu trabalho em um salão, tipo fica uma correria [...] e fico lá até tarde depois já vou pro curso”, nessa primeira fala a jovem cita a rotina intensa de compromissos como positiva, porém ao expressar suas expectativas para o projeto de vida percebe-se uma contradição, diz que gostaria de um dia ter uma rotina que goste: “eu quero ter um rotina boa, ter uma rotina que eu goste [...]”. Por mais que alguns jovens apresentem uma visão de adquirirem mais responsabilidades ao assumirem muitos compromissos e rotinas mais intensas,

percebe-se que é também cansativo para eles. Isso nos faz questionar se essas rotinas apresentadas aos jovens inseridos nos programas de aprendizagens são saudáveis para vida cognitiva e psíquica dos jovens aprendizes, uma vez que alternam estudo e trabalho, além das responsabilidades pessoais e familiares que eles acabam assumindo e criando uma rotina parecida com a dos adultos.

A Lei da Aprendizagem (10.097/2000) em seu artigo 403 cita: “o trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola”. Uma das principais críticas que podemos fazer aos programas de aprendizagens são as rotinas cansativas entre estudo e trabalho. Deduz-se que ao mesmo tempo que ter uma rotina com planejamentos e cronogramas pode ser importante para o jovem em sentido de desenvolvimento, em organização diária e responsabilidades, como fica expressado na fala da jovem Bianca:

eu tive uma rotina certinha, eu chego do trabalho porque escola a gente pode atrasar, curso pode atrasar, mais trabalho não, [...] sempre chego atrasada nos lugares então assim eu chegava atrasada na empresa, eu já fui chamada a atenção algumas vezes [...] essa experiência me fez tipo assim ser mais responsável, sabe ter mais responsabilidade com compromisso.

Uma rotina cansativa pode também prejudicar o jovem em seu todo, pautado na reflexão que o jovem é um indivíduo em desenvolvimento de personalidade, aprendizagem e vivências.

É importante entender que muitas vezes alguns dos jovens em situação de vulnerabilidade podem não estar preparados para assumir as responsabilidades que o trabalho lhe exige, em alguns casos não há possibilidades de escolha, uma vez que ele precisa se manter financeiramente ou até manter a família.

A fala de Betina corrobora com essa reflexão: “Por causa de dinheiro tava precisando ajudar em casa, minha mãe ficou desempregada, aí passa aperto né? Só meu pai tendo que sustentar a casa, pagar as contas tudo”. Adriano também explica que se mantém no trabalho por querer auxiliar a mãe, financeiramente:

[...] porque eu pensei eu posso ajudar minha mãe já fazendo esse curso e ela já vendia trufas antes e não tinha como ela trabalhar por causa dos horários, as coisas ficariam muito complicadas e aí eu quis ajudar ela.
quando eu percebi que eu teria que trabalhar pra sobreviver de certa forma continuar a vida porque eu vi que não dava pra parar né porque até então eu tinha treze, catorze anos, meus pais que meio assim cuidavam muito de mim e tudo que eu queria me davam, agora eu percebi que mudou isso tá diferente e não é a mesma coisa assim agora tá tipo o que eu quero, eu vou ter que ir atrás, então pra isso eu preciso trabalhar.

Os programas de inserção do jovem no mundo do trabalho têm seus aspectos positivos, mas também é nosso papel refletir sobre alguns pontos a serem melhorados. É importante pensar que esses projetos inserem precocemente o jovem em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mundo do trabalho oferecendo formação pautada muitas vezes em atividades manuais e de produção, e aprendizados automatizados, descrevendo uma falsa ideia de que esses jovens estão aptos a enfrentar o mundo do trabalho (ALMEIDA; LEÃO, 2018), percebe-se pela fala de alguns dos entrevistados uma vontade extrema de conseguir um novo trabalho após finalização do programa, caso não sejam contratados ao término do contrato.

O problema social não deve ser focado somente em inserir o jovem no mundo do trabalho, mas oferecer condições favoráveis para que ele se desenvolva pessoalmente e profissionalmente. Isso aponta para necessidades não só de políticas públicas que insiram o jovem no mundo do trabalho, mas que também tenham como objetivo principal oferecer ferramentas e suporte com foco no futuro, que auxiliem na educação, continuidade de estudos e desenvolvimento de projetos de vida.

Para complementar a discussão é importante refletirmos sobre a relação entre projeto de vida e futuro profissional através da comparação das falas dos entrevistados, realizada no quadro 19.

Quadro 19 – Relação entre projeto de vida e futuro profissional

Entrevistados	Quais são suas expectativas e perspectivas para seu projeto de vida?	Quais são as suas expectativas e perspectivas para seu futuro profissional?
Adriana	Aí depois que eu for efetivada não vai sobrar muito tempo pra mim porque eu vou estudar de manhã, trabalhar a tarde e nem a noite não vai dá, porque eu queria muito fazer o curso a noite mais eu falei ah não adianta eu fazer porque eu já tinha uma noção mais ou menos que eu ia ser efetivada pelo que eles falavam lá sabe, eu falava aí eu vou fazer um curso a noite no industrial de administração, mas os horários não batem, então não ia ter como aí eu falei aí deixa pra depois porque depois que eu for terminar o terceiro e ser efetivada mesmo	[..] eu pretendo estudar muito me focar muito na área que eu quero, também porque vai que eu desisto também , mais me focar bastante e me especializar na área que eu quero que eu desejo e atuar na área que eu desejo não mudar de rumo.

	eu vou prestar Enem , vou ver se eu faço uma faculdade longe, mais eu não quero muito quero fazer aqui mesmo só pra manter o emprego aqui e manter a faculdade aí então eu preferi ter esse emprego garantido aqui mais meu sonho é fazer faculdade em Uberaba, enfermagem. [...]	
Alice	Formar , eu quero muito fazer uma faculdade consegui me formar não queria parar em uma só gostaria de fazer mais não queria parar também tipo só, aí terminei a faculdade queria fazer pós, mestrado, doutorado e ter a minha família, constituir a minha família , aí viajar o mundo , queria muito viajar pra vários lugares e ajudar pessoas .	Então eu ainda não tenho a faculdade decidida assim [...] mais eu acredito que quando eu tiver isso eu vou poder focar naquilo e vou falar vou fazer isso o que eu preciso pra que eu entre no mercado de trabalho, como tá o mercado de trabalho dessa profissão ,o que eu posso fazer de diferente pra que eu me destaque nisso , eu acho que é isso: decidir a faculdade e focar naquilo, penso em fazer mestrado, doutorado , isso tipo se eu tiver mais enquanto isso não acontecer eu queria continuar trabalhando e continuar crescendo sabe eu acho que é importante a gente ter essa vontade de crescer e não ficar só no mesmo ali né.
Antônio	Ah minhas expectativas é me profissionalizar mais, é melhorar o meu pessoal , ah o meu pessoal é mais assim a forma de agir com pessoas é mais nessa área e quem sabe futuramente conquistar tudo aquilo lá que eu almejo.	minhas expectativas pro meu futuro profissional [...] eu pretendo entrar quem sabe em um lugar onde que eu possa ser feliz, que eu possa estar fazendo aquilo que eu goste . Que é hoje em dia uma das coisas mais importantes né porque não adianta nada você tá num lugar mas você não é feliz fazendo aquilo e vamos vê eu pretendo tá num lugar e como eu já disse tá conquistando as minhas coisas.
Adriano	As expectativas eu não ponho muito alto eu vim de um lugar bem simples um lugar bem eu não sou daqui de Batatais [...] eu não ponho uma coisa muito, ah muito alta mais também eu não quero ficar no baixo quero ficar no básico, médio .	meu futuro profissional, eu posso tanto trabalhar em uma empresa mas eu quero aprender a ser autônomo continuar sendo autônomo [...] aprender ser mais independente, eu fiz um curso mas não sou dependente de trabalhar numa empresa se eu sair da empresa acabou minha vida, não quero isso quero ter meio que um segundo plano meio que seguro sabe se por acaso acontecer alguma coisa eu vou me virar pra isso, eu quero estudar administração , se eu sei administrar o que eu tenho e o meu dinheiro vai ficar mais fácil de eu meio que um plano B sabe
Artur	Ajudar as pessoas , ajudar as pessoas principalmente que passam necessidade, sofre por agressão física é o que acontece	Eu imagino tipo eu quando me formar em coach, no futuro, eu pensava em ser advogado também mas o curso me ajudou a pensar mais alto [...] formar numa área

	<p>aqui hoje no Brasil quando você vê na tv, no jornal, às vezes a pessoa principalmente em relacionamento que eu vejo né as vezes a pessoa não aceita a separação, às vezes mesmo o divórcio quando é casado e a pessoa vai lá acontece uma tragédia então é assim é uma coisa que você tem que ajudar né construir algo que é construir uma sociedade que pode te ajudar nisso que é você não passar esse sofrimento</p>	<p>que você vai ver que lá no futuro você vai ser algo maior né, formar em Tecnologia de Informação, não continuar a área em si né, eu quero me formar em outras coisas, ser analista de programa, até mesmo criar um programa pra poder ajudar as pessoas a conquistar o sonho delas porque eu gosto muito de ver palestras de investimento porque hoje o que acontece principalmente aqui no Brasil, tantas pessoas, o brasileiro investem o salário deles para poder conquistar algo pra poder ver lá no futuro ver que aquilo vai ajudar muito outras pessoas em si [...] ah o meu sonho é fazer intercâmbio para os Estados Unidos, isso eu acredito que possa ser possível [...]</p>
Bianca	<p>[..] Mais um dia sabe eu quero ter um rotina boa, ter uma rotina que eu goste, é e acho que em geral assim sonho de casar, sonho de ser mãe.</p>	<p>Eu pretendo crescer na empresa que eu trabalho, mesmo lá tem muita chance de crescer, tem o esforço de escalada para você subir, virar líder[...] Projeto Profissional acho que assim é você saber se você quer continuar tipo assim se você quer manter embaixo onde você está ou se você pretende subir pretende porque tem gente que assim não liga não liga pra subir ou pra onde está né? [...]</p>
Beatriz	<p>É quem sabe concluir né o meu curso que eu comecei agora a noite e conseguir um serviço o quanto antes né? E também são as prioridades do momento na área de secretariado.</p>	<p>Estabilizada, ter concluído o que eu procurar fazer.</p>
Bárbara	<p>Aí assim conseguir, conquistar tudo que eu planejar né mais conquistar bastante, boa parte que eu planejar pra minha vida. Ter minha própria casa, comprar meu carro, construir uma família</p>	<p>Eu começar embaixo, mais com o tempo ir crescendo dentro da empresa</p>
Betina	<p>[...] terminar de estudar, tirar a minha carta, comprar minha moto, ajudar minha mãe, a me formar em tudo, passar em concurso.</p>	<p>Terminar meu estudo e passar em concurso igual te falei, ficar rica igual todo mundo fala, ficar milionária. Penso em prestar concurso na área de R.H.</p>
Bento	<p>Ter minha casa, meu carro, poder construir minha vida.</p>	<p>Projeto profissional é me tornar professor de educação física [...]</p>
Cássio	<p>Formar em engenharia e estar morando sem ser na casa dos meus pais e formar uma família legal.</p>	<p>Mestrado. A curto prazo concursar outro idioma e tentar sair pra fora do Brasil.</p>
Camila	<p>Eu espero que dê tudo certo né? Que eu consiga alcançar tudo do jeito que eu tô planejando</p>	<p>Meu projeto profissional é relacionado à medicina veterinária, isso, crescer.</p>

	[...] eu quero conseguir uma casa, quero conseguir casar, quero conseguir um carro próprio, formar na faculdade depois, fazer uma pós graduação, alguma coisa assim.	
Caio	Eu pretendo ter minha própria casa, pretendo abrir minha própria oficina, quero talvez se der correr tudo certo futuramente fazer faculdade de mecatrônica, como eu te disse né, a técnica e conhecimento andam junto. Futuramente quando meu filho estiver com uma certa idade colocar ele aqui no mesmo lugar que eu estou aqui agora, isso aqui foi o que abriu minha vida, minha mente, agora que eu penso diferente que eu entrei aqui [...].	Abrir minha oficina, creio que seja isso.
Carlos	Eu sou um pouquinho diferente da maioria das pessoas, eu tenho uma vontade de ter um terreno grande com uma casa pequena, a casa vai ser pequena pra mim poder cuidar dela, e o terreno grande eu tenho vontade de ter uma oficina, não é todo mundo que tem uma oficina na casa, mas eu quero ter uma oficina de elétrica e mecânica perto da minha casa quero que a oficina seja maior que a casa na verdade. Bom isso é basicamente meu projeto de vida [...]	Exatamente, se eu for trabalhar eu quero trabalhar com uma coisa que eu tenho que resolver problema, eu não quero um trabalho monótono tipo tempos modernos de Charles Chaplin, não quero trabalhar daquele jeito, quero um trabalho que me force a usar a cabeça, alguma solução de problema esse tipo de coisa [...]
Carla	Arrumar serviço de telefonista, conseguir meu serviço e fazer a faculdade, algum objetivo familiar, adoro morar com a minha mãe, comprar uma moto ou um carro, trabalhar e fazer faculdade	Exercer R.H, imagino eu trabalhando numa multinacional bem plena.
Cauã	Isso nunca parei pra pensar, eu espero que não seja aquilo não tão rápido e não tão devagar né? Quero pelo menos ir cada dia, ir conquistando mais meu espaço, porque as vezes se eu for muito depressa	Ah eu sempre fui, sempre não né? Meu sonho sempre foi montar um buffet pra minha mãe, então isso se eu puder eu vou fazer pra ela porque como ela gosta de cozinhar, então meu sonho é nem questão de pra mim, financeiro nem nada é mais para minha mãe.

	acaba pode até dando certo mais as vezes acaba dando errado	
Cláudio	Ah eu quero me formar, não sei ainda em qual área, mas eu quero me formar numa área , ingressar nessa área tipo no mercado de trabalho, trabalhar com isso e no futuro assim.	Acho que entrando no governo e trabalhando com a questão de obras, engenharia civil , pegando bairros pra fazer cálculos, fazer cálculos de bairros, acho que é isso ou numa empresa.

Fonte: Elaborado pela autora. Grifos da autora

Como já discutido nas seções anteriores, Albuquerque e Lima (2007) apresentaram tipos de projetos de vida, baseados em Little e Chambers (2004), sendo eles: acadêmico, ocupacional, saúde e corpo, interpessoal, intrapessoal, lazer e manutenção. Pautada nessa teoria, a partir do quadro 19 observa-se que os projetos vitais mencionados pelos jovens se encaixaram mais nas categorias acadêmico, interpessoal e intrapessoal. Ninguém mencionou projeto relacionado à categoria saúde (corpo) e nem manutenção de administração financeira e doméstica. A maioria dos projetos estão relacionados ao trabalho e estudo como forma de auxílio da família ou como uma possibilidade de superação de vulnerabilidade social, constata-se também que quando questionados sobre expectativas do projeto profissional, alguns mencionam o estudo como forma de melhoria de vida, como menciona Artur: “formar numa área que você vai ver que lá no futuro você vai ser algo maior né”. Foi possível identificar projetos relacionados à objetivos éticos como auxiliar as pessoas e sociedade, mencionados pelos jovens Artur e Alice.

Os jovens, em sua maioria, mencionaram nas expectativas sobre o projeto de vida algo relacionado à vida profissional, Beatriz e Cláudio falaram somente sobre projeto profissional nas duas perguntas. O que reafirma o que já foi citado no decorrer do trabalho, a formação da educação profissional voltada somente para a vida profissional.

Alice foi a única jovem que mencionou um projeto de vida que se enquadra na categoria lazer: “viajar o mundo, queria muito viajar pra vários lugares”. Corrobora com o que já discutimos que a maioria dos jovens parecem não pensar em objetivos relacionados ao lazer. Esse dado demonstra a importância de investimentos em mais políticas públicas relacionadas ao lazer com foco no público jovem e o estímulo por parte dos atores sociais sobre a importância da diversão na vida dos jovens.

Muitos jovens não souberam identificar o que era seu projeto de vida e tiveram dificuldade de citá-los, foi preciso incentivar e perguntar mais vezes explicando mais detalhadamente a questão, alguns jovens tiveram dificuldade de responder quais eram as expectativas para o projeto de vida, sendo eles Alice, Bianca, Betina, Bento, Cássio, observa-

se que isso ocorreu com pelo menos um jovem de cada instituição. Cauã relatou que nunca parou para pensar sobre projeto de vida, não mencionando nenhum projeto: “isso nunca parei pra pensar, eu espero que não seja aquilo não tão rápido e não tão devagar né? Quero pelo menos ir cada dia, ir conquistando mais meu espaço, porque as vezes se eu for muito depressa acaba pode até dando certo, mais as vezes acaba dando errado”. Esses dados vão ao encontro com o que Hurtado (2012) afirma, que é um desafio para o jovem em situação de vulnerabilidade buscar e identificar um projeto de vida devido ao pouco acesso a condições sociais, culturais e financeiras provenientes do Estado.

Barbara expressa seu pensamento sobre ter que começar ganhando pouco para depois ganhar mais. Daí extrai-se duas ideias, a primeira é a de conformismo que é difundida nas classes menos favorecidas, sempre à espera de que um dia as coisas fiquem melhores, ou seja, que um dia o salário seja maior, um dia ter melhores oportunidades, um dia... e assim, viver de esperança, a outra é a preocupação de vários jovens em sair da situação de vulnerabilidade econômica, melhor ganhar pouco que não ganhar nada.

Damon (2009, p.54) ressignifica o projeto de vida: “O projeto vital é a razão por trás dos objetivos e motivos imediatos que comandam a maior parte do nosso comportamento diário”, Leão, Dayrell e Reis (2011), Pereira (2017), Hurtado (2012), Villas e Nonato (2012), Machado (2004) ressaltam em seus estudos a importância do projeto de vida para o indivíduo. É muito significativo para jovens aprendizes ter a dimensão dos seus projetos futuros, saber a definição de projeto de vida e ter auxílio e incentivo para pensá-los de forma transformadora, buscando sempre inová-los, saber que não é permanente, uma vez que a vida e o futuro estão sempre em constante mudança.

A importância de estimular o jovem nas relações intrapessoais e de autoconhecimento para que assim ele veja sua vida não só como uma escalada profissional, mas como busca de prazer e felicidade em outras atividades, buscando uma vida equilibrada. Não é saudável pensar somente na vida pessoal, bem como, também não o é, almejar somente realizações profissionais.

Por fim, esperamos que, a partir da análise dos dados, possamos contribuir para a melhoria e desenvolvimento na análise das contribuições do programa de aprendizagem profissional no futuro dos jovens nele inseridos. A seguir será apresentada uma proposta de divulgação online, apresentando alguns dados sobre a contribuição dos programas de aprendizagens, a fim de propor estratégias de incentivo e reflexões sobre projeto de vida e

aprimoramento profissional e pessoal dos jovens que estão inseridos no programa de aprendizagem.

3.1.6. PRODUTO

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM E PROJETOS DE FUTURO



INCENTIVANDO PROJETO DE VIDA
PARA O JOVEM APRENDIZ

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	JUVENTUDE.....	4
3.	PROJETO DE VIDA	5
4.	PROGRAMA DE APRENDIZAGEM	7
5.	PROGRAMA DE APRENDIZAGEM E PROJETO DE VIDA	8
6.	CONSIDERADOS A RESPEITO DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM, JOVEM E PROJETO DE VIDA APÓS UM ESTUDO COM JOVENS APRENDIZES.....	9
7.	SE LIGA NAS DICAS.....	127
8.	CONCLUSÃO.....	Erro! Indicador não definido.
9.	REFERÊNCIAS	1304

1. APRESENTAÇÃO

A juventude é uma etapa da vida que precisa de atenção, uma vez que é nessa fase que ocorrem transformações físicas e psíquicas, e iniciam-se os projetos de vida. É um grupo de indivíduos que se constitui socialmente e culturalmente, que deve ser entendida em toda sua diversidade, sendo importante ser definida como juventudes e não como juventude (DAYRELL, (2003), ESTEVES e ABRAMOVAY (2009), ABRAMO (2005), PAIS (1993)).

Para entender melhor um grupo de jovens é preciso levar em consideração diversas características, **FÍSICAS, PSICOLÓGICAS E SOCIAIS** para conseguir compreender a realidade em que cada um está inserido.

Destaca-se a Política de Aprendizagem Profissional que foi criada por meio da Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000), normatizada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 (BRASIL,2005), que possibilita a inclusão do jovem no mercado de trabalho e estabelece para os usuários a idade mínima de 14 e máxima de 24 anos. Isso implica na contratação obrigatória deste público como jovem aprendiz, através de um contrato especial de trabalho que não pode exceder dois anos. Essa política tem como um dos objetivos aliar estudos e trabalho.

As políticas públicas para a educação e trabalho precisam se desenvolver não somente no foco de reduzir exclusão social e oferecer oportunidades, mas visando também o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais, de formação e capacitação para a vida, preparando o jovem para criar protagonismo e autonomia para realizarem seus objetivos.

Este Guia Prático é um instrumento que demonstra a importância do olhar do Estado, atores sociais, entidades, população como um todo para as políticas já existentes relacionadas à inserção do jovem no mundo do trabalho.

Espera-se como resultado desta publicação, que as informações nela contidas se reflitam em novos olhares e reflexões sobre projeto de vida e aprimoramento profissional e pessoal dos jovens que estão inseridos no programa de aprendizagem.

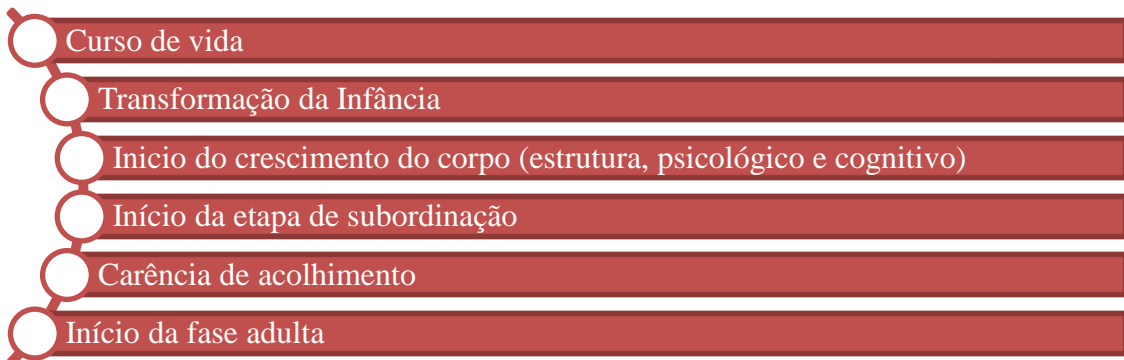
BOA LEITURA!

2. JUVENTUDE

O QUE É SER JOVEM?

Entendemos que a juventude se constitui social e culturalmente e que varia conforme a sociedade em que vive, portanto, não pode ser definida em um **CONCEITO ÚNICO** que engloba toda a diversidade.

Abramo (2005) entende a juventude como uma fase relacionada ao:



Uma fase com várias mudanças, físicas, psíquicas e sociais, no entanto os jovens não podem ser pensados em moldes únicos a serem reproduzidos, generalizando-os ou categorizando-os de uma única forma, uma vez que cada um possui suas crenças, individualidades, meios sociais e culturais, vivências, formas de serem educados e condições de estudo ímpares.

A definição de jovem é demarcada pela faixa etária, indicando como jovem aqueles entre 15 e 25 anos. Na Lei 12.852 (Brasil, 2013), que instituiu o Estatuto da Juventude, entende como jovens aqueles que tenham entre 15 e 29 anos.

Presume-se que é preciso refletir e debater sobre as particularidades e individualidades do jovem, é uma fase de mistura de sentimentos e sensações, que muitas vezes não são compreendidas e vista como atos de rebeldia. A juventude precisa de possibilidades para demonstrar suas potencialidades, habilidades. É importante ressaltar que é nessa fase que se iniciam os projetos de vida, os quais são tão importantes.



3. PROJETO DE VIDA

O QUE É PROJETO DE VIDA?

Aquele que norteia a direção que o indivíduo pretende seguir, na área pessoal ou profissional. São os planos que orientam e definem qual caminho a ser seguido para alcançar determinado objetivo, seja ele de curto ou longo prazo. Esses propósitos da pessoa podem ser norteados por:



Leão, Dayrell e Reis (2011) definem projeto de vida como planejamento que uma pessoa [...] entendem como um movimento da pessoa de selecionar uma possibilidade como futuro, **modificando vontades e fantasias** que lhe proporcionam essência em possibilidades e finalidades sujeitas de serem alcançadas, caracterizando assim, **uma direção, um sentido de vida**.

Pode ser entendido como um rumo ou sentido que um indivíduo estipula para a sua vida **apoiando nas suas pretensões**, naquilo que acredita e nos seus **princípios** (PEREIRA, 2017)



POR QUE FALAR SOBRE PROJETO DE VIDA É IMPORTANTE?

Os objetivos e metas de um indivíduo são importantes para a dimensão do presente e futuro, é preciso identificar o caminho a percorrer e como deve se mover para realizar, uma vez que, quando isso não acontece, corre-se o risco de não alcançar determinados objetivos.

O percurso relacionado aos objetivos de vida pode variar de acordo com as vivências, cultura, crenças e valores de determinada pessoa, objetivos de vida pode variar de acordo com as vivências, cultura, crenças e valores de determinada pessoa.

E O QUE ISSO TEM A VER COM JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS?

Sobre a relação de juventude e projeto de vida de acordo com Neu e Cacenote (2013, p.3)

“[...] é nessa fase que os indivíduos começam a projetar suas ações futuras, os objetivos que desejam alcançar e os meios pelos quais irão buscar suas realizações.”

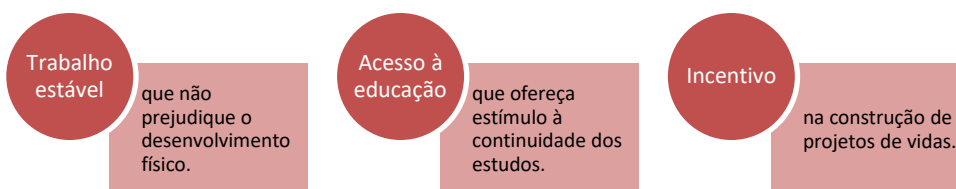
A juventude, entendida como fase com particularidades e singularidades de construção do projeto de vida, merece atenção de vários setores da sociedade, principalmente na **IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.**



São necessários vários estímulos e ações que devem ser promovidas pelo Governo, uma vez que é nesse momento que **O JOVEM** inicia suas projeções, tanto pessoais quanto profissionais.

De acordo com documento da **Secretaria Nacional da Juventude**, as políticas públicas voltadas para o JOVEM devem incentivar igualdade, acessibilidade e possibilidades.

O trabalho relacionado à juventude é importante, mas também é essencial considerar a importância de proporcionar garantia de direitos:



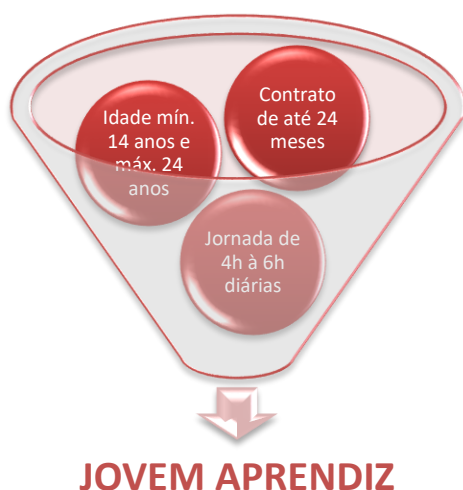
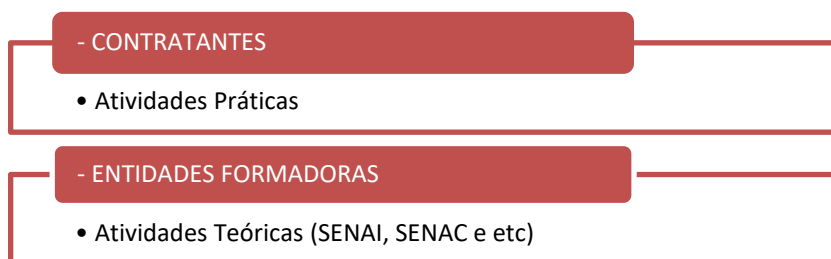
Pensando no aspecto de inserir e manter o jovem no mundo do trabalho, Implementou-se o Programa de Aprendizagem Profissional amparado pela Lei da Aprendizagem (LEI 10.097/2000).

4. PROGRAMA DE APRENDIZAGEM

O Programa Nacional de Aprendizagem é uma ação criada pelo governo federal com o intuito de inserir jovens maiores de 14 anos no mercado formal de trabalho, viabilizando o acesso do jovem ao mundo do trabalho, buscando aliar a prática profissional aos estudos. Gonçalves (2014, p.191) diz que:

O Programa de Aprendizagem Profissional deve prever a alternância de aulas teóricas e atividades práticas à ocupação/profissão objeto da formação daquele beneficiário, vivenciadas nas entidades formadoras habilitadas e nas empresas contratantes, respectivamente.

Esse Programa é desenvolvido pelas empresas contratantes e entidades formadoras, a primeira se compromete a desenvolver com os jovens as atividades práticas, já a segunda oferece por sua vez, as atividades teóricas.



Sobre o contrato especial de trabalho exigido pela Lei da Aprendizagem, o período não pode ultrapassar dois anos e a faixa etária de jovens aprendizes devem ser no mínimo 14 anos e no máximo 24 anos. A jornada de trabalho precisa ser de quatro a seis horas diária, com a ressalva de que o jovem não pode realizar horas extras, nem compensação de horas.

5. PROGRAMA DE APRENDIZAGEM E PROJETO DE VIDA

Com relação aos jovens que se inserem no primeiro emprego, é importante entender que são eles que poderão assumir as corporações, tendo assim como possibilidade a **formação de representantes e constituição de um novo país**. (MACIEL e MENDONÇA, 2010).

Entende-se a importância do trabalho e o que ele representa na vida do indivíduo, pensando na juventude, a literatura expõe a **dificuldade de inserção do jovem em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho**, Leon (2009) deixa explícito **que existe dificuldade não somente na inserção laboral da juventude, mas em sua permanência no mercado de trabalho**.

Nesse sentido, esse tema vem ganhando espaço nas agendas políticas e discussões pela sua relevância, uma vez que o jovem se encontra em um estágio de desenvolvimento determinado por novas vivências e pela transição para a vida adulta, apropriando-se de ocupações sociais. Esse processo pode ser entendido como transformação, no qual o jovem vivencia o mundo do trabalho, e o mundo do trabalho vivencia o jovem, procurando encaixarem-se às exigências das empresas, governos e comunidade.

Há uma relação próxima entre:



A vivência profissional e o curso de aprendizagem parecem contribuir para melhorar a vida do jovem, ajudando-os a estabelecerem projetos de vida e traçar metas para alcançá-los. Isso nos traz a ideia de que é preciso aumentar as possibilidades de políticas públicas relacionadas à trabalho e educação que estimulem e incentivem o planejamento de vida do jovem que se encontra em uma etapa de vida cheia de particularidades e transformações, e precisam de inspiração, criando condições para que esses jovens protagonizem sua história e tracem caminhos pessoais e profissionais passíveis de serem realizados.

6. CONSIDERADOS A RESPEITO DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM, JOVEM E PROJETO DE VIDA APÓS UM ESTUDO COM JOVENS APRENDIZES

Necessário maior divulgação dos programas, para que os jovens tenham acesso à essa política;

- A partir do estudo percebeu-se que a maioria dos entrevistados tiveram acesso à informação da existência dessa política pública por conhecidos ou familiares, o que aponta para a necessidade de maior divulgação do programa por parte do Estado, mídias, órgãos e entidades públicas, uma maior atenção dos atores sociais não só nesse quesito, mas em ampliar o acesso de jovens de baixa renda que procuram se inserir no primeiro emprego e buscam realizar o objetivo de conseguir um emprego formal.

O Programa de Aprendizagem contribui significativamente para;

- O desenvolvimento de habilidades como proatividade, trabalho em equipe, concentração, informática, planejamento, organização, comunicação, responsabilidade, manuseio de documentos;

As atividades teóricas no curso de aprendizagem profissional, assim como as palestras sobre profissões, bem como as atividades práticas desenvolvidas no curso de formação, e a vivência no mundo do trabalho despertam nos jovens para a importância da continuidade dos estudos em nível superior;

- Sugere-se que os programas de aprendizagem, entidades de formação e empresas contratantes realizem parcerias com universidades para enriquecer a vivência dos alunos durante o programa de aprendizagem.

Equilíbrio entre os tipos de funções desenvolvidas pelos aprendizes nas empresas contratantes durante o programa de aprendizagem profissional;

- Dados apontam para necessidade de fiscalização das funções desenvolvidas pelos aprendizes nas empresas contratantes, A Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) exige que os aprendizes devam ser contratados para funções que colaborem para seu desenvolvimento profissional, portanto, é importante diversificar as funções e áreas que eles atuam na empresa, possibilitando maior aprendizado e desenvolvimento de diversas habilidades..

Dados apontaram que muitos jovens aprendizes não souberam identificar seus projetos de vida ou tiveram dificuldade. Seus projetos estavam mais relacionados ao trabalho, porque por meio dele pode auxiliar a família, ou para a própria manutenção, é uma possibilidade de superação momentânea de vulnerabilidade socioeconômica;

- É muito significativo para jovens aprendizes ter a dimensão dos seus projetos futuros, saber a definição de projeto de vida e ter auxílio e incentivo para pensá-los de forma transformadora, buscando sempre inová-los. Por isso, sugere-se que abordar mais a definição de projeto de vida e auxílio nesse processo no curso de formação do programa de aprendizagem.

A partir dos dados, os programas de aprendizagens focam no desenvolvimento do jovem somente para o trabalho, não desenvolvendo outras áreas, também muito importantes para a constituição dos projetos de vida dos jovens;

- Isso aponta para necessidade de repensar os conteúdos do curso de formação do Programa de aprendizagem de forma que os saberes construídos durante o tempo de permanência no Programa não sejam limitados aos profissionais, que se entenda a outros projetos, e que além disso, ocorra um novo olhar para a juventude, como sujeito de direitos não apenas ao trabalho, mas também à educação de qualidade, lazer, exercício de cidadania, de forma que proporcione o desenvolvimento da consciência e da necessidade de pensar e projetar o futuro.

7. SE LIGA NAS DICAS

- **PROJETO DE VIDA E REDES DE APOIO, COM QUEM CONTAR?**

Sugestões de sites e plataformas de cursos de formação gratuitos para jovens:

SESI E SENAI - O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi) oferecem cursos de formação gratuitos na plataforma de cursos EaD. Link: eadsenaies.com.br/
portaldaindustria.com.br/sesi/canais/sesi-viva-mais/sesi-cursos/

Universidade Estadual Paulista (Unesp) - No site Unesp Aberta é disponibilizado conteúdos livres e gratuitos, nas áreas de exatas, humanas e biológicas, bem como acesso a e-book gratuitos. Link: unespaberta.ead.unesp.br/

Fundação Getúlio Vargas – A FGV oferece cursos online gratuitos de Administração e Economia. Link: educacao-executiva.fgv.br/

Escola Virtual- Fundação Bradesco – É um portal educacional que disponibiliza cursos online gratuitos em áreas como Informática, Administração, Desenvolvimento Pessoal e profissional entre outras áreas. Link: educamaisbrasil.com.br

- **PLATAFORMAS**

E-Aulas USP – Oferece conteúdos educacionais desenvolvidos pela Universidade de São Paulo – USP. O jovem pode acessar os temas através de várias mídias como áudios, textos e vídeos relacionados às disciplinas dos cursos oferecidos pela USP.

Link: aulas.usp.br/portal/home

Prime Cursos - Disponibiliza mais de 200 cursos online gratuitos, preparatórios para concursos e ENEM, além daqueles específicos como administração, matemática, entre outros. Se o jovem desejar emitir certificado, paga uma pequena taxa para emissão e envio da certificação. Link: primecursos.com.br/

Coursera – Desenvolvida pelas universidades de Stanford, Princeton, Michigan e Pensylvania, oferecem cursos online gratuitos. USP e Unicamp mantém parceria com essa plataforma, disponibilizando cursos relacionados à Artes e Humanas, Ciência de Dados, Línguas, Desenvolvimento Pessoal e diversas outras.

Link: coursera.org/

8. CONCLUSÃO

A juventude em situação de vulnerabilidade socioeconômica precisa de um olhar de acolhimento no sentido de não somente oferecer um trabalho e a renda mensal, mas o suporte para desenvolvimento e capacidade de análise acerca dos seus sonhos, objetivos de vida, principalmente com relação às suas expectativas de vida pessoais, para assim criar condições para que ele se desenvolva em condições para viver um futuro provedor de oportunidades de construção da própria identidade e realização de projetos de vida.



O Programa de aprendizagem se configura como importante na vida do jovem nele inserido, mas, é preciso um novo olhar perante os jovens, uma vez que a tecnologia e modernidade vão avançando e com ela as necessidades da juventude em situação de vulnerabilidade. Faz-se importante um olhar atento ao projeto de vida do jovem aprendiz.



REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M (Org). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, p. 37-71, 2005.
- BRASIL. **Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília: Casa Civil, 2000 [online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 02.fev.2020.
- BRASIL. **Decreto Lei n. 5.598, de 1º de dezembro de 2005**. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2005 [online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm. Acesso em: 02.fev.2020.
- BRASIL. **Decreto Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Casa Civil, 2013 [online]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm Acesso em: 04 mar. 2020.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.1, n.24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf> >. Acesso em: 02 out. 2020.
- ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R. e ESTEVES, L. C. G. (Org). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, p. 21-56, 2009.
- GONÇALVES, L. B. L. **Jovem e programa de aprendizagem: proteção ou desamparo?**. 2014. 227 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo (PUC). São Paulo, 2015.
- LEÃO, G; DAYRELL, T. J.; REIS, J. B. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. Caderno Cedes. Campinas, v.31, n.84, p.253-273, 2011.Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a06v31n84.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2020.
- MACIEL, A. P.; MENDONÇA, H. Educação para o trabalho e coping: um estudo com jovens aprendizes. **Educativa**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 351-372, jul./dez. 2010.
- NEU, T.; CACENOTE, A. M. Contribuições do curso Jovem Aprendiz na inserção do adolescente no mercado de trabalho. In: TERNES, A. R. L. e (Org). **Aportes do V Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional**. Santa Rosa: FEMA, v. 5, n. 1, pp. 152-160, 2013. Disponível em: http://www.fema.com.br/sitenovo/wpcontent/uploads/2016/09/pdf_ebook_5simposio.pdf>. Acesso em 02 out. 2020.
- PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- PEREIRA, L. S. **Projeto de vida, construindo o sucesso no dia a dia**. 1. Ed. Maringá: Unicesumar, 2017. 324 p.
- Disponível em: blog.estantevirtual.com.br/ Acesso em: 10. Dez. 2021.
- Disponível em: educamaisbrasil.com.br/ Acesso em: 10. Dez. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Aprendizagem Profissional é uma política pública advinda da Lei Federal 10.097/2000, criado com o objetivo principal de inserir o jovem em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mundo do trabalho e ao mesmo tempo, aliar estudo e trabalho, oferecendo suporte e formação técnica profissional.

Nessa perspectiva, observando a importância do olhar atento ao jovem, fase em que ele está em constante desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo, e de elaboração dos seus projetos de futuro, este trabalho busca identificar como os Programas de Aprendizagens contribuem na elaboração de projetos de futuro de jovens aprendizes, visando conhecer a contribuição do programa de aprendizagem nos projetos atuais e futuros dos jovens aprendizes; verificar a percepção dos jovens aprendizes sobre projetos de vida e projetos profissionais; analisar se a experiência como jovem aprendiz tem relação com a descoberta e aprimoramento de habilidades pessoais e profissionais.

Procuramos refletir sobre as contribuições dos Programas de aprendizagem e levantar pontos a serem melhorados. A partir do tratamento dos dados reiteramos que as principais motivações mencionadas pelos jovens pesquisados, no que diz respeito a se manterem no programa, relacionaram-se à renda financeira e a aquisição de vivências e experiências, muitos buscam suprir as necessidades urgentes de sobrevivência. No entanto, defendemos que se deve olhar para o trabalho na juventude não só como forma de sobrevivência, mas como ferramenta para crescimento e desenvolvimento pessoal.

Verificamos que a maioria dos entrevistados tiveram acesso à informação da existência dessa política pública por conhecidos ou familiares, o que aponta para a necessidade de maior divulgação do programa por parte do Estado, mídias, órgãos e entidades públicas, uma maior atenção dos atores sociais não só nesse quesito, mas em ampliar o acesso de jovens de baixa renda que procuram se inserir no primeiro emprego e buscam realizar o objetivo de conseguir um emprego formal.

É dever do Estado e da sociedade garantir que todos os jovens tenham formação, educação, garantia dos seus direitos, e a capacidade para conquistar um futuro no qual possam realizar seus projetos de vida. Ao verificar os trabalhos produzidos nessa área, percebe-se necessidade de aprofundamento de novos estudos que busquem responder em que medida a aprendizagem profissional é uma política que oferece estímulo e suporte, e até onde ela limita pensamentos para desenvolvimento de sonhos e projetos.

Muitos entrevistados apontam que aprenderam e valorizam a sociabilidade, ou seja, conviver bem com o colega, saber respeitar o limite do outro e as diferenças individuais. É incontestável que existe uma estreita relação entre trabalho e sociabilidade, no sentido de formação integral do indivíduo, e que na atualidade, o trabalho pressupõe necessariamente a comunicação, a transmissão e a aquisição de algo: conhecimentos, competências, crenças, valores, hábitos e sociabilidade. No entanto, a sociabilidade que a empresa ensina está no sentido de "boa" educação, de saber se comportar, de não criar conflitos, aprender a chegar no horário, de forma tácita valorizam mais o trabalho do que as relações humanas.

Reconhecemos que Programa de Aprendizagem contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades como proatividade, trabalho em equipe, concentração, informática, planejamento, organização, comunicação, responsabilidade, manuseio de documentos, entre outros, porém, são habilidades que apontam mais para o desenvolvimento profissional do que pessoal. Todavia, as atividades teóricas no curso de aprendizagem profissional, assim como as palestras sobre profissões, bem como as atividades práticas desenvolvidas no curso de formação, e a vivência no mundo do trabalho despertam os jovens para a importância da continuidade dos estudos em nível superior.

Um jovem entrevistado citou que desenvolveu a habilidade proatividade, outros quatro não citaram a palavra proatividade, mas citaram que desenvolveram um conjunto de características que nos leva a associar à proatividade, que pode ser pensada como a habilidade ou forma de assumir responsabilidades, a agir e se abrir para mudanças e transformações.

Dois jovens apresentaram contradições nas respostas quando questionados sobre contribuição do programa na vida profissional e pessoal, um deles citou que o programa auxiliou somente na vida pessoal, contudo, nas falas posteriores demonstra que o programa auxiliou em repensar atitudes que automaticamente podem ter auxiliado na vida profissional. Outro mencionou que não observava contribuição do programa com relação à vida profissional, mas citou melhorias nas relações familiares, citou responsabilidade e compromisso, o que pode ter advindo tanto do curso quando da vivência na empresa. Isso nos revela que muitas vezes o jovem aprendiz não percebe ou não sabe distinguir o que é vida profissional e vida pessoal, e nem consegue pensar de onde advém os conhecimentos, as habilidades, as responsabilidades que vão adquirindo ao longo do percurso de vida. Verifica-se ainda que, todos os jovens entrevistados tiveram dificuldade em diferenciar habilidade pessoal e profissional, isso reafirma a necessidade de repensar os conteúdos do curso de formação do Programa de Aprendizagem de forma que os saberes construídos durante o tempo de permanência no Programa não sejam

limitados aos profissionais, mas que sejam agregados e confrontados com os saberes historicamente construídos, procurando unificar mundo do trabalho e mundo da cultura, possibilitando a construção das habilidades pessoais.

Os resultados apontam que foco dos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica é o trabalho, uma vez que o único meio de superar a situação imediata da pobreza é por meio do trabalho que garante o próprio sustento, em outros casos ajuda no orçamento da família, e há aqueles que sustentam a família. Daí a importância de olhar para a juventude como sujeito de direitos não apenas ao trabalho, mas também à educação de qualidade, lazer, exercício de cidadania, de forma que os levem a superar as situações de vulnerabilidade e de pobreza.

É preciso um olhar crítico para o rol de atividades desenvolvidas pelo jovem nas empresas contratantes. Os dados apontam para necessidade de fiscalização da política sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens, uma vez que foi constatado que alguns jovens desenvolvem somente trabalhos manuais que são os de empacotador, expedição, mecânica e manutenção de equipamentos. Isso aponta para a necessidade de diversificar as funções e áreas que eles atuam na empresa, construir estratégias questionadoras e transformadoras tanto nos cursos de formação, quanto na atuação nas empresas, é necessário preparar o jovem para o trabalho, mas também para a vida, construindo competências sociais e culturais que favoreçam o desempenho adequado e pertinente para o mundo do trabalho e para a vida cidadã.

Somente uma jovem apontou um projeto pessoal relacionado a viagens, o qual se encaixa na categoria lazer. Dado esse que aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas existentes nessa área e de estímulo por parte dos atores sociais sobre a importância do lazer na vida dos jovens, uma vez que ficou muito evidente que o lazer e a cultura não fazem parte do universo, do curso de aprendizagem, nem da sua experiência profissional nas empresas.

Todos os jovens entrevistados relatam que o programa de aprendizagem teve significados positivos em suas vidas, não obstante, constata-se uma sobrecarga de trabalho e estudo e rotinas pesadas. A Lei de Aprendizagem Profissional (10.097/2000) é clara quando menciona que o jovem só pode ser inserido no mundo do trabalho se isso não prejudicar os estudos e suas condições de vida. Esse dado aponta para a necessidade de um olhar atento de atores sociais, Estado, empresa contratante, entidade formadora e até mesmo da família do jovem, para auxiliar no planejamento e organização da sua rotina de estudo. Percebe-se ao mesmo tempo, que a inserção do jovem no mercado de trabalho tem seus pontos positivos como

autonomia financeira, responsabilidade, mas pode significar um acúmulo de tarefas, amadurecimento precoce, sobrecarga de compromissos que podem afetar seu desenvolvimento físico e emocional.

A juventude em situação de vulnerabilidade precisa de um olhar de acolhimento no sentido de não somente oferecer um trabalho e a renda mensal, mas o suporte para desenvolvimento e capacidade de análise acerca dos seus sonhos, objetivos de vida, principalmente com relação às suas expectativas de vida pessoais, para assim criar condições para que ele se desenvolva em condições para viver um futuro provedor de oportunidades, de construção da própria identidade e realização de projetos de vida.

Por fim, esperamos que esse trabalho possa trazer contribuições para pensar e repensar os Programas de Aprendizagem, de modo que sejam mais que preparar o jovem para o trabalho, mas sim prepará-lo para o mundo, proporcionando o desenvolvimento da consciência e da necessidade de pensar e projetar o futuro. É importante construir ferramentas analíticas que permitam compreender a importância dos projetos de vida para os jovens, mas também, de programas efetivos que possam proporcionar aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a possibilidade de sonhar com um futuro mais digno e humano.

Referências

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. **Última Década**, Valparaíso, v.1, nº16, p. 119-155, 2002.

ADEPAB, **História**. [s.d]. Disponível em: <https://www.adepab.org.br/who-we-are>. Acesso em: 14.set.2021.

ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M (Org). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, p. 37-71, 2005.

ALBUQUERQUE, I.; LIMA, M. P. Personalidade e Bem-estar subjetivo: uma abordagem com os projetos pessoais. **Revista Psicologia.pt**. p. 1-30, 2007. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0373.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2020.

ALBUQUERQUE, I.; LIMA, M. P. Personalidade e Bem-estar subjetivo: uma abordagem com os projetos pessoais. **Revista Psicologia.pt**. p. 1-30, 2007. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0373.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2020.

ALMEIDA, A. O., LEÃO, I. B. A relação estabelecida entre a formação profissional e o ensino regular: falam os jovens aprendizes. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 30, p. 233-235, 2018.

ALVES, D. C. B. **Aprendizagem profissional, subjetividade e projeto de vida: uma análise do discurso de jovens participantes do programa adolescente aprendiz**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ARAÚJO, M. D. O. **O programa aprendizagem: um estudo da formação do jovem aprendiz no SENAC/PE**. 2008, 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

ARAÚJO, U. F.; ARANTES, V.; PINHEIRO, V. **Projetos de vida: Fundamentos Psicológicos, éticos e práticas educacionais**. São Paulo: Summus, 2020, 118 p.
Artigo 403

BAJOIT, G.; FRANSSEN A. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 77-95, 1997. Disponível em <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/o_trabalho_busca_de_sentido.pdf>. Acesso em: 07 out.2020

BRASIL. **Decreto Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Casa Civil, 2013 [online]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm> Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei n. 5.598, de 1º de dezembro de 2005.** Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2005 [online]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm>. Acesso em: 02.fev.2020.

BRASIL. **Decreto Lei n. 8.622, de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1946 [online]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2019a, 230 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: versão atualizada até a Emenda n. 6/1994.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei n. 4.4048, de 2 de janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4481.htm> Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília: Casa Civil, 1943 [online]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.840, de 13 de julho de 2006.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília: Casa Civil, 2006 [online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.840%2C%20DE%2013,PROEJA%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em 20.ago.2020.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006, 48 p. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_juventude_br.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa n. 146, de 25 de julho de 2018.** Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento das normas relativas à aprendizagem profissional. Brasília: Casa Civil, 2018 [online]. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34730621/do1-2018-07-31-instrucao-normativa-n-146-de-25-de-julho-de-2018-34730599. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília: Casa Cível, 2000 [online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 02.fev.2020.

BRASIL. **Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Diretrizes e Normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, [2012]. Disponível em: <http://www.cep.ufv.br/wp-content/uploads/Resolucao-CNS-466.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2018.

CALAZANS, F. D.; SOUSA, J. P. Z. M.; FISCHER, L. Programa de aprendizagem profissional e sua contribuição mercadológica: uma análise sob as perspectivas aprendiz, professor e empresa. **Bioenergia em revista: diálogos**, v.3, n.1, p. 35-58, 2014.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução. In: CAMARANO, A. A. **Transição para a vida adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 332p.

CRANT, J. M. Proactive behavior in organizations. **Journal of Management**, v. 26, n.3, p. 435-462, 2000.

DAMON, W.O que o jovem quer da vida?. São Paulo: Summus, 2008, 198 p.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.1, n.24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf> >. Acesso em: 02 out. 2020.

DIAS, M. S. L.; BULGACOV, Y. L.M.; CAMARGO, D. A vivência do desemprego por jovens aprendizes. **Revista Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 25, n. 51, p. 351- 360, 2007.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 252 p.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012, pp. 1492-1508.

ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R. e ESTEVES, L. C. G. (Org). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, p. 21-56, 2009.

FREITAS, M. V. Introdução. In: FREITAS, M. V.; ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005, pp.5-8.

GARCIA, A. D.; DORSA, A. C.; OLIVEIRA, E. M.; CASTILHO, M. A. Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas**. Minas Gerais, v.7, n 13, p.1-18, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GONÇALVES, L. B. L. **Jovem e programa de aprendizagem: proteção ou desamparo?**. 2014. 227 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo (PUC). São Paulo, 2015.

GONZALEZ, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é saída?. In: CASTRO, J. H.; AQUINO, L. M. C. e ANDRADE, C. C. (Orgs). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, pp.111-128.

GRACIOLI, M. M. **A concepção subvertida de futuro dos jovens: a trajetória pelo ensino médio**. 2006. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

GRAMSCI, A. Pedagogia de Gramsci. In: MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010, pp. 20-28.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. Os Dirigentes e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Democracia Operária. IN: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1919/06/21.htm>. Acesso em 08 fev. 2008. Escritos Políticos. V.1 e 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GROPPO, L. A. **Juventude: Ensaio sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HURTADO, D. H. **Projetos de vida e projetos vitais: um estudo sobre projetos de jovens estudantes em condição de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo**. 2012. 170f. (Dissertação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KAMIA, M. ; PORTO, J. B. Comportamento proativo nas organizações: o efeito dos valores pessoais. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v.31, n.3, p.456-467, 2011.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEÃO, G; DAYRELL, T. J.; REIS, J. B. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. **Caderno Cedes**. Campinas, v.31, n.84, p.253-273, 2011. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a06v31n84.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

LEON, A. L. P. Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R. e ESTEVES, L. C. G. (Orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, p. 271 – 322, 2009.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V.; ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

MACHADO, N. J. **Educação: Projetos e valores**. São Paulo: Escrituras, 2004.

MACIEL, A. P.; MENDONÇA, H. Educação para o trabalho e coping: um estudo com jovens aprendizes. **Educativa**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 351-372, jul./dez. 2010.

Manual de orientações às empresas: **Aprendizagem Profissional em Comércio de Bens Serviços e Turismo**, s/d. Disponível em: <<https://www.sp.senac.br/pdf/65711.pdf>>. Acesso em: 14.set.2021

MANARCORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). **Colóquios sobre Pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

MENDES, et.al. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado Brasileiro. IN: SILVA, C. L.; LIMA, J. E. de S. (Org). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. cap. 1, p. 3 -34.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R.,(Orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, cap.1, p.9-29.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Portaria n. 723, de abril de 2012**. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portaria-mte-723-2012.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

MOHERDAUI, I. C.; GRACIOLI, M M. Juventude e os programas de aprendizagens: o que dizem as pesquisas? In: OLIVEIRA, S. F. P. e (Org). **Educação e políticas públicas em vieses interdisciplinares**. Franca: Uni-FACEF/ UNESP, v.8, 2019, pp. 90 – 108.

MOHERDAUI, I. C.; NAKAO, V. T.; BOLZANI, B. O programa jovem aprendiz como forma de inserção da juventude no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, S. F. P. e (Org). **Educação e desenvolvimento: prismas, movimentos e transições**. Franca: Uni-FACEF/ UNESP, 2017, pp. 1275 – 1291.

NASCIMENTO. M. L. O. ; BEZERRA, T. S. A. M. . **Trabalho manual versus trabalho intelectual: dualidade e historicidade na qualificação do trabalhador**. In: II Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 2015, Campina grande: Realize, 2015, v. 1. pp. 111-1022.

NEU, T.; CACENOTE, A. M. Contribuições do curso Jovem Aprendiz na inserção do adolescente no mercado de trabalho. In: TERNES, A. R. L. e (Org). **Aportes do V Simpósio**

Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional. Santa Rosa: FEMA, v. 5, n. 1, pp. 152-160, 2013. Disponível em: <http://www.fema.com.br/sitenovo/wpcontent/uploads/2016/09/pdf_ebook_5simposio.pdf>. Acesso em 02 out. 2020.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. IN: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (Org). **Culturas Jovens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Cap. 2, p. 105-119.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 10 set.2021.

OLIVEIRA, A. F. de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas**. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

PEREIRA, L. S. **Projeto de vida, construindo o sucesso no dia a dia**. 1. Ed. Maringá: Unicesumar, 2017. 324 p.

PICCIONI, J. S. **O sistema socioeducativo e profissionalização de jovens em conflito com a lei**. 2019, 143 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RAMOS, M. N.. Conceitos básicos sobre o trabalho. In: FONSECA, A. F.; STAUFFER, A. B. (Org.). **O processo histórico do trabalho em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 27-56.

RAMOS, M. S.; STAMPA, I. Educação profissional: política de enfrentamento ou de conformação do desemprego da juventude no Brasil. In: GRACIOLI, Maria Madalena (Org). **Juventude, trabalho e emprego: políticas públicas, desafios e perspectivas**. Curitiba: CRV, p. 99 – 117, 2016, 309 p.

RAVASCO A. A.; MAIA M.; MANCEBO D. Juventude, trabalho e projetos de Vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia Ciência e Profissão**. Rio de Janeiro, v.30, n.2, p.376-389, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2820/282021782012.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.

RIBEIRO, B. 444.189 adolescentes e jovens foram contratados como aprendizes em 2018; crescimento foi de 15% em relação ao ano anterior. Rede Peteca-chega de trabalho infantil. 03 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/444-189-adolescentes-e-jovens-foram-contratados-como-aprendizes-em-2018-crescimento-foi-de-15-em-relacao-ao-ano-anterior/>> Acesso em: 01. Dez.2020.

SALES, P. E. N. ; OLIVEIRA, M. A. M. Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. In M. L. M. Carvalho (Org.) **Cultura, saberes e práticas: memórias e história da educação profissional**, São Paulo: Centro Paula Souza, pp. 165-184, 2011.

SARRIERA, J. C., et. al. Formação da identidade ocupacional em adolescentes. **Estudos de Psicologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 27-32, 2001.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning. São Paulo. 2014. 133p.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas de juventude**. ABRAMO, H. (Org). Brasília: SNJ, 2014, 129p.

SILVA JUNIOR, P. R.; MAYORGA, C. Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. **Psicologia e Sociedade**, Minas Gerais, v.28, n.2, p.298-308, 2016.

SENAI, **O sistema Senai**, 2021. Disponível em:
<<https://www.sp.senai.br/institucional/127/0/o-sistema-senai>>. Acesso em: 14 set. 2021.

SENAC, **Sobre o Senac**, 2020. Disponível em: <<https://www.sp.senac.br/sobre-o-senac>>. Acesso em: 14 set. 2021.

SILVA, C.R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR**. São Carlos, v. 17, n.2, p. 87-106, 2009.

SILVA, R. S.; SILVA, V. R. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH [online]**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/13.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SILVA, V. L. **A lei da aprendizagem: inclusão social: avanços e desafios**. Brasília, 2013. 16f. - Artigo (Especialização). Instituto Brasiliense de Direito Público.

SILVA, V. L. **A lei da aprendizagem: inclusão social: avanços e desafios**. Silva, Vera Lúcia. 2014. Disponível em
<https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/1476/1/Artigo_Vera%20L%C3%BAcia%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SOUSA H. ; FROZZI D.; BARDAGI M. P. Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.33, n.4, p.918-933, 2013.

SOUZA, J. P. Apontamentos históricos da educação profissional brasileira: a Lei de Aprendizagem nº10.097/2000 e suas influências. **Revista HISTEDBR on line**, Campinas, n.63, p.45-63, 2015. Disponível em
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641171/8678>>
Acesso em: 04 mar. 2020.

TEIXEIRA E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí.1. ed., n.2, p.177-201, 2003.

UNESCO. **Políticas públicas de para com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em <http://me.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000165.pdf>. Acesso em: 05 ago.2020.

VIEIRA, A. M. D. P.; JÚNIOR SOUZA, A. A educação profissional no Brasil. **Revista Interacções**. Paraná, n.40, p.152-169, 2016.

VILLAS, S.; NONATO, S. Módulo IV- Eixo II – Juventude e projetos de futuro. In: **Projeto Diálogos com o Ensino Médio**: Curso de Atualização Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador – JUBEMI. Ministério da Educação. Observatório. Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/70121548-Projeto-dialogos-com-o-ensino-medio-curso-de-atualizacao-juventude-brasileira-e-ensino-medio-inovador-jubemi.html>> Acesso em: 02 out. 2020.

ANEXO 1

PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA
EM PESQUISA DE FRANCA

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: JUVENTUDE E PROJETOS DE FUTURO: OS PROGRAMAS DE APRENDIZAGENS E A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE VIDA DE JOVENS APRENDIZES

Pesquisador: Isabela Cintra Moherdau

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20641619.0.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.594.652

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e condisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, inclusive como se dará a pesquisa de campo, estão presentes. É um Projeto de Pesquisa relevante, contempla o disposto na Resolução CNS N.º 510 de 07 de abril de 2016.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta.

 Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados, em consonância com o disposto na Resolução CNS N.º 510 de abril de 2016. Também foram apresentadas formas evita-los e/ou para diminuir seus impactos.

Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente pesquisa é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 15 participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e Inseridos, conforme o disposto na Resolução CNS N.º 510 de 07 de abril de 2016 em seu Anexo II.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 3.594.652

Recomendações:

Como recomendação corrigir a informação que consta no RESUMO a afirmação de que uma das instituições de ensino onde será realizada a pesquisa é o CIEE FRANCA e na COLETA DE DADOS, item 2.1.1 e item 2.1.3 esta informação é de que uma das instituições de ensino onde será realizada a pesquisa é o ADEPAB – BATATAIS.

Recomendação em relação aos objetivos específicos, o item 5 – “Elaborar uma cartilha on line a fim de propor...” A cartilha é citada nos objetivos específicos, no resumo e no desfecho secundário, mas não é identificada no Cronograma de execução e nem no orçamento financeiro.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Projeto de Pesquisa é relevante, considero que o Projeto satisfaz a análise ética conforme o disposto na Resolução CNS N.º 510 de 07 de abril de 2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova “ad referendum” do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1422911.pdf	10/09/2019 17:57:10		Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOISABELA.pdf	10/09/2019 17:56:03	Isabela Cintra Moherdau	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODEASSENTIMENTO.pdf	02/09/2019 18:19:36	Isabela Cintra Moherdau	Aceito
Outros	roteirodeentrevista.pdf	02/09/2019 18:17:20	Isabela Cintra Moherdau	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SENAI.pdf	02/09/2019 18:16:42	Isabela Cintra Moherdau	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SENAC.pdf	02/09/2019 18:16:17	Isabela Cintra Moherdau	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ADEPAB.pdf	02/09/2019 18:15:32	Isabela Cintra Moherdau	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOISABELACINTRAMOHERDAUI.pdf	02/09/2019 18:14:12	Isabela Cintra Moherdau	Aceito

Endereço: Av. Euzésio Monteiro Petraglia, 900
 Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.400-160
 UF: SP Município: FRANCA
 Telefone: (16)3706-8723 Fax: (16)3706-8724 E-mail: comiteética@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 3.524/2019

Cronograma	CROINOGRAMADEPESQUISA.pdf	02/09/2019 18:13:24	Isabela Cintra Moherdau	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEJOVENISAPRENDIZES.pdf	02/09/2019 18:12:42	Isabela Cintra Moherdau	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLERESPONSAVEL.pdf	02/09/2019 18:12:25	Isabela Cintra Moherdau	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 24 de Setembro de 2019

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Euzébio Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.409-160
UF: SP Município: FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 Fax: (16)3706-8724 E-mail: comiteetico@franca.unesp.br

APÊNDICE 1
ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista semiestruturada utilizado com os jovens aprendizes como instrumento para a coleta de dados.

Identificação pessoal
Nome:
Data de nascimento:
Sexo:
Escolaridade: Houve abandono escolar em algum momento?

Dados Familiares
Responsável pela casa:
Idade
Escolaridade: Houve abandono escolar em algum momento?
Profissão:
Nº de Irmãos:

Bloco I – Perfil Socioeconômico

- Quantas pessoas moram na sua casa, além de você?
- Quantas pessoas na sua casa, trabalham? E quantas contribuem para a renda mensal?
- Vocês recebem alguma ajuda financeira (complemento de renda) (por exemplo: bolsa família, vale gás, ação jovem, renda mínima auxílio cesta básica, etc?). Se sim, quais?

- Você está cadastrado no CAD ÚNICO?
- Quem você considera o(a) líder da sua família?
- Considerando todas as fontes anteriores (salários e benefícios) você sabe qual a renda familiar na sua casa?
- Quanto foi o último salário que você recebeu?
- Você contribui financeiramente para o sustento em sua casa? Se sim, quanto do seu salário você dispõe para isso?

Bloco II – Programa de Aprendizagem

- Há quanto tempo você atua como jovem aprendiz na empresa e participa do Programa?
- Em qual área da empresa você trabalha? Quais são as principais funções que você exerce?
- Como você descobriu o Programa de Aprendizagem?
- Me conte porque você decidiu tentar se inserir no Programa de Aprendizagem.
- O que significa estar participando do Programa de Aprendizagem para a sua vida?
- O que te motiva a não desistir do Programa de Aprendizagem?
- Tem conteúdos que você aprendeu até agora durante o programa de Aprendizagem que auxiliaram na sua vida pessoal? Se sim, fale um pouco deles e explique como te ajudaram?
- Tem conteúdos que você aprendeu até agora durante o programa de Aprendizagem que auxiliaram no trabalho da empresa? Se sim, fale um pouco deles e explique como te ajudaram?
- Quando você entrou no Programa, quais eram seus objetivos a curto prazo?
- E hoje, seus objetivos a curto prazo mudaram, tanto pessoais, quanto profissionais? Se sim, quais são agora?
- O que você acha que mudou, depois que iniciou o Programa de Aprendizagem?
- Qual a contribuição para a tua vida do programa de aprendizagem, seja pelos conteúdos ou por sua experiência na empresa?
- Qual a sua opinião sobre estudos?

- Você deseja continuar estudando? Se sim, quando e de que forma surgiu esse desejo?
- Se sim, que curso gostaria de fazer? O Programa de Aprendizagem teve influência nessa decisão?
- O que você pretende fazer quando terminar o programa de aprendizagem?
- Para você, o que é projeto de vida?
- Quais são suas expectativas e perspectivas para seu projeto de vida?
- Para você, o que é projeto profissional?
- Quais são as suas expectativas e perspectivas para seu futuro profissional?
- Você acha que o Programa de Aprendizagem, conteúdos em si e experiência na empresa tem alguma relação com seu projeto pessoal? E profissional?
- Para você, o que é habilidade pessoal? E habilidade profissional?
- Você acha que a experiência como jovem aprendiz contribuiu para a descoberta de dons pessoais e profissionais? Se sim, quais e de que forma?
- Você acha que a experiência como jovem aprendiz contribuiu para melhorar seus dons pessoais e profissionais? Se sim, de que forma?

APÊNDICE 2**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA ÀS INSTITUIÇÕES FORMADORAS QUE OFERECEM O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM.**

Franca, 15 de maio de 2019

Ao Sr.

Cargo - Empresa

Eu, Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli, professora do Programa de Mestrado Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, junto a minha orientanda Isabela Cintra Moherdauí. Regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Curso de Mestrado Profissional, reconhecido pela Portaria MEC número 327/2017 de 09/03/2017, apresento a Vossa Senhoria o projeto a ser realizado no NOME DA ESCOLA. O projeto traz como objetivo precípua, verificar a contribuição do Programa de Aprendizagem na elaboração de projetos de futuro do jovem. Buscam-se com esse propósito, respostas plausíveis as seguintes questões: Qual a contribuição desse programa nos projetos atuais e futuros dos jovens? Qual o perfil dos jovens atendidos por esse programa? Qual a percepção dos jovens sobre projetos de vida e projetos profissionais? A experiência como jovem aprendiz tem impacto na descoberta e aprimoramento de habilidades pessoais e profissionais? Isso implicará em fazer uma leitura e análise sobre as experiências trazidas pelos jovens advindas dessa política pública de Aprendizagem Profissional. Em todo esse processo, se faz necessário o levantamento de informações junto aos jovens aprendizes, justificando assim a realização de entrevistas com jovens participantes desse programa.

Certa de contar com a sua atenção antecipo os meus sinceros agradecimentos.

Melhores cumprimentos

Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli

APÊNDICE 3

MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS ASSINADA PELAS INSTITUIÇÕES FORMADORA QUE OFERECEM O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM AUTORIZANDO A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisadora Isabela Cintra Moherdaui/ R.G, está autorizada realizar a pesquisa: **Juventude e projetos de futuro: os programas de aprendizagens e a elaboração de projeto de vida de jovens aprendizes**, que tem como objetivo identificar como os Programas de Aprendizagem contribuem para elaboração de projetos de futuro de jovens aprendizes, para tanto, será realizadas entrevistas com jovens aprendizes desta Instituição, NOME DA ESCOLA (Endereço/CNPJ).

Franca, 05 de agosto de 2019.

Nome/RG. do Diretor ou responsável pela Instituição

APÊNDICE 4

MODELOS DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO PARA OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, Isabela Cintra Moherdauí, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **JUVENTUDE E PROJETOS DE FUTURO: OS PROGRAMAS DE APRENDIZAGENS E A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE VIDA DE JOVENS APRENDIZES**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Isabela Cintra Moherdauí**, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, orientado pela Prof(a). Dr(a) **Maria Madalena Gracioli** pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O presente trabalho propõe identificar como os Programas de Aprendizagem contribuem para elaboração de projetos de futuro de jovens aprendizes na cidade de Franca-SP. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____.

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Isabela Cintra Moherdauí

Endereço: Rua Jabra Abrão, 3010, bairro Jardim Angela Rosa, Franca-SP.

Tel: (16) 99102-7075

E-mail: isabelampsicologa@gmail.com

(assinatura)

Orientadora:

Prof. (ª) Dr. (ª) Maria Madalena Gracioli

Endereço: Rua Adelino Nogueira, nº 510, bairro Jardim Santana, Franca-SP.

Tel: (16) 9 9969-6926

E-mail: lenagracioli@gmail.com

Modelo de TCLE apresentado aos responsáveis por participantes da pesquisa que tinham menos de 18 anos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, Isabela Cintra Moherdauí, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **JUVENTUDE E PROJETOS DE FUTURO: OS PROGRAMAS DE APRENDIZAGENS E A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE VIDA DE JOVENS APRENDIZES** a ser realizada com o meu filho (a) _____. O projeto de pesquisa será conduzido por **Isabela Cintra Moherdauí**, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, orientado pela Prof(a). Dr(a) **Maria Madalena Gracioli** pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O presente trabalho propõe identificar como os Programas de Aprendizagem contribuem para elaboração de projetos de futuro de jovens aprendizes na cidade de Franca-SP. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o direito do meu filho (a) assegurado de interromper a sua participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Isabela Cintra Moherdauí

Endereço: Rua Jabra Abrão, 3010, bairro Jardim Angela Rosa, Franca-SP.

Tel: (16) 99102-7075

E-mail: isabelampsicologa@gmail.com

(assinatura)

Orientadora:

Prof. (ª) Dr. (ª) Maria Madalena Gracioli

Endereço: Rua Adelino Nogueira, nº 510, bairro Jardim Santana, Franca-SP.

Tel: (16) 9 9969-6926

E-mail: lenagracioli@gmail.com

APÊNDICE 5 – MODELO DO TERMO DE ASSENTIMENTO APRESENTADO AOS PARTICIPANTES MENORES DE 18 ANOS

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **juventude e projetos de futuro: os programas de aprendizagens e a elaboração de projeto de vida de jovens aprendizes**. Seus pais permitiram que você participe. Queremos saber como os Programas de Aprendizagem contribuem na elaboração de projetos de futuro de jovens aprendizes, conhecer a contribuição do programa de aprendizagem nos projetos atuais e futuros dos jovens aprendizes, além de verificar a percepção dos jovens aprendizes sobre projetos de vida e projetos profissionais, e, analisar se a experiência como jovem aprendiz tem relação com a descoberta e aprimoramento de habilidades pessoais e profissionais. Os jovens que irão participar dessa pesquisa têm de **16 a 19 anos** de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita na instituição formadora a qual você está vinculado, as entrevistas serão agendadas com antecedência e desenvolvidas individualmente, podendo ser realizadas em uma sala de aula da instituição, ou em outro horário e ambiente escolhido por você, para que possa assegurar que se sinta acolhido e confortável, será empregada a ética em pesquisa e sigilo das informações apresentadas. As entrevistas serão gravadas utilizando um gravador profissional. O uso do gravador é considerado seguro, e a participação na pesquisa também, no entanto, pode acontecer uma interpretação equivocada de algum conceito ou de ideias expostas sobre o tema abordado que podem levar a um entendimento errôneo sobre os projetos de vida de jovens aprendizes, ou perceber algum constrangimento na instituição. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelo telefone (16-999102-7075) da pesquisadora (Isabela Cintra Moherdau). Mas há coisas boas que podem acontecer como você contribuir com a formação da pesquisadora, e, ao mesmo tempo contribuir com uma pesquisa relevante para conhecer os projetos de futuro dos jovens e os programas de aprendizagem. Se você mora longe do local que escolheu para realização das entrevistas, nós pagaremos as despesas de transporte para que seus responsáveis, caso queiram, acompanhar a pesquisa. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos fornecer. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os jovens que contribuíram com a pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa, os resultados serão apresentados para as Instituições participantes, caso tenha interesse em conhece-los, informaremos os canais de divulgação, como sites e/ou bibliotecas. Se tiver alguma dúvida, você pode me perguntar. Eu _____ aceito participar da pesquisa **Juventude e projetos de futuro: os programas de aprendizagens e a elaboração de projeto de vida de jovens aprendizes**, entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar zangado. A pesquisadora tirou as minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, que li e concordo em participar da pesquisa.

Franca, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) pesquisador(a)
Pesquisador Responsável
Nome: Isabela Cintra Moherdau
Endereço: Rua Jabra Abrão, 3010,
Bairro Jardim Ângela Rosa, Franca-SP.
Tel: (16) 99102-7075
E-mail: isabelampsicologa@gmail.com

Assinatura do menor